



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LAISA DANNIELLE FEITOSA DE LIMA

PRESA EM FLAGRANTE: UMA ANÁLISE DA INSERÇÃO DAS MULHERES NO
TRÁFICO DE DROGAS

Campina Grande – PB

2016

LAISA DANNIELLE FEITOSA DE LIMA

**PRESA EM FLAGRANTE: UMA ANÁLISE DA INSERÇÃO DAS MULHERES NO
TRÁFICO DE DROGAS**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais no Programa de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação do Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota.

Campina Grande-PB

2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

L732v

Lima, Laisa Dannielle Feitosa de.

Presa em flagrante: uma análise da inserção das mulheres no tráfico de drogas /
Laisa Dannielle Feitosa de Lima. – Campina Grande, 2016.
122 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina
Grande, Centro de Humanidades, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo
Villota. Referências.

1. Crime – Tráfico de Drogas – Mulheres – Brasil. 2. Mulheres – Tráfico de
Drogas – Brasil. 3. Sociologia do Conflito. I. Villota, José Maria Izquierdo. II.
Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande (PB). III. Título.

CDU 343.976-055.2(810(043)

LAISA DANNIELLE FEITOSA DE LIMA

**PRESA EM FLAGRANTE: UMA ANÁLISE DA INSERÇÃO DAS MULHERES NO
TRÁFICO DE DROGAS**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais no Programa de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação do Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr Jose Maria de Jesus Izquierdo
Villota (Orientador)

Prof. Dr. Vanderlan Franscisco da Silva -
PPGCS/UFCG (Examinador)

Prof. Dr. Edmilson Lopes Júnior - PPGCS/UFRG
(Examinador)

Campina Grande – PB

2016

Dedico este trabalho aos meus pais: Luiza Feitosa de Lima e Joaquim Antônio de Lima As palavras não são suficientes para expressar a importância de vocês em minha vida e em minha formação acadêmica. Vocês são a razão pela busca de um futuro melhor, para que na velhice não lhes falte nada, como vocês zelaram por mim todo este tempo.

Grata a vocês, por todo suor, colo e impulso dado. Incansavelmente. Os amo muito.

AGRADECIMENTOS

Aos que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande-PB, aos colegas, professores, pesquisadores e funcionários, em especial à Claudiana e Rinaldo, que trabalham na secretaria do PPGCS.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que realizou auxílio financeiro através da bolsa acadêmica fundamental para a minha manutenção e realização da pesquisa.

Ao meu orientador, Dr. José de Maria Jesus Izquierdo, por todo apoio, incentivo, desde a graduação que me foi dado. E por estar presente no mestrado, contribuindo diretamente para a realização da pesquisa e conclusão do trabalho. És para mim, um exemplo de professor, pesquisador e principiante de ser humano que faz diferença por onde anda. Gracias.

Ao professor Mt. Raniere Torres da Universidade Estadual da Paraíba, que durante a graduação de Serviço Social, possibilitou o contato com a Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande, fazendo parte do seu projeto e assim conhecendo uma realidade tão complexa que estão as mulheres reclusas. E que, anos depois foi preponderante para o desejo de pesquisar a prisão.

À GESIPE (Gerência do Sistema Penitenciário), na pessoa do Major Sergio Fonseca, que prontamente recebeu a solicitação e autorizou a realização da pesquisa.

À diretora da Penitencia Regional Feminina de Campina Grande, Anaires Almeida, que desde o primeiro momento, se colocou solícita em ajudar e contribuir para a realização do trabalho. Há todas que fazem parte da direção, aos funcionários da instituição.

Às mulheres que foram fundamentais para a realização do trabalho. Às nossas interlocutoras, reclusas, cumprindo suas penas, longe de casa, de suas famílias, de seus filhos e de seus afetos. Relataram suas vidas, seus crimes, suas trajetórias, seus anseios. Compartilham seus medos e suas esperanças. Este trabalho não seria possível sem vocês. Obrigada pela confiança dada.

Aos meus amigos e amigas, que direta ou indiretamente contribuíram ao longo do percurso. Com seus olhos e ouvidos, para lerem o trabalho, alguns parágrafos, títulos, ou ouvirem minhas angústias em alguns momentos difíceis da escrita. Aqueles que me mandaram material para a pesquisa, sites, entrevistas, livros. Especialmente: Augusto, Cláudio, Robson. Estiveram comigo em eventos, me acolheram, me abraçaram e me incentivaram, me possibilitando calma e perseverança no caminho. A todos os meus amigos que me abraçam e me estendem a mão para dançar pela vida.

Aos professores e amigos, doutores: Jose Junior e Assunção de Lima que são exemplos de mestres que um dia busco me tornar. Ao professor Dr. Vanderlan Silva, que desde a graduação faz parte da minha vida acadêmica e que no mestrado eu tive a oportunidade de conhecer não apenas como um professor de grande capacidade, mas também um ser humano especial. E o professor Dr. Edmilson Lopes que trouxe contribuições para este trabalho.

À minha amiga, Mary, que tivemos a possibilidade de entramos na mesma turma do mestrado e nos tornamos amigas e nos apoiarmos durante as dificuldades e comemoramos as boas-venturas.

À minha amiga, Júlia, que é alguém que está em minha vida desde a matrícula da graduação. Mas que nos últimos tempos, temos fortalecido nossos laços de amizade, companheiro e ajuda em todas as horas.

À Crístenes, que é uma peça chave na minha decisão por trabalhar este tema. Me apoiando, me ouvindo e estando ao meu lado, no mestrado e na vida. És muito importante para mim.

À minha família. Minha base, meu alicerce. Presentes no meu dia a dia. Unidos nas dificuldades, nas angustias e nas alegrias. Aos meus tios e tias, em especial à Maria, Zacarias, Severino, Ivone, os mais próximos. Aos meus primos e primas, aos meus irmãos Jônatas, Jomas, Débora e meu cunhado e cunhadas.

À Debora e Leonardo, em especial, que estão comigo a todo momento. Com orientações, ajuda, com um abraço apertado, cheio de afeto. Nas lutas e vitórias da vida. Vocês me enchem de orgulho, de carinho e de felicidade por ter vocês e Benjamim em minha vida.

Aos meus pais, Joaquim e Luiza. Não chegaria a lugar nenhum sem vocês. Valentes, guerreiros e mestres, grandes exemplos de superação das dificuldades e de amor pelos filhos. Me ensinando a valorizar os estudos desde sempre, me sustentando, me apoiando e compartilhando de cada conquista.

Ao meu Deus, que me fortalece e não me desampara. Muito obrigada.

O Bagulho do Amante

(Leci Brandão)

Não matou nem roubou

Mas foi presa em flagrante

Escondeu no *chateaux*

O bagulho do amante

O amante saiu e largou o embrulho

Quando a casa caiu *tava* lá o bagulho

[...] Hoje a vida é na

cela Toma banho de

sol

Acompanha a novela e também futebol No dia de

visita Sua mãe vai levar a criança bonita para ela

abraçar

O amante saudoso nunca mais foi lhe ver E

ela nem tem direito um pouco de prazer E

que venha o alvará *pra* essa pobre mulher

Que um dia sairá se Deus quiser [...]

RESUMO

Desde a perspectiva da sociologia contemporânea, este estudo pretende apresentar uma análise sociocientífica da vida de mulheres que se envolveram em atividades relativas ao tráfico de drogas no Brasil. Sabe-se que o tráfico de drogas é a maior causa de ordens de prisões no país. Sendo o tráfico de drogas uma atividade que tradicionalmente envolve homens, chama a atenção o fato, de recentes estudos revelarem, que nos últimos anos o aprisionamento feminino tem aumentado em proporções maiores que o aprisionamento masculino. De acordo com o Ministério da Justiça, a população de mulheres encarceradas nas penitenciárias brasileiras subiu de 5.601 para 37.380 entre 2000 e 2014 – um aumento de 567%. A taxa é mais de quatro vezes maior que o crescimento geral de presos no país, que é de 119%. Os dados são do relatório INFOPEN Mulheres, divulgado pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Esses dados apontam que há um aumento considerável no envolvimento das mulheres com o tráfico de drogas. Tal fato é um fenômeno novo que, sem dúvida, suscita em nós uma série de questionamentos. O lócus para a coleta de dados empíricos de nossa pesquisa foi a Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande. Nossa pesquisa é de caráter qualitativo e segue as pistas analíticas de autores como Pierre Boudieu, Max Weber, Nobert Elias, Elaine Pimentel, Maria Moura, Vanusa Silva e outros autores que têm estudado a sociedade moderna desde a perspectiva do conflito. Analisaremos os dados coletados com o intuito de identificar as crenças, os valores, os sentimentos e as motivações que levam essas mulheres a se inserirem no tráfico de drogas.

Palavras-chaves: Mulheres; Tráfico de drogas; Presídio

ABSTRACT

From the perspective of contemporary sociology, this study aims to present a social-scientific analysis women's life who engaged in related activities drug trafficking in Brazil. It is known that drug trafficking is a major cause of prisons orders in the country. Being drug trafficking an activity that traditionally involves men, draws attention the fact, recent studies reveal that in recent years women's imprisonment has increased in greater proportions than the male imprisonment. According to the Ministry of Justice, the population of Imprisoned women in Brazilian prisons increased from 5,601 to 37,380 between 2000 and 2014 - an increase of 567%. The rate is more than four times greater than the overall growth of prisoners in the country, which is 119%. The data are from the report INFOPEN Women, released by the National Penitentiary Department (DEPEN). These data indicate that there is a considerable increase in the involvement of women with drug trafficking. This fact is a new phenomenon that undoubtedly arouses us series of questions. The locus for the collection of empirical data from our research was the Regional Women's Penitentiary of Campina Grande. Our research is qualitative and follow the analytical clues of authors like Pierre Boudieu, Max Weber, Norbert Elias, Elaine Pimentel, Maria Moura, Vanusa Silva and other authors. They have studied modern society from the perspective of the conflict. Analyzing the data collected in order to identify the beliefs, values, feelings and motivations that lead these women to insert in drug trafficking.

Keywords: Women; Drug trafficking; Presidium

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Divisão das apenadas por escolaridade.....	26
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de população aprisionada no Brasil entre 2004 e 2014	50
Gráfico 2 – Demonstrativo das ações penais pelas quais os presos respondem no Brasil	52
Gráfico 3 – Proporções dos tipos penais, segmentadas por gênero	53
Gráfico 4 – Distribuição percentual das famílias com pessoa de referência do sexo feminino por tipo de família – Brasil, 2012	86
Gráfico 5 -Média de horas semanais trabalhadas no emprego principal e média de horas gastas em afazeres domésticos pelas pessoas de 16 anos ou mais, por sexo, segundo a situação do domicílio – Brasil, 2012.....	87

LISTA DE SIGLAS

DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
GESIPE	Gerência do Sistema Penitenciário
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
INFOPEN	Sistema de Informações Penitenciárias
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SPM/PR	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime
WHRIN	The Witchcraft and Human Rights Information Network

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1- CAMINHO DA PESQUISA	23
CAPÍTULO 2 – MULHERES APRISIONADAS NOS DEBATES DE GÊNERO	29
2.1 A distinção dos papéis de gênero	30
2.2 Gênero e delimitação dos espaços sociais	41
CAPITULO 3- MULHERES E TRÁFICO DE DROGAS	47
3.1 O narcotráfico: um negócio bom.....	48
3.2 A busca da compreensão da ação humana	55
3.3 O discurso sobre mulheres.....	58
3.4 Desvio e ação social.....	61
3.5 Mulheres e tráfico de drogas	70
CAPITULO 4 - FAMÍLIA: ENCONTROS E RUPTURAS.....	78
4.1 Contextualizando o conceito família	80
4.2 Disposições do habitus familiar	84
4.3 Novos arranjos familiares	93
CAPITULO 5 - A VIDA NO CÁRCERE	96
5.1 Filhos: é possível ser mãe na prisão?	98
5.2 À procura de novas formas de ser mãe.....	102
5.3 A visita	103
5.4 Estigma e abandono.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
APÊNDICES	116

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda a trajetória de vida de mulheres que vivem em cativeiro forçoso na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande, situada no Estado da Paraíba. Fazendo uso do método qualitativo e do referencial teórico próprio das Ciências Sociais, procuramos desvendar, nos relatos dessas mulheres, o sentido que elas impregnam em suas vidas, as quais são marcadas por práticas de violência e exclusão social. Em nossa pesquisa constatamos que a execução das ações que ocasionaram seu aprisionamento, em certa medida, revelam a existência de uma amalgama de tensões e conflitos que perpassam o desejo de melhorar a condição socioeconômica de sua família, conquistar maior visibilidade social e realizar desejos que, em princípio, dependem de um suporte financeiro que, no entendimento delas, é possível adquiri-lo através da sua participação em atividades relativas ao tráfico de drogas.

O fenômeno do tráfico de drogas¹ tornou-se uma preocupação presente em nosso cotidiano, embora a utilização de drogas faça parte da história da humanidade desde longa data. É evidente que o tema das drogas vem assumindo cada vez maior importância no mundo contemporâneo. Em razão desse fato, desde a década de 60, os países membros das Nações Unidas já assinaram três convenções sobre o tema. A preocupação com o abuso de drogas é antiga e entende-se que é consequência dessa preocupação a criminalização estatal de qualquer atividade relacionada com as drogas ilícitas. Sendo uma atividade lucrativa, mas ao mesmo tempo proibida, sabe-se que tem ocorrido inúmeras mudanças nas dinâmicas do crime organizado transnacional, inclusive nas novas rotas e mercados. Segundo os dados publicados pelo Escritório de Drogas e Crimes da Organização das Nações Unidas (UNODC), o Brasil se transformou em um dos maiores mercados para a cocaína, com uma prevalência que supera a dos Estados Unidos, e atinge mais de quatro vezes a média mundial. Esse fato revela que o Brasil passou a ser o maior centro de distribuição de cocaína no mundo na última década, e que é citado em 56 países como o local de trânsito da droga. O tráfico de drogas também passou a representar o desafio de encontrar soluções compartilhadas, já que a atuação do crime

¹ O narcotráfico faz parte de toda nação, a comercialização de drogas é o segundo ramo de atividade econômica do planeta, sendo superada somente pelo comércio de armas, gerando uma receita de aproximadamente 500 bilhões de dólares anual. As atividades citadas estão diretamente ligadas ao tráfico de drogas e à criminalidade em geral, além de guerras e terrorismo. O narcotráfico é uma atividade que se enquadra no mundo do crime, atua na produção, comercialização e distribuição de drogas em suas diversas formas e substâncias. As drogas são substâncias tóxicas que levam o consumidor das mesmas a desenvolver comportamentos anormais, provocando um estágio de dependência tanto física quanto mental, o uso tem promovido em milhares de famílias diversos problemas, pois desestrutura a instituição, que além de retirar o usuário do setor produtivo gera gastos para o tratamento. Mais informações em < <http://www.mundoeducacao.com/geografia/narcotrafico-na-america-sul.htm>> Acesso em 10 de setembro de 2015.

organizado em um país também atinge outros ao seu redor, como afirma Bo Mathiasen (2010) em palestra proferida sob o título “o usuário de drogas na agenda dos organismos multilaterais”, na II Conferência Latino-Americana sobre Políticas de Drogas.

Atos relacionados com esse fenômeno são veiculados diariamente pelos meios de comunicação. Nesse ínterim, nos deparamos com noticiários que muitas mulheres se envolveram com o tráfico de drogas. Tendo como base os dados computados pelo INFOPEN 2015, que realiza o mapeamento e Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, elaborando o relatório do Ministério da Justiça sobre a população carcerária brasileira. Segundo os últimos dados de junho de 2014, o Brasil conta com uma população de 579.7811 pessoas custodiadas no Sistema Penitenciário, sendo 37.380 mulheres e 542.401 homens. No período de 2000 a 2014 o aumento da população feminina foi de 567,4%, enquanto a média de crescimento masculino, no mesmo período, foi de 220,20%, refletindo, assim, a curva ascendente do encarceramento em massa de mulheres. O perfil das mulheres no sistema prisional aponta que: são jovens, têm filhos, são as responsáveis pela provisão do sustento familiar, possuem baixa escolaridade, são oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente e exerciam atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento. Apontaremos o perfil das mulheres que fazem parte da nossa pesquisa na cidade de Campina Grande – PB e região.

Sendo assim, em torno de 68% dessas mulheres possuem vinculação penal por envolvimento com o tráfico de drogas, não relacionado às maiores redes de organizações criminosas. A maioria dessas mulheres ocupa uma posição coadjuvante no crime, realizando serviços de transporte de drogas e pequeno comércio; muitas são usuárias, sendo poucas as que exercem atividades de gerência do tráfico. As mulheres em situação de prisão têm demandas, necessidades e peculiaridades que são específicas, o que não raro é agravado por histórico de violência familiar, maternidade, nacionalidade, perda financeira, uso de drogas, entre outros fatores como aponta o INFOPEN.

A forma e os vínculos com que as mulheres estabelecem suas relações familiares, assim como o próprio envolvimento com o crime, apresentam-se, em geral de maneira diferenciada quando comparado este quadro com a realidade dos homens privados de liberdade. Historicamente, a ótica masculina tem se potencializado no contexto prisional, com reprodução de serviços penais direcionados para homens, deixando em segundo plano as diversidades que compõem o universo das mulheres, que se relacionam com sua raça e etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, nacionalidade, situação de gestação e maternidade, entre tantas outras questões. Há uma deficiência grande de dados e indicadores sobre o perfil

de mulheres em privação de liberdade nos bancos de dados oficiais dos governos, o que contribui para a invisibilidade das necessidades dessas pessoas. Apesar da situação alarmante que os dados apontam, ainda está muito longe de abarcar a realidade complexa do Brasil e de todos os estabelecimentos prisionais. Além do que, a mulher presa, faz parte dos dados estatísticos, porém, a sociedade em geral, pouco conhece cotidiano dessas mulheres dentro dos estabelecimentos prisionais brasileiros.

No ano de 2005, antes da aprovação da Lei n. 11.343², de 23 de agosto de 2006, 34% da população carcerária feminina respondia por crimes ligados ao tráfico, no entanto, em menos de dez anos, essa proporção ultrapassa o dobro. É uma informação que acompanha um fenômeno internacional de aumento do encarceramento feminino pela criminalização das drogas: 60% da população feminina mundial responde por crimes dessa natureza. O aumento da participação das mulheres no tráfico de drogas, têm-se colocado como um problema em vários países do mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, país com a maior população carcerária mundial, o aumento de prisões de mulheres por tráfico aumentou em 800% nos últimos 30 anos. Os dados são da organização internacional de direitos humanos *The Witchcraft and Human Rights Information Network* (WHRIN), que divulgou um infográfico no dia 26 de junho, dia da Ação Global “*Support, Don’t punish*”. Apontados por Agnes Sofia Guimarães em: “A dupla punição das mulheres presas por tráfico de drogas” para o site PONTE³ – direitos humanos, justiça e segurança pública. E assim, segundo Juliana Belloque (2015), defensora pública do Estado de São Paulo, “essas mulheres não representam nada para o tráfico, cometem crimes menores e apenas comprovam a falência do sistema prisional, que com uma política de encarceramento, lota prisões e não resolve o verdadeiro problema”.

Aspiramos que nosso estudo, realizado em contexto local possa oferecer pistas analíticas para outros estudos de caráter mais abrangente. Assim, ao longo do trabalho utilizaremos diversos dados e detalharemos algumas informações, buscando refletir sobre a realidade atual brasileira das mulheres que se encontram reclusas nas prisões do país. Os discursos construídos, tanto por mulheres envolvidas em atividades relativas ao narcotráfico, quanto por jornalistas que veiculam essas notícias, mostram que a participação dessas mulheres é

² Das modificações legais relativas à figura do usuário. A Lei n. 11.343/2006 trouxe inúmeras modificações relacionadas à figura do usuário de drogas. Criou duas novas figuras típicas: transportar e ter em depósito; substituiu a expressão substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica por drogas. Não mais existe a previsão da pena privativa de liberdade para o usuário. Passou a prever as penas de advertência, prestação de serviços à comunidade e medida educativa; Tipificou a conduta daquele que, para consumo pessoal, semeia, cultiva e colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.” Disponível em: < <http://www.oabsp.org.br/noticias/2006/12/07/3962>>

³ Fonte: <<http://ponte.org/a-dupla-punicao-das-mulheres-presas-por-trafico-de-drogas>>

justificada por demandas que o patriarcado⁴ impôs sobre elas. As desigualdades de gênero se constituíram ao longo dos anos em diversas sociedades e em pleno século XXI elas continuam latentes. Dessa maneira, acreditamos ser extremamente importante estudarmos o encarceramento de mulheres, que encontra-se em permanente crescimento e os diversos fatores que têm colaborado para a construção desse cenário. Houve um aumento significativo da participação da mulher no mercado de trabalho, na vida pública, na política, mudanças têm surgido cada vez mais nas configurações familiares e nas relações de gênero. As mulheres passam a ocupar os mais variados espaços, que por muito tempo foram designados para os homens, agora, muitas se firmam também, no mundo do crime, seja em posições subalternas ou em postos de comando.

O interesse em pesquisar a relação gênero/conflitos foi incentivado desde o curso de graduação em Serviço Social, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), assim como a graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Durante os anos em que realizamos esses cursos, tivemos a oportunidade de atuar junto com outros estudantes e profissionais no Projeto de Ressocialização das Apenadas da Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande.

No período de um ano, participamos como colaboradores de oficinas e cursos promovidos pela UEPB. O referido projeto tinha por finalidade promover ações de autopromoção das mulheres presidiárias, de forma que estas tivessem uma nova visão das suas reais possibilidades de desenvolvimento humano quando voltassem para o seu meio social e familiar. As oficinas ofereciam oportunidades de aprendizado profissionalizante visando a possibilidade de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho. Posteriormente, no curso de disciplinas do Mestrado em Ciências Sociais da UFCG, com as leituras sobre gênero surgiu à

⁴As raízes do patriarcalismo, como dito, estão na Grécia Antiga. O período de supremacia do patriarcado permaneceu por vários séculos. Foi a Revolução Francesa que colocou em questionamento tal forma de organização da sociedade. O movimento francês defendia os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, abrindo novas portas para os indivíduos se posicionar no mundo. O movimento revolucionário acabou com a concepção massificadora que identificava as pessoas, permitindo o respeito a singularidade de cada um na rede social. Por tais motivos, a Revolução Francesa inaugurou uma nova fase na história da humanidade ocidental, marcando o início da chamada História Contemporânea. O historiador Barrington Moore Junior a enquadra na via das revoluções burguesas que conduziram a sociedade francesa para a modernização e estabelecimento de uma democracia capitalista. O resultado repercutiu no Ocidente e influenciou diversos outros povos, incluindo o Brasil. De todo modo, o Patriarcalismo ainda está embutido no subconsciente das sociedades. Embora as Constituições ocidentais afirmem que há igualdade entre homens e mulheres e entre todos os indivíduos da sociedade, o Patriarcalismo ainda se manifesta de alguma forma. Suas raízes germinaram no ideário humano ao longo dos séculos e ainda hoje é preciso indicar as formas e as ocasiões em que aparece o efeito do patriarcado para fazer valer o ideal de igualdade entre as pessoas. MOORE Jr. Barrington. As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/2326559/O-que-e-patriarcalismo-e-quais-suas-influencias-nos-dias-atuais>>

inquietação de compreender a realidade dessas mulheres que estão envolvidas no tráfico de drogas.

Os pronunciamentos relativos ao tráfico de drogas, principalmente os diversos veículos de meios de comunicação poucas vezes manifestam a complexidade desse fenômeno. Com frequência, ao falar sobre o narcotráfico e as causas que levam os indivíduos a entrarem no mundo do crime, são apresentadas explicações redutivas que apontam como uma única causa a fuga aos problemas econômicos e diminuição da pobreza. No entanto, entendemos que o ser humano não age apenas para satisfazer suas necessidades materiais. Na realização de grande parte de suas ações, ele é movido por sonhos e desejos, pela busca de felicidade, por sentimentos e emoções que ultrapassam o aparente determinismo do fator econômico.

Para responder a esses questionamentos realizaremos nossa incursão analítica levando em consideração a combinação de conceitos, métodos e técnicas de pesquisa que estão disponíveis no bojo de recursos epistemológicos das Ciências Sociais. Na tradição sociológica temos o registro de inúmeros esforços por destrinçar a complexidade da vida social, e nesse sentido, a figura de Max Weber (1864-1920) ganha destaque. Sem dúvidas, foi Weber um dos primeiros autores dedicados a buscar uma explicação dos fenômenos que não se conteve de reconduzi-los a uma instância determinante e de considerá-los somente sob o modelo de uma deformação ou de um reflexo de condições econômicas. Tal posição não nega o lugar importante e, às vezes, fundamental da economia ou das condições de produção, ela implica que a relação seja apresentada concretamente, e não postulada.

O que importa é analisar toda situação sem acreditar, a priori, que um fator e apenas um, são suscetíveis de representar um papel determinante. Em uma época em que temos a tendência de relativizar toda atividade, relacionando-a quase que automaticamente a condições sociais. Para cada caso concreto é preciso, então, estabelecer as afinidades, as atrações, as dependências, as determinações, os laços afetivos, sem cair na “armadilha” da explicação de um fenômeno pela indicação de uma causa única.

Os estudiosos da sociedade têm um papel importante na investigação da realidade humana e do seu comportamento complexo. É possível dentro das ciências sociais, uma análise sobre os significados das ações dos indivíduos no âmbito dos vários domínios disciplinares, justificado ao longo do tempo como uma preocupação em diversas culturas e sociedades. Na contemporaneidade podemos enxergar uma vasta literatura dentro das ciências sociais, preocupada com os conflitos sociais, violências e crimes, e dentro do campo de estudo das ciências sociais, nos colocamos a pensar as dimensões que envolvem as mulheres no mundo do tráfico de drogas.

Trazemos os debates em torno da categoria “gênero” que nos apontam perante uma constatação: o cenário das nossas ações é uma sociedade formatada conforme os modos de pensamento patriarcal. No pensamento patriarcal, a mulher é vista como um ser frágil, reservado, sensível, cujas funções principais são a procriação e os cuidados domésticos. No entanto, com o avanço do capitalismo, a demanda de mão de obra, os resultados emancipatórios das lutas sociais e o fortalecimento dos direitos democráticos conquistados ao longo do tempo, as mulheres conseguiram certa autonomia financeira, bem como o acesso a espaços públicos que antes eram predominantemente masculinos.

Esses e outros fenômenos sociais possibilitaram que o processo de construção da identidade social feminina passe por uma série de transformações. As mulheres passaram a executar práticas semelhantes às dos homens nas diversas esferas da vida humana. Dar notoriedade ao assunto dentro da academia é urgente para compreensão da complexidade desta problemática. No Brasil, necessitamos de mais estudos que abordem a criminalidade feminina.

Nossa pretensão é indagar sobre a perspectiva das mulheres e seu envolvimento em uma atividade considerada por muito tempo como sendo exclusiva da ordem masculina. Nesse sentido, nosso empreendimento busca compreender a partir dos relatos das trajetórias de vida das mulheres presas pelo crime de tráfico de drogas, as suas percepções sobre vários aspectos importantes de suas vidas, como à relação com a família, filhos, companheiros e como se dá essas relações durante o cumprimento de pena. Nessa linha de pensamento, pretendemos identificar aspectos de ordem social que podem ser apontados como princípios causais da inserção de pessoas nas redes do narcotráfico e, a partir disso, compreender as percepções dessas mulheres sobre sua vida antes de chegar a prisão, seus relacionamentos afetivos, familiares, as condições econômicas e a vida dentro do sistema prisional.

Em entrevista, a atual diretora da Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande, Anaires Almeida, quando questionada sobre a reincidência das mulheres no tráfico de drogas, afirmou:

Difícilmente você sai do mundo tráfico, elas têm uma, ou duas entradas pelo mesmo crime e/ ou por mais outros. A grande maioria dos maridos estão presos também, e com isso quem geralmente realiza as visitas são as mães, irmãs, algumas recebem visitas de companheiros e companheiras, a minoria, enquanto muitas delas são presas levando drogas para o presídio masculino, que normalmente são deixadas de lado por seus companheiros (ALMEIDA, 2015).

Em muitos casos, o tráfico de drogas é visto como um dos “negócios de família”. Nesse sentido, a Juíza de Direito Luciana Lopes do Amaral Beal, em matéria veiculada pelo Jornal do Nordeste, afirmou:

O tráfico de drogas é um dos crimes que mais motiva a reincidência de mulheres, geralmente influenciadas pelas atividades econômicas nas quais seu núcleo social está envolvido. Elas voltam ao seio familiar e enfrentam dificuldades para ficar distantes do tráfico de drogas, sobretudo quando são usuárias de drogas (BEAL, [201-]).

A assertiva da juíza foi constatada por nós. Em nossa pesquisa de campo constatamos que muitas mulheres ao sair da prisão retornam para seus núcleos sociais, retomam antigos contatos e voltam a morar nos mesmos lugares onde se iniciaram como traficantes, permanecendo, por muitas vezes, nas práticas ilícitas e acabam retornando para a prisão.

A partir da nossa inserção na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande, das entrevistas que foram realizadas com os agentes, chefes de disciplina, assistentes sociais, direção e principalmente com as mulheres que encontram-se presas pelo crime de tráfico de drogas, nós buscamos discutir a ação dessas mulheres em práticas criminosas, levando em consideração a composição das significações subjetivas e objetivas colocadas por elas.

Desse modo, a dissertação está assim estruturada: no primeiro capítulo, intitulado de “Mulheres Aprisionadas nos Debates de Gênero”, buscamos discutir as relações entre os sexos, tanto no espaço privado do lar, quanto no espaço público das relações civis, que expressam uma relação hierárquica de poder. A exclusão das mulheres, revelam-se e são explicadas com base nas diferenças físicas, sexuais e biológicas. A construção sociocultural da identidade feminina e a definição de seus papéis como figura passiva e submissa criam espaços e oportunidades propícias para o exercício da opressão masculina se fazer presente em diversos espaços sociais. Buscamos reforço na teoria de Bourdieu, para discutir a distinção dos papéis femininos e masculinos, discutindo a influência do poder dentro das relações.

Discutiremos o quanto o tráfico de drogas representa uma lógica complexa em meio a relação disposicional entre os atores que dele fazem parte. Observa-se que o lugar da mulher na hierarquia do mundo do crime é inferior à do homem, as mulheres quase não ocupam um lugar de liderança no tráfico, sendo esse lugar ocupado na maioria das vezes por um homem. Abordaremos os conceitos de “casa” e “rua”, que são demarcadas socialmente como lugares distintos para homens e mulheres. A casa é um lugar propício para que as relações mais íntimas aconteçam. Utilizaremos os conceitos de DaMatta para formular este capítulo.

No segundo capítulo, intitulado de “Mulheres e Tráfico de Drogas”, seguiremos um percurso teórico com a finalidade de problematizar a relação tráfico de drogas/mulheres. Uma problematização que parte de questões primordiais existentes no mundo social, como a relação entre homens e mulheres, os espaços destinados às mulheres em atividades onde o predomínio é masculino, e o peso das relações econômicas que influenciam o papel da mulher pelas atribuições à maternidade, aos cuidados com o lar, com a família e suas formas de sobrevivência.

Valendo destacar que muitas das mulheres envolvidas no tráfico são chefes de família, foram abandonadas por seus companheiros ou estes se encontram cumprindo pena. Um debate que envolve as relações de gênero e dominação, e a demarcação dos territórios em atividades de atribuições femininas, e a inserção das mulheres em um campo, antes, estritamente masculino.

O comportamento de muitas dessas mulheres pode ser debatido enquanto desviante, desse modo, ao analisar a vida social, diversos sociólogos têm se colocado dispostos a estudar os comportamentos desviantes, procurando compreender por que determinados tipos de atitudes são assim consideradas, e assim entender o contexto social e cultural das relações sociais. Na Sociologia contemporânea, observa-se que autores como Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, estabelecem contribuições importantes para a compreensão da dicotomia indivíduo *versus* sociedade, trazendo em suas teorias soluções para realizar uma sociologia importante para estudar a realidade social.

No terceiro capítulo buscamos contextualizar o conceito de família, as disposições do hábitus familiar. A distinção dos papéis de gênero dentro da família. Os novos arranjos familiares e a inserção da mulher no mercado de trabalho formal e no tráfico de drogas. Sabemos que o termo família sugere uma variedade de entendimentos. Ele nos remete a compreensão de um grupo de indivíduos ligados por laços de consanguinidade, de casamento e relações de interdependência econômica. Temos em nossa sociedade as marcas do patriarcado, algo que está embutido no subconsciente das sociedades e se manifesta na cultura se contrapondo aos ideais de igualdade buscados em algumas sociedades. Utilizaremos as abordagens de Singly (2007) sobre a instituição familiar e as mudanças que estão estruturando as relações familiares e definindo os papéis de cada membro do núcleo familiar, e Sarti (1996) que realiza uma análise das relações na família, sobretudo a partir da mudança nos papéis familiares, ou seja, mudanças consideráveis diante da crescente incorporação da mulher ao mercado de trabalho.

No quarto capítulo analisamos a vida no cárcere das mulheres, a sua relação com os filhos, familiares e companheiros. Compreender como se constrói o seu papel de mãe, filha e esposa, dentro da prisão, relacionando com os padrões que são estipulados social e culturalmente para as mulheres na sociedade brasileira. Trataremos do conceito de estigma de Goffman e refletiremos acerca do abandono que a mulher presa relata. Neste capítulo também, discutiremos a relevância da visita para essas mulheres, comparando com a realidade das penitenciárias masculinas e observaremos os vínculos afetivos dessas mulheres ainda no contexto da prisão.

Para melhor entender essas relações sociais, podemos citar a sociologia como um instrumento de apoio. Sabemos que a sociologia tem por objeto de estudo o amplo universo de fenômenos que envolvem o ser humano na teia de interações coletivas. Ela procura entender esses fenômenos com o objetivo de intervir sobre a realidade social, seja para modificá-la, seja para conservá-la tal qual é ou para resgatar nela o passado e as tradições. Para que isso seja possível, a sociologia desenvolveu alguns métodos e técnicas de pesquisa. Esses métodos são relevantes para explicar os fenômenos sociais e são capazes de em muitas ocasiões conduzirem formas competentes de intervenção na vida coletiva por parte de instituições e/ou órgãos do Estado.

Diante disso, ressalta-se que as atribuições dadas ao sociólogo requerem algumas capacidades, como a habilidade para perceber e contextualizar o mundo a partir de sua própria realidade, necessitando de uma sensibilidade e de uma curiosidade tanto em relação ao que é visível quanto ao que não é perceptível; ter a habilidade de se desligar dos valores particulares e dos interesses especiais de grupos organizados a fim de adquirir um nível de compreensão que não dependa de compromissos a priori; se mostrar com um grau suficiente de distanciamento social e pessoal das normas e dos valores predominantes para poder analisá-los com objetividade, consoante a lição (VIDICH; LYMAN, 2006).

CAPITULO 1- CAMINHO DA PESQUISA

A tarefa da pesquisa, como um todo, exige tanto um ato de observar quanto o de comunicar a análise dessas observações aos outros. O processo de coleta de dados nunca pode ser descrito em sua totalidade porque essas “histórias de campo” são por si só, parte de um processo social em andamento, que em sua experiência dia a dia, minuto a minuto, desafia a recapitulação na pesquisa.

Acerca do tema em apreço, acreditamos que a pesquisa qualitativa é uma ferramenta metodológica muito importante para o cientista social, que assume um papel, na busca pela compreensão das condutas, dos processos sociais, das ações, dos valores, das atitudes que fazem parte da realidade social, que o mesmo está inserido como participante, mas que necessita de uma habilidade no seu proceder como pesquisador, de que possibilite uma melhor apreensão do objeto e contexto a ser estudado.

Convém evidenciar que, de acordo com Vidich e Lyman (2006) todos os métodos de pesquisa, são no fundo qualitativos, sendo, nesse ponto, igualmente objetivos; o emprego de dados quantitativos ou de procedimentos matemáticos não elimina o elemento intersubjetivo que representa a base da pesquisa social. A objetividade consiste não em um método por si, mas na formulação do problema de pesquisa e na disposição dos pesquisadores de dedicarem-se a esse problema onde quer que os dados e suas instituições possam levá-los.

Sendo assim, o método e as técnicas para coletar dados empíricos, na execução da pesquisa serão subtraídos do arcabouço teórico e metodológico das ciências sociais. Isto, pois entendemos que tanto a teoria como os métodos e técnicas de pesquisa nas ciências sociais são amplos e diversificados. Portanto, acreditamos na importância de utilizar método qualitativo em consonância com o método quantitativo.

Com relação à abordagem qualitativa, Minayo (1993) aponta que, a mesma responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Correspondente a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Buscamos compreender as motivações que se fazem presentes na vida das nossas interlocutoras, para o cometimento do crime de tráfico de drogas, logo, é um universo que se coloca em uma linha tênue entre a objetividade e a subjetividade, dimensões que estão intrínsecas para o sujeito que realiza a ação então pesquisada.

Muito se discutiu ao longo do tempo acerca do “crime”. De acordo com Silva (2009):

Para o direito repressivo, o crime é todo ato que viola diretamente a consciência da coletividade, ou seja, enquanto a sociedade não sentir a consciência coletiva, violada, a conduta é atípica. A punição, nesse sentido, se transforma na reparação feita aos sentimentos de todos, da consciência coletiva. Conclui-se, portanto, que essa consciência é a mola propulsora do legislador ao elaborar as leis. [...] O crime fere além da norma, a moral da sociedade, seus valores, seus mais nobres princípios, que se não reparados, restituídos, impregnam sequelas indesejadas e prejuízos de difícil reparação. O costume provindo de um ato ilícito, por menor gravoso que seja, trará sempre uma ofensa aos princípios da ética e moral da sociedade. Quando a sociedade coaduna com a convivência de atos tidos como ilícitos e deles até participa ainda que involuntariamente, digamos, está contribuindo para o demérito do tecido e harmonia social amplamente tutelados na legislação vigente, bem como, construindo um atentado contra o Estado, pois que, instituidor de normas que coercitivamente induzam à vida social harmônica (SILVA, 2009).

Minayo (1992) ressalta que as ações têm uma dimensão externa e visível, que pode ser adequadamente expressa por meio de variáveis numéricas. Há também um significado para o sujeito que realiza, cuja compreensão requer uma abordagem qualitativa. Ressalta-se que é a natureza do objeto que deve guiar a escolha da metodologia, o que significa que dados quantitativos e qualitativos podem ser usados em uma pesquisa, se o objeto assim exigir.

A metodologia tem um papel fundamental nos projetos de pesquisa, pois a mesma indica os instrumentos que nós devemos empregar, ou seja: questionários, entrevistas, observação participante, pesquisa documental, entre outras.

Como se observa, nas pesquisas qualitativas, a qualidade das informações, será mais importante que a quantidade de informantes, e nós, só poderemos saber a quantidade dos sujeitos das pesquisas, mediante ao momento em que as entrevistas passam a se repetir, quando nada mais é acrescentado, é o momento o qual chegamos à saturação qualitativa, tem-se o entendimento de Gondin e Lima (2006).

A utilização do método é inseparável da teoria e da empiria. É um processo que nos obriga a ter determinados hábitos intelectuais que nos possibilitem fazer pesquisa e, com isso, trazer contribuições para a ciência e a sociedade, mediante uma busca de representar a realidade e, assim, construir novos conhecimentos ou trazer à tona o que não está de forma tão aparente na realidade social.

Utilizaremos como metodologia a história real, considerada como um importante instrumento na coleta de dados empíricos. Segundo Trebitsc (2001):

A história oral constitui uma metodologia qualitativa de pesquisa voltada para o conhecimento do tempo presente permite conhecer a realidade presente e o passado ainda próximo pela experiência e pela voz daqueles que os viveram. Não se resume a uma simples técnica, incluindo também uma postura, na medida em que seu objetivo não se limita à ampliação de conhecimentos e informações, mas visa conhecer a versão dos agentes. Permite conhecer diferentes versões sobre um mesmo período ou fato, versões estas marcadas pela posição social daqueles que os viveram e os narraram (TREBITSC, 2001, p. 96).

Assim, a relação que estabelecemos com o objeto é largamente permeada pela subjetividade, há um misto de sentimentos, conquista da confiança do depoente, racionalidade, concentração para captar detalhes que não são explicitamente dados, mas que são deixados no ar, no olhar, na postura corporal do entrevistado, até mesmo nas palavras que uma pessoa de fora poderia interpretar como mentira, enquanto que um olhar mais treinado pode perceber que se trata de uma verdade, embora esta esteja ou seja mascarada no dizer sempre expressivo de Menezes (2005).

Em vista disso, a partir da apropriação da história oral, nós acreditamos que é possível superar muitos obstáculos e enfrentar os desafios que a temática nos apresenta, pois compreender práticas sociais e as suas representações é um processo bastante complexo e desafiador, e necessitamos de ter em mãos algumas técnicas para que possamos coletar as informações e interpretá-las da melhor forma.

Alberti (2005) ainda comenta que:

Sendo um método de pesquisa, a história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento. Seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um projeto de pesquisa previamente definido. Assim, antes mesmo de se pensar em história oral, é preciso haver questões, perguntas, que justifiquem o desenvolvimento de uma investigação. A história oral só começa a participar dessa formulação no momento em que é preciso determinar a abordagem do objeto em questão: como será trabalhado (ALBERTI, 2005, p. 29).

Estamos realizando nossa pesquisa na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande, onde ouvimos os relatos de 10 mulheres que estão esperando julgamento, ou já cumprem sentença judicial por tráfico de drogas. A escolha das entrevistadas se deu mediante

o auxílio dos funcionários da unidade carcerária, da leitura dos cadastros e dos inquéritos judiciais.

A penitenciária onde foi realizada a pesquisa se encontra no bairro do Serrotão. O denominado Serrotão é um bairro localizado na zona oeste da cidade de Campina Grande, na Paraíba. Em sua área, localiza-se o bairro do Mutirão do Serrotão, um dos mais pobres de Campina Grande. Também localiza-se o Complexo Penitenciário do Serrotão constituído de três unidades prisionais: Penitenciária Padrão Regional de Campina Grande (antiga máxima de Campina Grande/PB), Penitenciária Regional de Campina Grande Jurista Raymundo Asfora e a Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande/PB⁵, sendo a última o *locus* de nossa pesquisa.

Realizamos um roteiro geral de entrevistas, que foram elaboradas com base no projeto de pesquisa e no estudo sobre o tema e foram efetuadas com as interlocutoras da pesquisa, ao longo do texto serão apresentados os seus relatos. Estruturamos os pontos levantados pelos autores da bibliografia utilizada, os documentos e as nossas hipóteses, articulando os dados já levantados e as nossas questões em curso da pesquisa.

Desse modo, foram registradas as nossas observações, das entrevistadas e da relação que estabelecemos com elas, assim, nossas impressões foram construídas a cada visita. A pesquisa documental, bibliográfica e as entrevistas compõem a apresentação dos resultados, por conseguinte a definição dos capítulos que compõe o relatório final da pesquisa. Para realizar as entrevistas na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande, foi necessário obter autorização da Gerência do Sistema Penitenciário (GESIPE) que localiza-se na cidade de João Pessoa-PB, diante disso, obtivemos a autorização com o Major Sérgio Fonseca que prontamente nos recebeu e autorizou a pesquisa no presídio.

Após recebida a autorização, conversamos com as diretoras da Penitenciária, que se mostraram solícitas em contribuir para o desenvolvimento do trabalho. Logo em seguida, realizamos uma entrevista com a diretora Anaires Almeida, com o intuito de conhecer mais da realidade da penitenciária e de nos apropriarmos da dinâmica e organização da instituição, além do cotidiano das nossas interlocutoras. Dessa maneira, estipulamos dois dias para as entrevistas, a quarta-feira e sexta-feira, e recebemos orientação de sempre entrar em contato antes de nossa visita.

Constatamos que o fluxo de entrada e saída da penitenciária é algo que tem uma rotina específica, e modifica-se o número de internas com certa regularidade, de modo que as entradas

⁵ Fonte: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Serrot%C3%A3o_\(Campina_Grande\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Serrot%C3%A3o_(Campina_Grande))>

e saídas que podem acontecer a qualquer dia e qualquer hora. Em vista disso, no dia 04 de setembro de 2015, realizamos a primeira coleta de informações sobre as internas e as participantes da pesquisa (mulheres presas por tráfico de drogas). Havia na instituição 95 mulheres presas, divididas em provisórias e sentenciadas. Dessas mulheres, 44 foram presas por tráfico de drogas, e as restantes, distribuídas em outros crimes.

A população interna encontrava-se dividida em 95 apenadas no momento em que foi iniciado a pesquisa, alterando sempre esse número. Fazendo parte de uma média da situação prisional da instituição. A tabela 01, expõe a distribuição das apenadas por escolaridade.

Tabela 01 - Divisão das apenadas por escolaridade.

Nº DE APENADAS	ESCOLARIDADE
53 apenadas	Fundamental incompleto
16 apenadas	Fundamental completo
8 apenadas	Ensino médio incompleto
8 apenadas	Ensino médio completo
2 apenadas	Superior incompleto
1 apenada	Especialização

Fonte: dados da pesquisa

Traçando o perfil dessas mulheres, a diretora Anaires Almeida (2015) ressalta que “a maioria é pobre, mas tem de todas as classes sociais e econômicas” e aliado a isso, o que tem mais lhe chamado atenção, é o fato de ter crescido o número de crimes com teor de violência, como por exemplo, o homicídio.

As mulheres vêm assumindo o controle no mundo do crime, e acabam por envolver os seus filhos neste ambiente nocivo. Ao longo das entrevistas nós vamos constatando essa realidade, e a cada uma delas um mundo de possibilidades, diálogos e reflexões se abrem, buscamos imergir nessa realidade.

Assim sendo, com a ajuda da direção e dos funcionários, escolhemos 10 mulheres que cumprem pena por tráfico de drogas para comporem o grupo de entrevistadas. Em primeiro momento, nós esclarecemos as essas mulheres, que elas não são obrigadas a falar, e que poderiam recusar caso não se sentissem à vontade para conversar. Logo, todas que foram chamadas, aceitaram participar. O nome das mesmas estará sendo preservado ao longo de todo trabalho, e por este motivo, escolhemos nomes fictícios para retratar suas histórias. Buscamos

a preservação da identidade e o respeito diante da atitude de expor suas vidas, para uma pesquisa acadêmica, que ficará disponível para a sociedade tomar conhecimento.

O ato de entrevistá-las e conhecer as suas trajetórias, gera vários sentimentos na hora da pesquisa. O momento de conversa expressa para um lado, um olhar de aprendizado e uma busca de produção de conhecimento e esclarecimento da realidade, e para o outro, um momento de desabafo. Assim tem sido colocado por elas durante as entrevistas. Buscamos muito além de uma confrontação entre teorias e histórias de vida. É um conhecimento de uma realidade pouco questionada por uma sociedade em geral, que tem boa parte de sua população nas cadeias pelo país. A pesquisa é uma construção diária e conflitante.

CAPÍTULO 2 – MULHERES APRISIONADAS NOS DEBATES DE GÊNERO

Para Castells (1999) “o patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas”. O autor ainda afirma que ele é caracterizado pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher, e filhos na esfera familiar. Ao longo do tempo, para que essa autoridade pudesse ser exercida, se fez necessário que o patriarcalismo permeasse toda a organização da sociedade. Ele defende que isso foi feito por meio:

Da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que tem sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo (CASTELLS, 1999).

Desse modo, é importante ressaltar que o patriarcalismo se enraizou na estrutura familiar, contextualizados histórica e culturalmente (CASTELLS, 1999). Diante disso, Gonçalves (2009)⁶ destaca que:

A presença da mulher no mercado de trabalho remunerado provocou profundas transformações, sobretudo nos últimos vinte e cinco anos do século passado, quando em 1990, mais de 850 milhões delas, num total de 41% do universo de 15 anos ou mais, figuravam como economicamente ativas no mundo, respondendo por 32,1% da força de trabalho em termos globais (GONÇALVES, 2009).

Para compreender como se deu historicamente a distribuição de poder entre homens e mulheres, nós podemos apontar a importância dos debates de gênero, que contribuíram e tem contribuído para uma análise crítica dos papéis exercidos por homens e mulheres na sociedade. Destacamos o movimento feminista que se consolidou em meio a várias vertentes e uma profunda riqueza de ideias que se expandiu a partir dos Estados Unidos, no final dos anos 60, e depois na Europa, no início da década de 70, expandindo pelo mundo inteiro nas duas décadas seguintes. Isso, a partir de muitos movimentos sociais que emergiram correntes dispostas a debater sobre as discriminações sexuais e a dominação masculina.

No Brasil, os estudos de gênero acompanham as diferentes etapas dos movimentos feministas. Para Silva (2000):

⁶ Fonte: Fim do Patriarcalismo. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/resenhas/1901777>> Acesso em: maio de 2016.

Os movimentos de mulheres se especificam em relação a outros movimentos ao proporem uma nova articulação entre a política e a vida cotidiana, entre esfera privada, esfera social e esfera pública. Ou seja, a mulher ao emergir da esfera privada para reivindicar na esfera pública também torna-se visível na esfera social, onde os limites entre o público e o privado tornam-se confusos. Em um primeiro momento as pesquisadoras feministas preocupam-se em estudar estas mulheres, que tornam-se visíveis na sociedade e na academia, trabalhos que desvendam a mulher como ser atuante e pensante (SILVA, 2000, p. 4).

Isto posto, abriu-se espaço para realização de debates em torno das desigualdades na distribuição de poder entre homens e mulheres.

2.1 A distinção dos papéis de gênero

Ao longo da história, o sistema punitivo se consolidou em sua clientela, por homens cometendo crimes e as mulheres geralmente estavam em posições de vítimas, e assim a mulher passa a ser vista mediante uma imagem de um ser mais dócil e frágil. São estereótipos que tem sofrido mudanças significativas na contemporaneidade. A sociedade não é imutável e os enquadramentos existentes para homens e mulheres passam por transformações, e o universo do tráfico de drogas também sofreu modificações, de modo que novos atores passam a compor o cenário.

No pensamento social, de forma recorrente, se pensa nas desigualdades de gênero levando em consideração o que o patriarcado impôs e ainda impõe às mulheres. Para Fernandes (2016):

O modelo patriarcal, como o próprio nome indica, caracteriza-se por ter como figura central o patriarca, ou seja, o “pai”, que é simultaneamente chefe do clã (dos parentes com laços de sangue) e administrador de toda a extensão econômica e de toda influência social que a família exerce. No Brasil, esse modelo de família começou a formar-se logo no primeiro século da colonização, século XVI, a partir da herança cultural portuguesa, cujas raízes ibéricas estavam, nessa época, fortemente vinculadas com o passado medieval europeu – sem contar a forte influência do modelo de patriarcado muçulmano, de quem os portugueses absorveram muitas características (FERNANDES, 2016).

Saffioti (2004) *apud* Silveira e Costa (2012), ressalta que:

A ordem patriarcal de gênero admitiria então a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina [e que] dentro do binômio dominação/exploração da mulher, os dois polos da relação possuem poder, mas de maneira desigual. A pequena parcela de poder que cabe ao sexo feminino, dentro de uma relação de subordinação, permite que as mulheres questionem a supremacia masculina e encontrem meios diferenciados de resistência.

Silveira e Costa (2012) compreendem que:

As relações entre os sexos [...] tanto no espaço privado do lar, quanto no espaço público das relações civis, são caracterizadas por uma relação hierárquica de poder. Nessa hierarquia a desigualdade e a exclusão das mulheres revelam-se e são explicadas com base nas diferenças físicas, sexuais e biológicas. A construção sociocultural da identidade feminina e a definição de seus papéis como figura passiva e submissa criam espaços e oportunidades propícios para o exercício da opressão masculina [estar presente em diversos espaços sociais] (SILVEIRA; COSTA, 2012, p. 2).

Ressalta-se que isso não significa uma homogeneidade das relações, mas representa o contexto histórico de formação dos papéis de homens e mulheres, fundamentados na cultura do patriarcado. Essa interação na conjuntura atual, perpassa a desconstrução da dicotomia público/privado que relega a mulher ao espaço do lar e dificulta sua atuação como sujeito no mundo político e do trabalho. O processo de desconstrução é sem dúvidas fundamental para o empoderamento e autonomia da mulher na sociedade.

Sendo assim, Silveira e Costa (2012, p. 2) destacam que “o patriarcado concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, possuindo uma base material e corporificando-se”, além de representar uma estrutura de poder que tem por base a ideologia e a violência. De acordo com Saffioti (2004) *apud* Silveira e Costa (2012, p. 2) o sistema patriarcal e sua ideologia impregnam a sociedade e o Estado, e ainda argumenta que na ordem patriarcal de gênero, o poder é exercido por quem for homem, branco e heterossexual. A sociedade é composta não apenas por discriminações de gênero, como também de raça, etnia, classe social e orientação sexual. Saffioti (2004) *apud* Silveira e Costa (2012, p. 2) “acrescenta que a grande contradição da sociedade atual é composta pelo patriarcado, pelo racismo e pelo capitalismo”. Para entender a relação existente entre os fatores condicionantes e as práticas criminosas é necessário levar

em consideração todas as contradições existentes na sociedade e assim, entender as ligações do público que é mais afetado.

Consoante com o entendimento de Castells (1999), as mulheres enfrentaram e enfrentam discriminação nas mais variadas esferas das sociedades. Fica evidente, que muitas conquistas foram alcançadas, mas, ao mesmo tempo, isso demonstra que há um longo caminho que as mulheres terão que percorrer para alcançar a equidade de gênero em todos os espaços da vida social. Foi através de embates teóricos e na vida prática que as mulheres iniciaram e vêm lutando contra posições subalternas em relação aos homens.

Alves e Corrêa (2009, p. 124) acreditam que:

O século XX, no mundo e no Brasil, caracterizou-se por transformações econômicas, sociais, culturais, tecnológicas e políticas extensas e profundas, cujos efeitos são inequívocos, no que diz respeito às ordens de gênero e sexualidade. Esse ciclo longo foi marcado por transições urbanas e demográficas, significando, em grande número de países e, especialmente no Brasil, um trânsito de sociedades, predominantemente rurais e agrárias, com altas taxas de mortalidade e natalidade, para novos contextos urbanos, industriais ou de serviços, com elevada incorporação de tecnologias à vida cotidiana. Do ponto de vista demográfico, isso significou redução das taxas de mortalidade e natalidade, aumento da esperança de vida ao nascer e alterações significativas da estrutura etária da população. As pessoas passaram a ter uma vida mais longa, enquanto a idade mediana da população aumentou, impulsionando o envelhecimento populacional. Todas estas transformações tiveram consequências que não são fáceis de serem avaliadas no novo desenho de uma reconfiguração social em constante movimento. No que diz respeito mais especificamente aos padrões de gênero e sexualidade, é preciso sublinhar a crescente individualização das sociedades e ampliação da autonomia pessoal, especialmente das mulheres, transformações nos padrões de conjugalidade e família, autonomização da sexualidade (ou separação entre sexualidade e reprodução), com impactos importantes sobre a fecundidade e desdobramentos no que se refere à contestação não apenas de padrões “tradicionais” de relações entre gêneros e de famílias, mas também da heteronormatividade compulsória. [São mudanças que têm contribuído para o] declínio das estruturas patriarcais de ordenamento das relações privadas e mesmo da lógica que preside a dinâmica da esfera pública (ALVES; CORRÊA, 2009, p. 124).

No âmbito jurídico, algumas mudanças de consciência de homens e mulheres possibilitaram que as leis também sofressem transformações e assim garantissem a igualdade entre os sexos. A Constituição Brasileira garante em seu artigo 5º que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição [...].

Em sintonia com o pensamento de Patrick Watier (2009), podemos afirmar que o mundo social, o universo que está sujeito à atividade dos homens, depende de seus sentimentos, de suas motivações, de seus atos, de uma atividade psíquica constituinte e constituída. O mundo humano é um mundo cultural, as situações que os indivíduos vivem são constituídas segundo significações, razões, projetos, sonhos e representações imaginárias. A constituição simbólica e expressiva da realidade humana e social requer ferramentas apropriadas, e o reconhecimento de um comportamento psíquico e mental ao qual todos os indivíduos têm e devem ser levados em consideração. Dessa sorte, para a análise do universo das interações, buscamos compreender a relevância simbólica dos fatos e acontecimentos das histórias de vida dessas mulheres, inseridas no mundo do crime, a partir de suas percepções sobre vários aspectos de suas vidas, como: filhos, companheiros, familiares, amigos e o seu cotidiano na prisão.

Na perspectiva de Silva (2014, p. 144):

Ao longo da história, muitos crimes foram cometidos por mulheres, mas sempre associados ao masculino. A ideia de mulher criminosa sempre leva a concepção de haver uma exceção, mesmo que os números mostrem o real envolvimento do feminino com os crimes mais diversos, visto que a mulher sempre foi definida pelo estigma da docilidade, da maternidade, como destinada a ser dona de casa, esposa e musa inspiradora do marido. O envolvimento da mulher com o crime vem rompendo com esses estereótipos na atualidade (SILVA, 2014: p. 144).

O tráfico de drogas representa uma lógica bastante complexa e apresenta claramente uma relação disposicional entre os atores que dele fazem parte. Da mesma forma, observa-se que o lugar da mulher na hierarquia do mundo do crime é inferior à do homem, ou seja, as mulheres quase não ocupam um lugar de liderança no tráfico, sendo esse lugar ocupado na maioria das vezes por um homem. As mulheres buscam cada vez mais alargar a sua participação nos espaços públicos e de uma divisão de papéis mais igualitária no espaço doméstico, pois ela ainda é a principal responsável pelos cuidados com o lar e com a criação dos filhos. Isso se dá como reflexo do patriarcado, que é um sistema social no qual o homem (no papel de marido ou de pai) é o ator fundamental da organização social, e exerce a autoridade

sobre as mulheres, os filhos e os bens materiais e culturais. Historicamente, o patriarcado pode ser encontrado, com algumas diferenças de estilo, nas civilizações hebraica, grega, romana, indiana, chinesa, etc. Mesmo vindo de longe, o patriarcado teve uma profunda influência sobre a maioria dos aspectos da civilização moderna como aponta Alves⁷ (2011).

De acordo com Silveira e Costa (2015) “a ideologia patriarcal continua bastante enraizada no imaginário coletivo”. Com isso, muitos homens têm dificuldade de assimilar funções na esfera familiar que culturalmente são destinadas às mulheres. Da mesma forma, as mesmas encontram obstáculos na conquista de espaço no âmbito público, as quais muitas vezes são discriminadas, menosprezadas e julgadas.

No mundo do tráfico a situação da mulher na maioria das vezes é de subalternidade. De acordo com Moura (2005, p. 60):

No comércio de tráfico de drogas há um viés hierarquizado, em que as mulheres assumem funções de menor complexidade, sempre vinculadas ao universo doméstico; isto é, ao espaço privado, com tarefas como enrolar a droga, guardar, transportar e informar e etc. (MOURA, 2005, p. 60).

Assim, constatamos que a mulher acaba exercendo as tarefas que a colocam em maior risco de ser pega pela polícia ou mesmo morta por grupos rivais. Em certa medida, a condição de subserviência da mulher nas atividades do tráfico de drogas justifica o grande aumento do aprisionamento feminino nos últimos cinco anos (CARRANCA, 2009; SOARES; ILGENFRITZ, 2002).

Observando alguns espaços de socialização, constatamos que homens e mulheres desempenham funções similares e que esse desempenho não causa desconforto nos agentes, nem algum tipo de tensão com as demandas sociais. No estudo realizado sobre os modos de vida de famílias pobres nas periferias de São Paulo, Cintya Sarti (1994) descreve a maneira como as mulheres adotam e desempenham papéis masculinos que, pela força da tradição, se esperava que fossem desempenhados pelos homens. Atividades como, disciplinar os comportamentos dos membros da família, a assistência material e a preservação de valores morais passaram a se tornar responsabilidades das mulheres. É possível que essas mudanças sejam consequências de alterações nos padrões sociais e culturais da vida moderna, e que de alguma forma, como decorrência dessas alterações, a mulher na vida contemporânea tenha mais

⁷ Link :< <http://opensadorselvagem.org/ciencia-e-humanidades/demografia/o-patriarcado/pdf>>. Acessado em 2 de maio de 2016.

facilidade para se inserir em espaços públicos do que em gerações anteriores, quando tais atividades eram reservadas aos homens.

Se levarmos em conta o que acima foi observado, podemos constatar que, a divisão social do trabalho, as crises econômicas, rupturas familiares, fenômenos migratórios ou deslocamentos territoriais, são fenômenos que indicam que as condições sociais e culturais das últimas décadas, têm sofrido muitas mudanças. Esse fato tem provocado uma reformulação nas categorias tradicionais associadas às determinações biológicas relativas ao sexo, introduzindo conceitos mais elásticos e inclusivos nos debates de gênero. Mas essa nova tendência ainda se fortalece por novas análises da dinâmica da vida coletiva, no sentido em que grande parte das abordagens em torno dos processos de construção da identidade sexual ainda reafirma representações do masculino e do feminino como categorias diametralmente opostas.

No pensamento social a vida humana é vista como fluxo, como uma realidade em permanente devir, como um processo de mudanças efetivas pelas quais todo ser passa. Um movimento permanente que atua como regra, sendo capaz de criar, transformar e modificar tudo o que existe. Nesse sentido, é pertinente lembrar das ideias de Comte (1798-1857), para quem a história humana consiste na vivência de um longo processo caracterizado por frequentes mudanças nos modos de pensar, sentir e agir, os quais afetam os modos de integração social. Nesse processo, o reconhecimento do outro como pessoa, enquanto um ser individual portador de direitos e deveres, é um dos passos mais importantes na definição do ordenamento social.

Ao longo dos anos, as sociedades humanas conquistaram inúmeros direitos, em que importantes passos foram dados na busca da liberdade e igualdade dos indivíduos. No entanto, para as mulheres a conquista e garantia desses direitos deu-se de maneira mais lenta e complexa. Para Silveira e Costa (2015):

A mulher encontra-se sempre dividida entre as duas esferas: muitas vezes, para alcançar o sucesso profissional a mulher precisa renunciar à vida doméstica; ao mesmo tempo, ao se dedicar ao lar esta não tem condições de adentrar no espaço público, por não conseguir conciliar a esfera privada com a esfera pública. Entretanto, mesmo com todas as dificuldades, o sexo feminino passa por transformações que contribuem para a modificação das relações entre homens e mulheres e afetam diretamente a condição masculina na sociedade (SILVEIRA; COSTA, 2015, p. 3).

Segundo Durhan (2004) *apud* Silveira e Costa (2015, p. 3):

A industrialização e o surgimento do capitalismo separaram radicalmente a produção da reprodução, em duas esferas distintas. Criou-se assim uma forma específica de isolamento feminino no espaço doméstico. Porém, para a autora, o capitalismo não excluiu a mulher da esfera pública. E sim, a inclusão simultânea do sexo feminino nas esferas, pública e privada. Surge, assim, a grande contradição da condição feminina: “a percepção de sua igualdade enquanto indivíduo na esfera do mercado e de sua desigualdade enquanto mulher na esfera doméstica da reprodução (DURHAM, 2004, p. 346)” (DURHAM, 2004 *apud* SILVEIRA; COSTA, 2015, p. 3).

As relações entre os sexos representam tanto no espaço privado do lar, quanto no espaço público das relações civis uma relação hierárquica de poder. Nessa hierarquia a desigualdade e a exclusão das mulheres manifestam-se e são explicadas com base nas diferenças físicas, sexuais e biológicas, como apontam Silveira e Costa (2015). Em consequência disso, essas diferenças continuam estruturando a identidade de homens e mulheres e o modo de interação entre eles.

Definiu-se ao longo da história, determinadas atribuições, papéis e lugares, que homens e mulheres têm em uma determinada sociedade. Segundo Rago e Saffioti (2004, p.32) *apud* Bernardi (2013, p. 33)

No século XIX, a mulher foi projetada para o âmbito privado (lar/casa), ao contrário dos homens que tinham seus lugares na esfera pública (trabalho/rua). [...] A ideologia da domesticidade e incapacidade vai se configurando para as mulheres, devendo elas “submeter-se à autoridade masculina em casa e fora dela, sob pena de serem olhadas como anormalidades ou monstruosidades” (RAGO; SAFFIOTI, 2004, p. 34 *apud* BERNARDI, 2013, p. 33).

Para Bourdieu (2002):

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidades de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura,

masculino, e longos períodos de gestação, femininos. O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. [Então], a diferença biológica entre os sexos, ou seja, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (O corpo e seus movimentos, matrizes de universais que estão submetidos a um trabalho de construção social, não são nem completamente determinados em sua significação, sobretudo sexual, nem totalmente indeterminados, de modo que o simbolismo que lhes é atribuído é, ao mesmo tempo, convencional e “motivado”, e assim percebido como quase natural) [...] É o princípio da de visão social que constrói a diferença anatômica e que é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que a alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas. A virilidade, princípio da conservação da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual (BOURDIEU, 2002, p. 16-17).

Diante disso, pode-se afirmar que são esperadas atribuições para o homem ser considerado homem (potência sexual) e para a mulher (fecundidade) um quadro de adequações sociais (BOURDIEU, 2002). Bernardi (2013) ainda destaca que:

A atenção à questão de gênero, no entanto, não atende simplesmente a uma tendência contemporânea ocasional que concebe a mulher como um novo sujeito em diversos setores e esferas da vida social e assim também no sistema penal, mas reveste-se de uma dupla significância que reside precisamente em refletir acerca dos efeitos ou consequências que a criminalização e a penalização podem ocasionar não só para a mulher como indivíduo e sujeito de direitos, mas também de forma extensiva a toda a sociedade (BERNARDI, 2013, p. 38-39).

Percebe-se que, historicamente, o sistema punitivo se consolidou em sua clientela, por homens cometendo crimes e as mulheres geralmente estavam em posições de vítimas. Com

isso, a mulher passa a ser vista mediante uma imagem de uma maior fragilidade e com determinados papéis na sociedade, como o de esposa, mãe, pessoa responsável pelo lar, pela educação dos filhos, e etc. Para os homens, foi naturalizado culturalmente o outro lado, o espaço público, o que lhe confere outros deveres e posições diferenciadas, considerado o provedor do lar, o responsável pelo bem-estar econômico familiar. Logicamente, nada é imutável, e as mudanças na sociedade aconteceram e os enquadramentos existentes para homens e mulheres passam por transformações continuamente. Destarte, o universo criminoso também sofreu modificações, onde foram inseridos novos atores que passam a compor o cenário existente.

Sendo assim, a mulher que adentra ao mundo do crime, passa a ser apontada como agente de uma infração ainda maior, tendo em vista que a ação criminosa, supostamente, deveria fazer parte do universo masculino, de modo que a mulher que assume tal papel se transforma em um tipo de aberração, cometendo uma transgressão dupla (BERNARDI, 2013).

Apoiando-se a isso, pode-se compreender que quando uma mulher é apreendida, ela é vista como alguém que desrespeitou não só uma regra legal, mas também uma regra moral, sendo dessa forma, em muitos casos, duplamente julgada. Como percebemos nos relatos da nossa interlocutora, Mérope, quando ela descreve como se sentiu no momento da sua prisão e o que ouviu de um policial. Vamos conhecer um pouco de sua história até o momento da que foi presa.

- Mérope, 30 anos, Campina Grande-PB

Engravidou do primeiro filho aos 15 anos de idade, e hoje é mãe de três filhos. Estudou até o terceiro ano do ensino médio. Dentro da prisão está fazendo aulas para realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). De acordo com ela, foi vendedora, já trabalhou em shopping na cidade e seu primeiro emprego foi com 18 anos. O seu atual companheiro encontra-se preso na cidade de João Pessoa-PB. No seu antigo relacionamento ela sofria agressões, e por este motivo eles se separaram.

A mesma foi presa em outubro de 2015, em uma casa com 900 quilos de maconha. Foi a segunda maior apreensão de drogas no Estado no ano de 2015. Ela conta que na delegacia havia um policial que a chamava de forma obscena, referindo-se a ela como prostituta em algumas ocasiões, acontecimento que a incomodou muito. A resposta foi refutar ao policial, pois não era pelo fato dela estar presa que não merecia respeito. No momento da prisão já havia acontecido outra situação semelhante, quando foi destacado o fato dela estar usando uma saia curta, de modo que a questionaram se ela estava ali para fazer sexo na casa. Ela argumenta que se dirigiu até lá para namorar um “rapaz do imóvel” que, segundo ela, fez um depoimento que

complicou sua vida, pois ele havia afirmado que a mesma tinha alugado a casa e estava envolvida também.

Os seus filhos estão com os avós, mãe e pai dela. Os mesmos não foram visitá-la na prisão, pois eles não tinham coragem. A comunicação é feita por cartas, as quais ela escreve para as amigas, a família e para o marido, que também está preso.

Quando perguntada sobre o cotidiano na prisão, ela respondeu que era muito difícil, já que qualquer coisa é má interpretada e gera discussões e brigas. Mas segundo ela: “o pior de tudo é a saudade”. Já o melhor dia para ela é na segunda-feira, pois as aulas do RHEMA oferecidas na cadeia ajudam a lidar com o dia-a-dia. A expectativa para quando sair da prisão é fazer uma faculdade de história e de direito. Mérope não assume estar envolvida, se diz vítima da situação, de coincidentemente estar naquele lugar na hora que a polícia chegou. Diferente de outras mulheres que falam abertamente sobre o que aconteceu, podemos perceber certo receio da mesma em declarar isso.

Ainda em relação à vitimização da mulher, Andrade (2003, p. 175) aponta que “o estereótipo da mulher passiva [...] na construção social do gênero, divisão que a mantém no espaço privado (doméstico), é o correspondente exato do estereótipo da vítima no sistema penal”. Como meio de integrar e completar os pensamentos e ideias de Andrade, Jacinto *et al* (2008) ainda afirma que:

Tal estereótipo pode nascer muitas vezes de uma seletividade sutil, até mesmo pela criminalização secundária, onde o olhar selecionador do policial é voltado à figura masculina ideologicamente mais propensa a cometer crimes. Já quanto à mulher, esta não é vista como criminosa, sua imagem social está ligada à imagem da passividade e fragilidade, pela ideologia de ser seu lugar o local privado e por estar resguardada na intimidade, onde o sistema penal não opera intensamente, como opera no âmbito público (JACINTO *et al*, 2008).

Como exemplo desse fato, podemos mencionar a reportagem veiculada no programa Conexão Repórter, do canal SBT, exibida no dia 9 de agosto de 2012. Nesse programa, o jornalista Roberto Cabrini apresentou a história de algumas mulheres que se encontram apenadas, pagando condenação por envolvimento com o narcotráfico. O agravamento do “drama” dessas mulheres obedecia à falta de convívio com suas famílias. A maior parte delas se identificava como mães, algumas como chefes de famílias mono parentais, e que se envolveram com o narcotráfico em razão da urgência de dar assistência material a seus filhos.

Em outros casos, elas se apresentavam como esposas submissas, e seu envolvimento com o tráfico era justificado pelo amor e a fidelidade a seu companheiro.

Como se nota, nos discursos proferidos aparece uma representação da mulher que reproduz ideias do pensamento patriarcal, o qual vê a mulher como dona do lar, zelosa guardadora do bem-estar das pessoas que considera como sendo seus dependentes, e mãe amorosa que arrisca sua vida, envolvendo-se em atividades de contravenção, em ações que possam assegurar retorno financeiro para garantir a subsistência material de sua família. Em algumas falas, essas mulheres não tinham nada para colocar na mesa e alimentar os seus filhos. Justificam sua prática, pela falta de oportunidade em trabalhos que tivessem uma maior valorização e um retorno financeiro suficiente para sua subsistência e de sua família.

No mencionado programa de Roberto Cabrini foram apresentados alguns casos de mulheres que pelo seu bom comportamento na cadeia, passaram a cumprir sua pena no regime semiaberto. Algumas dessas mulheres aproveitaram a saída da cadeia, para voltar às atividades do narcotráfico. No entanto, enquanto estavam na prisão, por unanimidade, na filmagem do mesmo programa, elas manifestaram arrependimento pelo envolvimento com o narcotráfico e asseguraram que, quando ficassem livres, retomariam suas atividades domésticas e nunca mais se envolveriam em atividades delitivas. Casos como esses não são raros. Nesse sentido, convém lembrar dos debates levantados no pensamento social em torno do individualismo.

De acordo com Torres Junior (2003):

O termo individualismo é tido como uma antinomia da ideia de solidariedade e coesão social. As condições necessárias à emergência desse fenômeno são consideradas como desagregadoras da vida e da moralidade coletiva. No entanto, esse tipo de análise, ao não diferenciar o individualismo moral do amoral, mostra-se, no mínimo, impreciso. [...] A liberação dos indivíduos humanos de determinadas relações sociais tende a aparecer como ausência de qualquer laço social que possa vinculá-los, como se eles passassem a existir “fora” da sociedade, onde participar ou não [de determinadas práticas sociais fosse uma questão de livre escolha, e autônoma desses indivíduos] (TORRES JUNIOR, 2003, p. 5).

Destaca-se também que “a afirmação e o desenvolvimento da individualidade explicam-se, antes de qualquer coisa, pelo efeito que determinados processos sociais provocam no caráter, ou seja, na substância e na quantidade das relações que os indivíduos humanos estabelecem entre si” (TORRES JUNIOR, 2003, p. 8). Simmel (1998) utiliza esse argumento quando vincula a formação da individualidade à ampliação e à multiplicação dos círculos sociais, a um processo

que se desenvolve graças ao desencadeamento de uma série de forças centrípetas que colocam o indivíduo em um movimento permanente. Esse movimento tem vigor suficiente para alterar a forma como os indivíduos constituem os círculos dos quais participam.

A guia de exemplo, Simmel (1998) ainda menciona a representação do dinheiro como uma generalização da troca econômica e monetária. Em suas palavras, o dinheiro permite que os indivíduos participem de um número cada vez maior de círculos sociais, sem que para isso tenham de envolver aspectos de sua personalidade que ultrapassem os limites de suas escolhas. Dessa sorte, dada a força abrangente e coercitiva dos círculos sociais, as margens de escolha para realizar uma ação individual são extremamente reduzidas. Podemos compreender que no geral essas mulheres que participam do tráfico de drogas, estão inseridas em meios sociais, onde a prática se faz presente no cotidiano. E quando as mesmas são presas, elas assumem serem donas da droga apreendida, e em alguns casos, se responsabilizam individualmente pelo ato, para não comprometer sua vida e de seus familiares. Ouvimos relatos que apontam para este fato. Uma força coercitiva que permeia esse tipo de relação.

2.2 Gênero e delimitação dos espaços sociais

As mulheres no tráfico de drogas assumem funções de menos complexidade, como já foi discutido anteriormente. As mesmas estão, na maioria das vezes, vinculadas ao espaço doméstico, o que representa também o universo privado. O comércio da droga, acaba por envolver todos os integrantes de uma família em alguns casos. As casas ficam conhecidas como “bocas de fumo”, lugares específicos para os usuários e traficantes realizarem o comércio. A rua se coloca como um lugar que possibilita um maior risco de prisão.

Ao longo do tempo, o espaço público se colocou como um lugar destinado aos homens como cidadãos, e para as mulheres, o espaço doméstico, isso pode ser percebido em várias culturas, incluindo a nossa. Estabelecendo assim, uma divisão do trabalho entre homens e mulheres, ou seja, uma divisão sexual do trabalho. Essa tradicional divisão do trabalho sofreu várias modificações, historicamente. Houve uma maior possibilidade de acesso das mulheres, em alguns setores predominantemente masculinos. As mulheres tiveram uma abertura muito maior ao mercado de trabalho, devido também a sua vivência no meio escolar e a qualificação para o assumir esse papel. Também foi constatado um aumento nítido da mulher na esfera política. Tudo isso, alcançado com muita luta e suor pelos movimentos de mulheres.

A casa e a rua, foram muito demarcadas socialmente como lugares distintos, e hoje em dia ainda podemos encontrar suas características. A casa é um lugar propício para que as

relações mais íntimas aconteçam. É um lugar onde podemos claramente demarcar, “os meus”, e “os outros”. Ter acesso a casa de alguém, é participar da construção da vida das pessoas. A casa é um lugar “seguro”. Ficamos da maneira que quisermos em nossa casa, sem assim as outras pessoas saberem ou participarem dos nossos momentos. Encontramos desse modo, conceitos e discursos que relevam as sutilezas dos ambientes habitados. Uma é a sociedade que integramos na rua, as suas regras e leis. Na rua encontramos outras verdades que se distinguem do lar.

A partir das representações sociais construídas para a imagem do feminino – como o cuidado, o modo de agir, um ser frágil, que necessita de cuidados – o lugar propício para as mulheres, então, seria o lar. O papel de educar os filhos é uma responsabilidade que reafirma o papel da mulher na sociedade e, principalmente, dentro do lar. Tudo isso, tem sido muito questionado e superado com o passar do tempo. Desnaturalizar não é uma tarefa fácil, mas através de lutas do movimento feminista, de mulheres, tem-se quebrado verdadeiras regras morais, sobre os papéis de homens e mulheres na sociedade.

Para Fonseca (2000, p. 44):

A alocação de mão de obra sexuada especifica em cada um dos setores produtivos, fundamenta-se em representações e crenças existentes a respeito do que deve ser os atributos de masculinidade e feminilidade. Atentar para o conjunto de falas que expressam tais crenças leva a notar que em geral, é imaginado como masculino tudo que diga respeito a máquinas- grandes e difíceis máquinas - e, como feminino, tudo o eu pode ser feito com as mãos, com delicadeza e paciência (FONSECA, 2000, p. 44).

Moura (2005) também acrescenta que:

A divisão social e sexual do trabalho, na configuração assumida pelo capitalismo contemporâneo, fez crescer a exploração do trabalho, fazendo-o, entretanto, de modo ainda mais acentuado em relação ao mundo do trabalho feminino. De efeito, a desigualdade é comum ocorrer no mundo do trabalho legal e ilegal (MOURA, 2005, p. 62).

De acordo com DaMatta (1986) em casa, somos membros de uma família e de um grupo fechado, tendo limites e fronteiras bem definidos e delimitados. Em geral, sua base é formada por pessoas que possuem a mesma substância. Essa substância física se projeta em propriedades e muitas outras coisas comuns.

Assim, na casa, somos únicos e insubstituíveis. Temos um lugar singular numa teia de relações marcadas por muitas dimensões sociais importantes, como a divisão de sexo e de idade. Mas se em casa somos classificados pela idade e pelo sexo como, respectivamente, mais velhos ou mais moços e como homens e mulheres – e aqui temos dimensões sociais que são provavelmente as primeiras que aprendemos na sociedade brasileira –, nela somos também determinados por tudo o que a “honra”, a “vergonha” e o “respeito”, esses valores grupais, acabam determinando. Quero referir-me ao amor filial e familiar que se deve estender pelos compadres e pelos amigos, para quem as portas de nossas casas estão sempre abertas e nossa mesa está sempre posta e farta (DAMATTA, 1986, p.17).

A casa representa nosso lugar no mundo, onde cada um tem seu papel em meio uma infinidade de construções familiares. Ser homem ou mulher dentro do espaço da casa, é ter um papel para representar, uma responsabilidade a cumprir e é sem dúvidas o nosso primeiro contato com uma instituição. Aprendemos, construímos nossa personalidade e é onde é possível praticar os nossos sentimentos e emoções com uma certa naturalidade. Vivemos em casas diferentes, de tamanhos e formas com infinitas características, e podemos assim afirmar: “esse é o meu lar”.

Mas para compreender melhor essas definições e características, se torna importante, destacar também os espaços diferentes ao da nossa casa. Diante disso, DaMatta (1986, p. 20) faz a seguinte consideração:

Mas como é o espaço da rua? Bem, já sabemos que ela é local de “movimento”. Como um rio, a rua se move sempre num fluxo de pessoas indiferenciadas e desconhecidas que nós chamamos de “povo” e de “massa”. As palavras são reveladoras. Em casa, temos as “pessoas”, e todos lá são “gente”: “nossa gente”. Mas na rua temos apenas grupos desarticulados de indivíduos – a “massa” humana que povoa as nossas cidades e que remete sempre à exploração e a uma concepção de cidadania e de trabalho que é nitidamente negativa (DAMATTA, 1986, p. 20).

DaMatta (1986) aponta que “falamos da “rua” como um lugar de “luta”, de “batalha”, espaço cuja crueldade se dá no fato de contrariar frontalmente todas as nossas vontades” (DaMatta, 1986). Afirmamos que na rua encontramos uma “dura realidade da vida” e que o fluxo da vida, com suas contradições, em meio uma infinidade de surpresas, incertezas e arroubos, se encontra, certamente, na rua. Na rua, o tempo se faz mediante as regras estabelecidas pelo mundo “lá fora”. Nos adequamos, e assim fazemos nossa história, a partir de fatos e situações complexas que não depende apenas de vontades individuais. Porém, um fluxo que nos enquadra e que nos adequamos as situações e momentos distintos.

Aprendemos desde cedo que a rua é um lugar perigoso, especialmente quando se é mulher. Ainda pré-adolescentes e de corpos infantis, já somos alvos nas ruas de cantadas e até seguidas, em muitos casos, sem ao menos, entendermos o que de fato está acontecendo, afinal, em nossas mentes “somos crianças”. Brincamos, levamos a vida ainda com muita fantasia e acreditamos nos sentimentos humanos com mais confiança e uma certa ilusão. Aos meninos, já lhes é possível, uma certa liberdade, mobilidade e “segurança”. Os meninos não têm essa preocupação com assédios e “psiu’s”, um temor diferente das meninas e mulheres. Muito cedo eles aprendem que a rua é um espaço deles. Em casa começam a perceber a diferença com o tratamento de suas irmãs e mulheres mais próximas. Sabem que podem voltar mais tarde que suas irmãs para casa. São situações sutis que formam nossa personalidade ao longo dos anos e não é da noite para o dia que à mulher foi entregue, a casa, e ao homem, a rua. No entanto, estamos lutando para desconstruir e desnaturalizar o que por muito tempo já foi inquestionável.

No Brasil, casa e rua são como os dois lados de uma mesma moeda. O que se perde de um lado, ganha-se do outro o que é negado em casa – como o sexo e o trabalho –, tem-se na rua. Não creio ser necessário chamar a atenção para o fato significativo de que, em nossa classificação de eventos, relações e pessoas, a casa e a rua entram como um eixo dos mais fundamentais. Assim, se a mulher é da rua, ela deve ser vista e tratada de um modo (DAMATTA, 1986 p. 21).

A casa e a rua se diferem e se completam: na casa é esperado tal atitude, na rua pode-se abrir um mar de outras possibilidades. Classificamos os lugares, os acontecimentos e também as pessoas, e para fazer essa classificação escolhemos, muitas vezes, o lugar representado pela casa e pela rua. Podemos atribuir valores as pessoas que nelas estão. Então, chegamos em uma classificação já ouvida por muitos: “a mulher da rua”. Perguntamos, então, quem é esta mulher que se esquadra no que é acreditado socialmente que é ser uma “mulher da rua”? Acreditamos que é mais incomum ouvir pessoas dizendo: “esse homem é da rua”. Realmente nos parece tão óbvio, o homem ser “da rua”, que não refletimos sobre este fato. Nos parece algo natural e até aceitável, pela forma que estamos condicionados a enxergar uma distinção dos sexos e dos espaços, desde muito cedo.

Trata-se, para ser mais preciso, das chamadas mulheres da “vida”, pois rua e vida formam uma equação importante no nosso sistema de valores. Do mesmo modo, se a discussão foi na rua, então é quase certo que pode degenerar em conflito. Em casa, pode promover um alto entendimento. Também falamos que comida de rua é ruim ou venenosa, enquanto a comida caseira é boa (ou deve ser assim) por definição. Até mesmo objetos e pessoas, como crianças,

podem ser diferentemente interpretados caso sejam da rua ou de casa. Por tudo isso, o universo da rua – tal como ocorre com o mundo da casa – é mais que um espaço físico demarcado e universalmente reconhecido. Pois para nós, brasileiros, a rua forma uma espécie de perspectiva pela qual o mundo pode ser lido e interpretado. Uma perspectiva, repito, oposta – mas complementar – à da casa, e onde predominam a desconfiança e a insegurança (DAMATTA, 1986, p. 21).

Demarcamos os espaços, criamos um sistema de valores que dão significados aos lugares e as nossas ações. Reproduzimos cotidianamente, o que esperamos do comportamento dos indivíduos, a partir do lugar e momento em que o mesmo se encontra. Reforçamos os valores aprendidos aos nossos filhos, e damos significados a forma de perceber o mundo e agir perante a ele. Mediante o fato de existir uma separação dos papéis de homens e mulheres na sociedade, de entendermos que os espaços diferentes da rua e da casa, do público e do privado, nos cobram certas características de atuação. Isso certamente influencia todas as nossas formas de nos relacionar e também cria uma divisão sexual do trabalho. Os lugares são estruturados, de modo que homens e mulheres têm até certa medida que se enquadrar ao que está posto socialmente e que lhes é esperado. Organizamos o mundo do trabalho, como também organizamos o núcleo familiar. Cada um com sua função estabelecida, a qual existe uma relação de poder dentro do mundo do trabalho e do universo familiar. São deveres para serem cumpridos e respeitados. Essa hierarquia também é percebida no tráfico de drogas e as mulheres se encontram normalmente nos papéis de maior subalternidade no comércio do tráfico. Diante disso, o espaço doméstico é um lugar propício e funcional para o exercício desta atividade.

Encontramos também mulheres que se apresentam em situações financeiras e profissionais bem ajustadas, que supomos ser difícil que as mesmas cheguem ao universo da crime e consequente prisão. Porém, conhecemos uma mulher com tais características, que não são tão comuns de encontrar nesse mundo. Como é o caso da nossa entrevistada, a Meissa, que nos conta como entrou para o mundo do crime, tendo sido, como consequência, privada do direito de sair pelas ruas.

- Meissa, 23 anos, Monteiro-PB

Meissa terminou o ensino médio, fez alguns cursos técnicos na área de computação e é concursada na cidade de Monteiro, no cargo de auxiliar de estudos educacionais há 2 anos e 4 meses. Ela é solteira, sem filhos, e tem uma relação homo afetiva, que a mesma fez questão de enfatizar o quanto essa relação é positiva para ela.

Meissa, aparentemente com uma vida bastante estável financeiramente, viveu com seus pais no estado de Pernambuco, até ir trabalhar na cidade de Monteiro. Morava sozinha, e

segundo ela era viciada em maconha, e por causa disso, conhecia muitas pessoas que frequentavam todos os ambientes. Em um determinado dia, ela recebeu um pedido de um “amigo” para que abrigar uma amiga em sua residência. Meíssa aceitou e essa pessoa que foi para sua casa levou mais outras pessoas com ela.

Em um dia, sem ela esperar, a polícia chegou até sua casa e deu voz de prisão a todos. Ela foi autuada em vários artigos, incluindo o tráfico de drogas, pois estas pessoas já estavam sendo investigadas pela polícia e o envolvimento de menores agravou ainda mais a situação. A entrevistada foi presa em 2015 e transferida da delegacia da cidade de Monteiro para o presídio de Campina Grande-PB.

Uma mulher de fácil diálogo, que fala abertamente sobre sua vida toda e sobre o que a levou até chegar atrás das grades, o que alongou o tempo da entrevista. Ela é uma mulher jovem, branca, tatuada, têm uma média de dez tatuagens e também comenta abertamente sobre isso. A mesma tem um nível de esclarecimento que se destaca do perfil majoritário das mulheres que estão nos presídios, e principalmente pelas que estão presas por tráfico de drogas.

Ela conseguia falar naturalmente sobre o ocorrido, até sorria muitas vezes, a ponto de nos fazer rir juntas, falando do tal “amigo” que desapareceu logo que a mesma foi presa. Para ela, estar dentro da cadeia é uma ajuda para afasta-la dos vícios. Quando sair da cadeia pretende ir morar em outra cidade. Sua mãe já vendeu uma casa para pagar um advogado para lhe tirar da prisão. Sua namorada está a sua espera, e isso, ela ressalta bastante.

A mesma muda a dinâmica da entrevista e passa a fazer perguntas sobre a pesquisa, por exemplo: “como está sendo realizada?”. Ela demonstra interesse não só pelo tema, mas também pelo o que está sendo feito, pelas ciências sociais e declara que pretende fazer um curso superior quando sair da prisão.

Dessa maneira, nós confirmamos que são diferentes as formas que essas mulheres chegam até a prisão. Não existe um fator único que possa ser responsável pela prática ilegal. O que vemos é uma diferenciação no tratamento de homens e mulheres, o que já acontece na sociedade cotidianamente e que os espaços bem definidos e demarcados, são construções que servem para enquadrar as pessoas em certas características que a sociedade espera dos indivíduos.

CAPITULO 3 - MULHERES E TRÁFICO DE DROGAS

Vários fatores contribuem para a inserção de homens e mulheres no crime. Podemos apontar alguns fatores que encontramos para a realidade estudada. Moura (2005) destaca alguns fatores, como má distribuição de renda, dificuldade de inserção no mercado de trabalho, devido ao baixo nível de escolaridade e da pouca qualificação, como elementos que favoreceram o crescimento contínuo nos últimos anos para o tráfico de drogas no Brasil, absorvendo uma grande parcela da sociedade. Homens e mulheres estão inseridos cada vez mais em práticas criminosas atestando uma configuração muito parecida – principalmente no que se refere ao tráfico de drogas – grupo advindo de empregos precários, informais, com pouca (ou nenhuma) estabilidade, fazendo parte do mundo da droga.

As mulheres que fazem parte do nosso universo pesquisado, corroboram para o nosso entendimento acerca da relação entre a prática criminal e o contexto brasileiro de desigualdades sociais. O público alvo dessa realidade é um grupo que se depara com uma forte precariedade de trabalhos e salários, um desemprego ameaçador e uma falta de qualificação que impede a ascensão dessas pessoas em posições e cargos de trabalhos melhores, menos arriscados, dignos e dentro da legalidade e moral cobradas pela sociedade. Das dez mulheres entrevistadas, seis informaram ter estudado até o fundamental incompleto, as outras quatro mulheres afirmam ter estudado até o ensino médio e nenhuma com ensino superior. Isso se caracteriza como uma correlação encontrada em outras pesquisas que abordam a problemática e com os dados dos institutos que realizam o mapeamento da população carcerária no Brasil. Um fato que nos chama a atenção é a realidade de desemprego no ato da prisão.

É um misto de complexidade e curiosidade do pesquisador ao analisar a trajetória das mulheres envolvidas nesta atividade. Para as ciências sociais é um objeto de estudo que instiga o interesse de desvendar os dilemas existentes e confrontá-los com o comportamento de outros grupos sociais em um mundo globalizado, onde encontramos indivíduos incluídos na mesma problemática de vida.

A maioria de nós vê o mundo a partir de características familiares a nossas próprias vidas e, assim, é mais complexo entender as ações de outros indivíduos mediante um parâmetro nosso de realidade, opções e principalmente de oportunidades. As ciências sociais são extremamente importantes para nos ajudar a assumir uma visão mais ampla sobre o porquê somos como somos, e porque agimos como agimos. Buscamos compreender o que nós encaramos como natural, inevitável e verdadeiro. Pode não ser bem assim, os dados de nossa vida são fortemente influenciados por forças históricas e sociais, e não é diferente com o nosso

objeto de pesquisa. Entender os modos sutis, porém complexos e profundos, pelos quais nossas vidas individuais refletem os contextos de nossa experiência social, é fundamental para a abordagem sociológica como aponta Giddens (2005). Para analisar a trajetória de vida de mulheres que cumprem pena pelo tráfico de drogas, se faz necessário entender os vários contextos nos quais essas mulheres fazem parte, refletindo sobre as sutilezas dos fatos e das falas das mesmas.

3.1 O narcotráfico: um negócio bom

Observamos aqui um grande problema social, econômico e humano que se apresenta na contemporaneidade em vários locais do mundo, que é o narcotráfico, um mercado que tem atraído homens e mulheres para práticas ilícitas. A expansão do narcotráfico e a inserção da mulher nesse universo, nos sugere um debate analítico acerca dos problemas sociais que o tráfico de drogas apresenta, pois, o mesmo contribui diretamente para o aumento da criminalidade, de práticas violentas e de disputas de poder. O tráfico de drogas e o consumo, mostram-se em grande maioria em zonas urbanas, apresentando-se de menor proporção em pequenas comunidades, ou zonas rurais, e é um problema que afeta, em sua maioria, populações de baixa renda.

De acordo com a ONU, a produção de cocaína no mundo parece ter atingido seu ponto mais baixo desde 1990. O informe também aponta para uma contração nos mercados dos Estados Unidos e da Europa. Porém, é o consumo na cocaína na América do Sul que mais preocupa e o Brasil segue uma tendência inversa. A taxa de prevalência da droga na região passou de 0,7% da população em 2010 – com 1,8 milhões de usuários – para 1,2% em 2012, um total de 3,3 milhões de pessoas. As taxas sul-americanas são hoje três vezes a média mundial, e parte do aumento teria ocorrido por causa do aumento do mercado no Chile e na Costa Rica. O aumento do uso de cocaína na região é liderado pelo aumento do uso no Brasil, que é o maior mercado de cocaína na América do Sul, alertou a ONU.

Fiscalizar o narcotráfico no Brasil⁸ não é tarefa fácil, sobretudo pelas proporções continentais. Afinal, este é um país que faz fronteira com dez países, três dos quais são

⁸ O Brasil ainda foi mencionado 1,7 mil vezes como país de trânsito entre 2005 e 2014. Em termos de citações, é superado pela Argentina, mencionada em cerca de 2,1 mil casos em dez anos. Mas o número de países que indicaram o Brasil é o maior do mundo, revelando que o território nacional seria a maior base de exportação da droga. Quarenta e cinco países de destino da cocaína mencionaram a Argentina como ponto de trânsito, contra 31 para a Colômbia. Incluindo todas as demais drogas, apenas o Paquistão supera o Brasil, com 178 países do mundo o citando local de trânsito da heroína". "Por conta de sua posição geográfica, o Brasil tem um papel estratégico no tráfico de cocaína, e os confiscos dobraram no País em 2013 para mais de 40 toneladas", indicou a ONU. "A cocaína

produtores de cocaína (Bolívia, Peru e Colômbia), fronteira com o Paraguai, que produz maconha e cocaína em menor quantidade. O Brasil tem uma fronteira seca de 16.400 km e uma costa marítima de 7000 km, portos e aeroportos com uma logística enorme para transportar cargas e pessoas para o mundo todo, o maior centro financeiro da América Latina e uma população com mais de 180 milhões de pessoas.

A cocaína e a heroína colombianas, que tem como destino a Europa, passam pelo Brasil. Somente o Porto de Santos transporta por ano 75 milhões de toneladas, neste contexto, algumas dezenas de toneladas destas drogas são difíceis de encontrar como uma agulha num palheiro. Bolívia, Peru e Colômbia não possuem as plantas necessárias para produzir os produtos químicos (éter e acetona, entre outros) utilizados no refinamento da base de cocaína.

Já o Brasil, possui uma indústria química enorme e, aqui, é muito fácil montar uma empresa de comercialização de diversos produtos químicos sem a menor fiscalização. Isto foi um fator decisivo para atrair a atenção dos narcotraficantes para fazer do Brasil um lugar de processamento e exportação da droga.

A droga consumida no Brasil não é a colombiana, muito pura e destinada a mercados com maior poder aquisitivo. Aqui se consome a maconha paraguaia e a cocaína oriunda da Bolívia. Estas drogas entram no país através de pequenos aviões e caminhões. Hoje, o Brasil processa, importa e exporta diversos tipos de drogas, portanto, tornou-se um centro de produção e consumo. O Brasil também é um provedor de novas drogas alternativas e constitui uma peça importante na engenharia internacional do narcotráfico.

Com relação à legislação no Brasil para o combate ao tráfico de drogas, o mesmo em 1973, aderiu ao Acordo Sul-Americano sobre Estupefacientes e Psicotrópicos e, com base nele, baixou a Lei 6.368/1976, que separou as figuras penais do traficante e do usuário. Além disso, a lei fixou a necessidade do laudo toxicológico para comprovar o uso. Com a Constituição de 1988 ficou determinado que o tráfico de drogas é crime inafiançável e sem anistia. Em seguida, a Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90) proibiu o indulto e a liberdade provisória e dobrou os prazos processuais, com o objetivo de aumentar a duração da prisão provisória.

Já a Lei de Drogas (Lei 11.343/06) eliminou a pena de prisão para o usuário e o dependente, ou seja, para aquele que tem droga ou a planta para consumo pessoal. A legislação

entra no Brasil por avião, por terra (carros, caminhões e ônibus), por rio (barcos que cruzam o Amazonas), antes de ser enviada para o exterior, principalmente para a Europa, tanto de forma direta como via África", declarou a ONU - 30% da droga confiscada no Brasil tem o mercado externo como objetivo. Somando todas as drogas ilícitas, a ONU estima que existam 246 milhões de usuários no mundo, pouco mais de 5% da população entre 15 e 64 anos de idade - 27 milhões de pessoas seriam dependentes, dos quais metade por drogas injetáveis.

também passou a distinguir o traficante profissional do eventual, que trafica pela necessidade de obter a droga para consumo próprio e que passou a ter direito a uma sensível redução de pena. O Brasil desenvolve ações de combate e punição para reprimir o tráfico, como aponta os registros da História do Combate as Drogas no Brasil, documento desenvolvido pelo Senado Federal.

Atualmente, o aprisionamento de homens e mulheres no Brasil tem uma forte relação com tráfico de drogas, de acordo com os últimos dados coletados pelo INFOPEN⁹ que são divulgados uma vez ao ano e tomam como base o número de presos no Brasil referentes ao primeiro semestre do ano anterior. De acordo com o relatório divulgado, entre 2004 e 2014, a população carcerária brasileira aumentou 80% em números absolutos, saindo de 336.400 presos para 607.700.

Os números absolutos, no entanto, não captam o aumento da população brasileira no período. O número de presos no país ultrapassou a marca de 600 mil. O número de pessoas privadas de liberdade em 2014 era 6,7 vezes maior do que em 1990. Os dados mostram que desde 2000 a população prisional cresceu em média 7% ao ano, totalizando um crescimento de 161%, valor dez vezes maior que o crescimento do total da população brasileira, que apresentou aumento de apenas 16% no período, em uma média de 1,1% ao ano.

Os dados do INFOPEN são catalogados a partir do número de presos que é dividido pela população, índice conhecido como "taxa de encarceramento", o crescimento do número de presos por grupo de 100 mil habitantes entre 2004 e 2014 aumentou 61,8%.

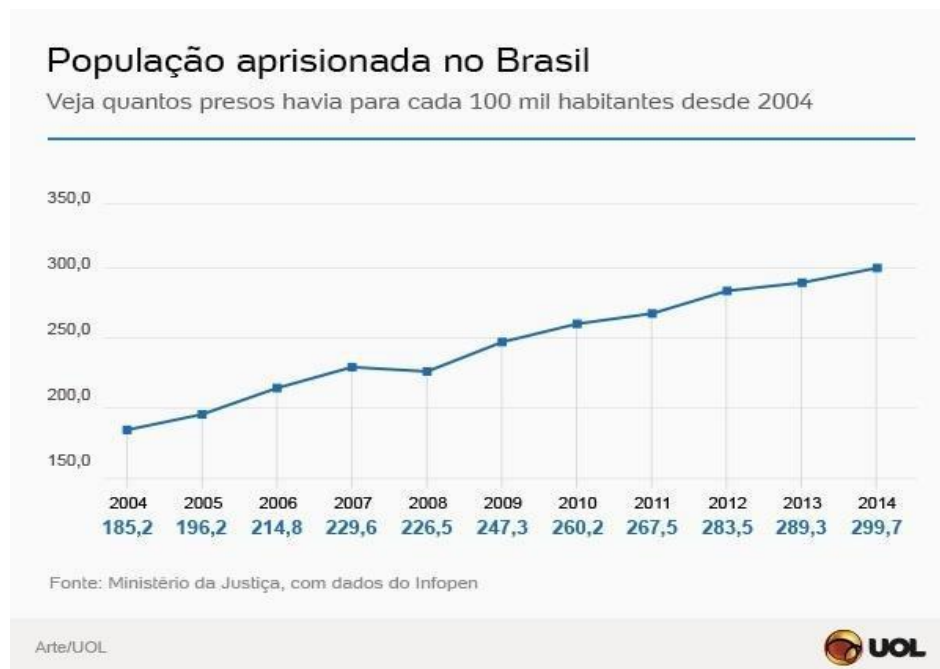
Nesse sentido, Olga Espinoza (2004, p. 92) afirma que “o crime de maior incidência entre as mulheres presas é o tráfico de entorpecentes”, de fato, e como uma avalanche desenfreada, as drogas tomaram conta de parte da vida dos brasileiros, sejam eles usuários ou traficantes, vítimas ou expectadores, policiais ou presidiários.

Para Soares (2002) a prisão de mulheres devido ao tráfico, está ligada ao fato destas ficarem em posições de menor importância, mais expostas a ação policial, portanto, “o fato de elas ocuparem, em geral, posições subalternas ou periféricas na estrutura do tráfico, tendo poucos recursos para negociar sua liberdade quando capturada pela polícia” provoca sua permanência no sistema prisional, e também, dificilmente as detentas se intitulam como chefes

⁹ INFOPEN- Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (junho de 2014). O INFOPEN é um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, atualizado pelos gestores dos estabelecimentos penais, que sintetiza informações sobre as unidades e a população prisional. Antes da existência do programa, os dados disponíveis a respeito da realidade prisional do país eram escassos, com pouca periodicidade e, frequentemente, não abrangiam todo o universo em questão. Com sua criação, esse quadro sofreu sensível mudança a partir da produção de relatórios que começaram a desvelar a realidade existente no universo intramuros, ainda que muitas e importantes questões ainda permaneçam invisíveis aos olhos da sociedade.

do tráfico (SOARES, 2002, p.02). Em sua maioria, a hierarquia do tráfico de drogas, permanece e alimenta o papel de subalternidade da mulher, ficando mais exposta a intervenção da polícia e ainda de aceitarem entrar com drogas e celulares em presídios, para atender ao pedido dos companheiros. Uma realidade totalmente inversa do que os homens se dispõem a fazer por suas companheiras e devido aos riscos.

Gráfico 1 – Índice de população aprisionada no Brasil entre 2004 e 2014.



Fonte: site UOL.

Toda via, ainda é possível encontrar as mulheres que comandam o tráfico de drogas. “As damas do tráfico”, “rainhas do tráfico” ou “chefes” existem e trazemos na pesquisa, o relato de uma “dama do tráfico”, como é conhecida.

- Altair, 19 anos, Pocinhos-PB

Altair está grávida de três meses, é casada e o seu marido, encontra-se preso na cidade de João Pessoa-PB. De acordo com ela, não trabalhava, estudou até o 9º ano do fundamental, foi criada pelos pais separados e recebe visita regularmente dentro da cadeia. Altair está presa há dois meses, aguardando o dia da audiência.

A interlocutora relatou que comandava o tráfico de drogas na Cidade de Pocinhos há dois anos e seis meses, desde que o companheiro foi preso. Perguntamos qual a sensação de trabalhar nesta atividade ilegal. Para ela, existia o medo de ser presa, mas isso não a impediu de continuar comandando o tráfico na região.

Perguntamos sobre a vida dentro da prisão e como enxergava o cotidiano nesse espaço. Segundo a entrevistada, está sendo tranquilo. Ela está no berçário, há um mês, após a realização de exames para comprovar a gravidez. Com relação ao companheiro, ela afirma que ele não a abandonou, uma vez que continuam juntos.

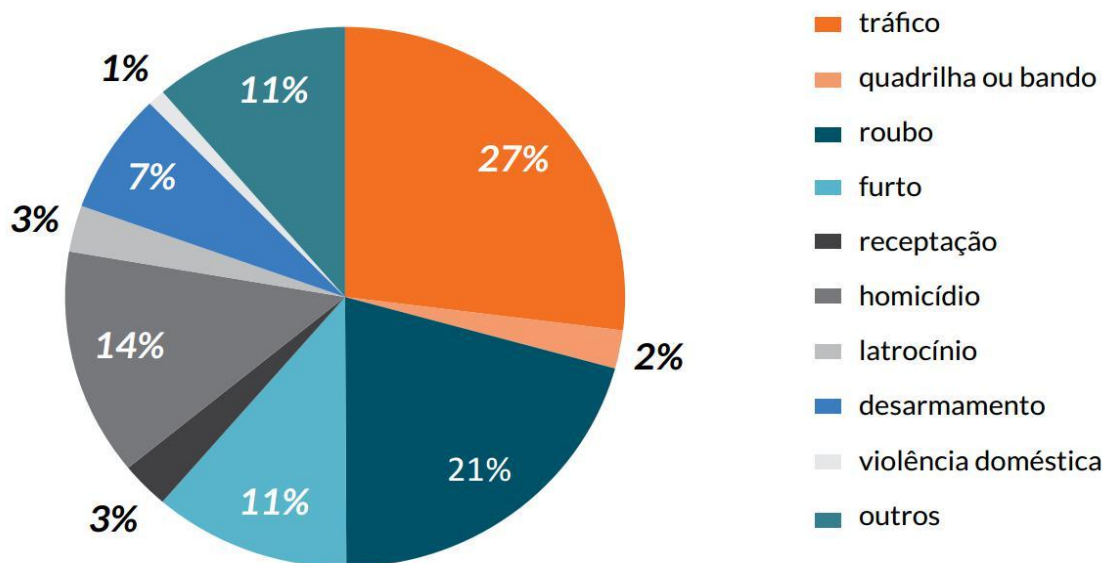
Quando sair da cadeia, ela pretende cuidar do filho que irá nascer. Altair não era de falar muito, apenas o que era perguntado, e tudo em poucas falas. Conseguir uma frase com mais de duas palavras não foi tarefa fácil. Por alguns momentos ela sorria no desenrolar da conversa.

Há dois anos e meio Altair comanda o tráfico de drogas em sua cidade, começou o envolvimento ainda quando era menor, uma menina. Mas conseguiu por um bom tempo ocupar uma posição na hierarquia do tráfico, que não é tão comum para as mulheres. Podemos relacionar diretamente o seu envolvimento no tráfico de drogas com sua relação afetiva, o que já é bem comum nos relatos que presenciamos em nossas entrevistas e nos trabalhos de pesquisa realizados em todo o Brasil.

De acordo com o Relatório Final da Secretaria de Políticas Para as Mulheres, órgão vinculado ao Ministério da Justiça (2008) o perfil da mulher presa no Brasil pode ser descrito como sendo jovem, mãe solteira, afrodescendente, e na maioria dos casos a condenação direta ou indiretamente ocorre por tráfico de drogas. No referido relatório, se enfatiza que a mulher presa por tráfico de drogas, não ocupa lugar de liderança na cadeia criminosa do tráfico e, de fato, são as exceções que exercem esse papel, como é o caso da história de Altair, aqui relatada. Ela e outras mulheres, após a prisão do companheiro, se tornam substitutas de seus respectivos parceiros na linha de comando do tráfico de drogas.

A partir dos dados coletados pelo INFOPEN, podemos ter uma noção de todas as ações penais pelas quais respondem as pessoas privadas de liberdade em todo o Brasil. Há pessoas que estão sendo processadas ou já foram condenadas por mais de um crime. Desse modo, não se pode fazer um paralelo entre essa distribuição percentual por crimes e os quantitativos de pessoas presas, mas podemos ter um parâmetro para nossa compreensão da realidade criminal do país, especificamente do tráfico de drogas e da participação feminina (gráfico 2).

GRÁFICO 2 – Demonstrativo das ações penais pelas quais os presos respondem no Brasil.



Fonte: Infopen, junho/2014.

Nota-se que quatro entre os dados, correspondem a crimes contra o patrimônio¹⁰. Cerca de um em cada dez corresponde a furto. Percebe-se que o tráfico de entorpecentes é o crime de maior incidência, respondendo por 27% dos crimes informados, seguido pelo roubo, com 21%. Já o homicídio corresponde a 14% dos registros e o latrocínio a 3%.

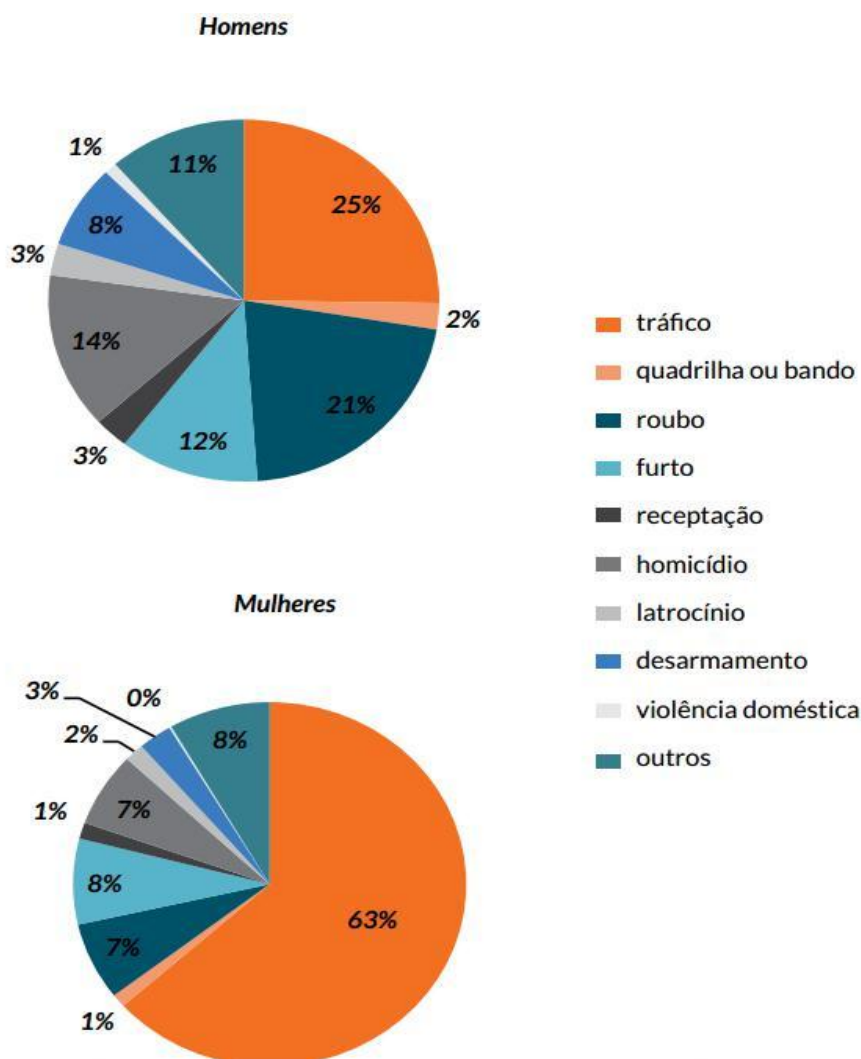
Abaixo, o gráfico 3¹¹ apresenta as proporções de cada tipo penal divididas por gênero. Nota-se que o encarceramento feminino obedece a padrões de criminalização muito distintos do que o do público masculino. Enquanto 25% dos crimes pelos quais os homens respondem estão relacionados ao tráfico¹², para as mulheres essa proporção alcança a ordem de 63%. Em termos proporcionais, o número de crimes de roubo registrados para homens é três vezes maior do que para mulheres.

¹⁰ São crimes contra o patrimônio aqueles previstos no Título II do Código Penal.

¹¹ Este gráfico consolida os registros informados de todas as ações penais pelas quais respondem as pessoas privadas de liberdade em todo o Brasil, por gênero. Há pessoas que estão sendo processadas ou já foram condenadas por mais de um crime. Desse modo, não se pode fazer um paralelo entre essa distribuição percentual por crimes e os quantitativos de pessoas presas.

¹² As Leis nº 11.343 de 2006 e nº 6.368 de 1976 disciplinam este tipo penal.
INFOPEN- Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Junho de 2014.

GRÁFICO 3 – Proporções dos tipos penais, segmentadas por gênero.



Fonte: Infopen, junho/2014

De acordo com o Ministério da Justiça, a população de mulheres encarceradas nas penitenciárias brasileiras, subiu de 5.601 para 37.380 entre 2000 e 2014 – um aumento de 567%. A taxa é mais de quatro vezes maior que o crescimento geral de presos no país, de 119%. Os dados são do relatório INFOPEN Mulheres, divulgado pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

O número posiciona o Brasil no quinto lugar do *ranking* de países com maior população carcerária feminina, perdendo apenas para os Estados Unidos (205 mil mulheres), China (103 mil), Rússia (53 mil) e Tailândia (44 mil). Na Paraíba, de acordo com dados do Ministério da Justiça, mulheres negras, jovens e com baixo índice de escolaridade, configuram o perfil da população carcerária feminina, que aumentou 91,8% de janeiro de 2007 a junho de 2014.

O estudo revela que o Estado tinha, até o ano passado, 520 apenadas, desse total, 26% tinham de 18 a 24 anos, o mesmo percentual tinha de 25 a 29 anos, além disso, 83% dessa população carcerária se declarou negra. Com essa população prisional, a Paraíba é o quarto Estado da região Nordeste com o maior número de mulheres presas. No período listado pela pesquisa, em 2007 eram 271 presas no Estado.

Ainda na mesma reportagem, o ministro da justiça, José Eduardo Cardoso, afirma ser alarmante o crescimento da população carcerária feminina no país, ainda ele lembra que a privação de liberdade só deve ser aplicada quando indispensável. Segundo ele, a maior parte das mulheres encarceradas ocupa posição considerada coadjuvante no tráfico, fazendo serviços de transporte de drogas e de pequeno comércio.

3.2 A busca da compreensão da ação humana

O ponto de partida da nossa análise consiste em procurar compreender as ações de mulheres que se envolveram com atividades relacionadas ao narcotráfico. Ouvimos uma presidiária dizer: “eu estava apaixonada e pensava que, para manter a relação, eu deveria participar das coisas que ele fazia”. Será que o envolvimento com o tráfico de drogas é o preço que uma mulher deva pagar para conservar uma relação amorosa? Será que mais do que uma vivência amorosa, ao se envolver em certas atividades, essas mulheres procuravam o mesmo que os parceiros: poder, dinheiro e prestígio social?

Para responder tais questionamentos, buscamos apoio no pensamento sociológico, que nos ampara na busca pela compreensão dos fenômenos sociais, entre os quais se encontram os considerados “desviantes”. De fato, sabemos que a sociologia analisa os fatos sociais, os sentimentos, as ações e as ideias. Como ciência da ação humana, a Sociologia tem contribuído no esclarecimento dos mais diversos enigmas que cercam a vida coletiva.

Conceitos como “gênero”, “criminalidade”, “poder”, “ações” e “família”, refere-se a grupos de seres humanos interdependentes, as configurações específicas que as pessoas formam umas com as outras. Logo, a sociedade é construída através das disposições e inclinações básicas realizadas pelos indivíduos, que são orientadas umas para as outras, e unidas umas às outras das mais diversas maneiras.

Quando olhamos para o nosso passado, verificamos que a sociedade sofreu diversas transformações ao longo do tempo. No entanto, vale salientar que foram a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, os eventos que mais contribuíram na definição dos problemas sociais e no surgimento da sociologia como ciência. A sociologia na contemporaneidade atingiu um

novo nível de experiência e de consciencialização. Com o constante *feedback* do volume sempre crescente de investigação empírica, podemos detectar muitos modelos de conhecimento e pensamento, e podemos também, à medida que o tempo passa, colocar no devido lugar outros instrumentos de linguagem e de pensamento mais adequados à investigação científica das representações sociais, tal como corrobora o pensamento de Elias (2005).

Scavone ainda sustenta que (2008, p. 178):

As questões sociais e problemas sociológicos caminham juntos. Assim, os problemas relacionados ao trabalho, à saúde, à política, à educação, à família, à religião, à violência, às ciências, à cultura, à identidade, ao corpo, às tecnologias produtivas e reprodutivas e à sexualidade passaram a ser tratados com o ‘olhar de gênero’. E foi esse olhar que deu visibilidade às relações de dominação e poder que dividem o mundo social em gêneros e que questionaram uma ordem sexual tida como natural (SCAVONE, p. 178).

Sendo assim, nos apropriamos das contribuições de Weber e o seu método compreensivo para as ciências sociais, mediante ao fato de que cabe aos cientistas, reconstruir os atos humanos, compreender o significado que estes tiveram para os agentes e o universo de valores adotado por um grupo social ou por um indivíduo enquanto membro de uma determinada sociedade. A obra de Max Weber é extremamente importante para entender os problemas sociais.

Para James Thomaz (2009), o método compreensivo, defendido por Weber, consiste em entender o sentido que as ações de um indivíduo contêm e não apenas o aspecto exterior dessas mesmas ações. Se, por exemplo, uma pessoa dá a outra um pedaço de papel, esse fato, em si mesmo, é irrelevante para o cientista social. Somente quando se sabe que a primeira deu o papel para outra como forma de saldar uma dívida (o pedaço de papel é um cheque) é que se está diante de um fato propriamente humano, ou seja, de uma ação carregada de sentido.

O fato em questão não se esgota em si mesmo e aponta para todo um complexo de significações sociais, na medida em que as duas pessoas envolvidas atribuem ao pedaço de papel a função do servir como meio de troca ou pagamento. Além disso, essa função é reconhecida por uma comunidade maior de pessoas.

Aqui, o objeto da sociologia é ação social, é a conduta humana dotada de sentido (justificativa subjetivamente elaborada). As regras e normas sociais são resultados de um conjunto complexo de ações individuais, nas quais os indivíduos escolheriam diferentes formas de conduta. Há, portanto, um privilégio da parte (indivíduo) sobre o todo (sociedade). A

sociologia weberiana concebe a sociedade como um eterno fluir, um conjunto inesgotável de acontecimentos que aparecem e desaparecem, estando sempre em movimento devido a um elemento básico: a ação social, que implica uma concepção do homem como indivíduo ativo a partir de um processo de conexão valorativa do homem visando o real.

A contribuição de Weber consiste na busca da análise história e da compreensão qualitativa para o entendimento dos processos históricos e sociais. Uma descoberta da subjetividade na ação e pesquisa social. Desse modo, a ação é definida por Weber como toda conduta humana (ato, omissão, permissão) dota de um significado subjetivo dado por quem a executa e que orienta essa ação. Dessa maneira, entende-se que a sociologia busca compreender e interpretar o sentido, o desenvolvimento e os efeitos da conduta de um ou mais indivíduos, referida a outro ou outros. Ou seja, da ação social, não se propondo a julgar a validade de tais atos nem compreender o agente enquanto pessoa, entender uma ação é captar e interpretar sua conexão de sentido, que será mais ou menos evidente para o sociólogo (BARBOSA; OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 2003).

A ação aqui apontada é a ação com sentido, a ação social. Esse conceito fundamental foi desenvolvido por Weber, entendida como o ato de se comunicar, de se relacionar, tendo alguma orientação às ações dos outros.

Por ação social Weber (2010) define que:

Entender-se-á um comportamento humano (consiste ele num fazer externo ou interno, num omitir ou permitir), sempre que o agente ou os agentes lhe associem um sentido subjectivo. Mas designar-se-á como acção “social” aquela em que o sentido intentado pelo agente ou pelos agentes está referido ao comportamento de outros e por ele se orienta no seu curso (WEBER, 2010, p. 7).

A ação é definida por Weber por toda conduta humana que esteja dotada de um significado subjetivo dado por quem a realiza e quem orienta essa ação. Segundo Weber, corresponde a sociologia como ciência, assumir o desafio de interpretar a ação social, buscando com isso a explicação das causas e dos efeitos de um determinado fenômeno social. Sabemos que a sociedade se constrói a partir das ações que os indivíduos desenvolvem.

As condutas das mulheres que estão presentes no universo do tráfico de drogas, do cárcere, é um desafio que impulsiona o sentido de realização da pesquisa. Um empreendimento na compreensão dos fenômenos sociais relacionados à realidade complexa do mundo do tráfico de drogas. Além de buscar compreender e interpretar o sentido e a maneira que se desenvolve

a conduta dessas mulheres a partir das conexões, dos significados entre o subjetivo/objetivo na vida dessas mulheres.

Conforme Watier (2009), a sociologia de Weber se caracteriza:

- 1º. Por sua preocupação em estudar as ações individuais e interindividuais.
- 2º. Por sua compreensão das formas de associação como resultante ou efeitos de composição de ações individuais situadas em um contexto que entra em ressonância.
- 3º. Por sua lembrança de que a problemática depende de uma certa seleção do dado condicionada por valores.
- 4º. Por sua desconfiança contra sistemas e saberes fechados que pretendem encerrar as inesgotáveis riquezas em significado da vida.

Desse modo, convida-nos, igualmente, a renovar nossos pontos de vista quando a atmosfera muda. Levando em conta o senso comum, que trata as mulheres que estão no tráfico, apenas enxergando o ato em si, sem considerar a composição das ações dessas mulheres, mediante um contexto e trajetória que contribuíram diretamente para a sua participação neste cenário problemático.

3.3 O discurso sobre mulheres

No desenrolar de sua constituição, a sociologia de gênero estabeleceu, contudo, um diálogo permanente com os grandes esquemas teóricos, com as correntes de pensamento, ou mesmo com as escolas da sociologia. Ela permitiu, assim, a revisão, a atualização e o ajustamento de conceitos clássicos da disciplina. A sociologia de gênero posicionou-se também, logo no início, em um diálogo interdisciplinar com a História, a Etnologia e a Antropologia, a Filosofia e, um pouco mais tarde, com a Ciência Política e o Direito.

Nas ciências sociais, especialmente na sociologia contemporânea, observa-se que autores como Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Bruno Latour, efetivaram rupturas importantes com os modos de compreensão do senso comum que observa a dicotomia indivíduo x sociedade, como real e indiscutível. Ao romperem com essa separação e ao buscarem em suas teorias soluções para realizar uma sociologia que apreendesse a realidade social no duplo movimento sartreano – de “interiorização da exteriorização e da exteriorização da interiorização” – eles se abriram para o estudo da diferenciação social (RYCHTER, 2014).

Esse processo é concomitante à desconstrução de outras dicotomias clássicas – particular x universal; sujeito x objeto; natureza x cultura; mente x corpo; razão x emoção – e

dá lugar nas ciências sociais a abordagens não totalizantes e a um longo processo de transição de paradigmas. Todas essas rupturas ocorreram ao mesmo tempo em que novas teorias se construíam em um contexto que lhes foi propício e contíguo com os “novos movimentos sociais” (SCAVONE, 2008).

Para Scavone (2008), a construção de estudos de gênero teve implicações políticas e científicas, e a sua emergência, vem de um diálogo do movimento social com as teorias das ciências sociais. Ademais, as transformações sociais que marcaram a década de 60, guerras e movimentos de descolonização que, no Primeiro Mundo, trouxeram à tona não só os “internamente colonizados”, (as chamadas minorias, os marginais, as mulheres, os homossexuais) como os “externamente colonizados” (os habitantes do mundo colonizado), colocando em cena novas vozes coletivas e contribuindo para a desconstrução de um sujeito único e universal.

A consolidação do campo de estudos “sobre mulheres”, como eram denominados na década de 60, se deu paralelamente à eclosão da fase contemporânea do movimento feminista, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. Com isso, o campo de investigação científica sobre mulheres se expandiu, corroborando a forte relação do movimento social com os estudos feministas (SCAVONE, 2008).

Anteriormente a esse período, importantes obras abriram caminho para a construção de um campo de estudos. No pensamento sociológico, destacam-se as pesquisas pioneiras de Madeleine Guilbert, em 1946, que já iniciavam a investigação sobre a questão do trabalho e as mulheres. Na Antropologia, em 1948, os trabalhos de Margareth Mead também já tratavam do tema. Mas foi na Filosofia e na Literatura em 1949 que o livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir abriu um debate político mais radical, lançando as matrizes teóricas de uma nova etapa do feminismo. Surge com Beauvoir, a ideia de que não se nasce mulher, mas se torna mulher. Essa constatação semeou os estudos de gênero, já que ela distingue o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico.

Ver mulheres transitando na esfera da vida pública, ocupando espaços de liderança em processos sociais, tendo acesso a cargos de importância, seja no mundo dos negócios ou da política, não gera estranhamento, embora esse processo de mudança vem acontecendo de forma lenta, mas eficaz, nas últimas décadas. Sabemos que a identidade individual é construída em acordo com o ambiente em que cada indivíduo está inserido. Dessa sorte, no processo de construção da identidade, entre outros aspectos da vida social, têm significativa importância as estruturas sociais, a cultura e os modos de interação que dinamizam os vínculos coletivos (FERNANDES; ZANELLI 2006).

As mulheres estão quase sempre social e culturalmente mais sujeitas a deveres de submissão e compromissos de cuidado das demandas dos outros, sejam eles o marido, os filhos, o pai, a mãe ou os irmãos. Os debates sobre a condição da mulher e, principalmente, sobre a produção de conhecimento na visão feminista vêm desenvolvendo-se e ganhando espaços na política, na sociedade e na academia. Mediante os movimentos de mulheres, e/ou movimento feminista, produções acadêmicas e embates políticos, surge o conceito de gênero, que procura abarcar questões históricas e contemporâneas no que se refere às relações desiguais entre os homens e mulheres.

O termo gênero vem de discussões dentro do movimento feminista, que segundo Scott (1995) *apud* Santana e Benevento (2013):

É uma categoria de análise sociológica e histórica que permite compreender as relações sociais que estabelecem saberes para a diferença sexual, isto é, saberes que dão significados às diferenças corporais e que implicam numa organização social a partir delas. Estes saberes não são absolutos, mas sim relativos para cada cultura (SCOTT, 1995 *apud* SANTANA; BENEVENTO, 2013).

De acordo com Scott (1995, p. 6), na sua utilização mais recente, “‘gênero’ tem-se tornado sinônimo de ‘mulheres’”. Livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres substituíram, nos últimos anos, nos seus títulos o termo ‘mulheres’ por ‘gênero’”. Sendo assim, em alguns casos, mesmo que essa utilização se reflita vagamente a certos conceitos analíticos, ela visa, de fato, obter o reconhecimento político deste campo de pesquisa (SCOTT, 1995).

Ressalta-se ainda, que o uso do termo “gênero” visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois, “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres” (SCOTT, 1995). Dessa maneira o uso do termo “gênero” constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de uma busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas da década de 80. Dessa forma, podemos compreender que o termo “gênero” se torna bastante útil para que possamos refletir acerca das relações sociais, deixando de lado as explicações biológicas. Assim, gênero se torna uma forma de indicar as “construções culturais”, das funções dos papéis sociais, tidos como adequados aos homens e às mulheres, induz teoricamente a levar em consideração as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e mulheres.

Ao longo dos séculos e nas mais variadas culturas a relação entre homens e mulheres se constituiu a partir de representações sociais engendradas pelo capital simbólico e surgiram certos consensos com relação a ambos, de que a mulher é um sexo frágil, que certos trabalhos não são próprios para as mesmas, que as mulheres necessitam de cuidado, e o seu “papel” reprodutivo. Enquanto que para os homens, as características são bem distintas, os homens necessariamente são, ou devem ser viris, fortes, e se perpetuou por muito tempo a ideia de uma superioridade masculina. De acordo com Bourdieu (1998), se o pensamento é, radicalmente, dominado pelos homens, as mulheres não podem sequer pensar ou escrever sua própria história uma situação de subalternidade da mulher.

Na contemporaneidade as discussões sobre o conceito de gênero e suas interfaces com as diferentes esferas da vida social vêm se tornando uma temática cada vez mais frequente, tanto no universo acadêmico quanto na pauta dos movimentos sociais organizados. Um campo repleto de conceitos convergentes e divergentes, os estudos sobre gênero se configuram como um cenário em que se revelam a complexidade e a polissemia que permeia a discussão, como aponta o pensamento de Lima (2012).

De acordo com Scott (1995, p. 21), “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; é uma forma [primária de dar significado] às relações de poder”; um campo primitivo dentro do qual ou por meio do qual se articula o poder. O gênero fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Esta definição, ao enfatizar a dimensão relacional entre as diversas formas de interação humana, trouxe para o campo dos estudos acadêmicos e científicos, uma importante ferramenta para questionar relações de poder.

Portanto, o gênero não pode ser estudado como uma entidade estanque, mas a partir de uma perspectiva relacional. Os meandros dessas relações propõem, a partir da leitura de Scott (1995), que precisamos atentar para as relações de poder desde uma perspectiva foucaultiana (LIMA, 2012).

3.4 Desvio e ação social

De acordo com Giddens (2005) a vida social do ser humano é governada por regras e normas. Nossas atividades seriam caóticas se não aderíssemos às regras que definem alguns tipos de comportamentos como inadequados. Quando iniciamos o estudo do comportamento desviante, devemos considerar quais as regras que as pessoas estão observando e quais estão infringindo. Na vida cotidiana, nós criamos regras da mesma forma que as rompemos.

O estudo sobre o crime e o desvio é uma das áreas mais intrigantes e mais complexas da sociologia, que nos ensina que nenhum de nós é tão normal quanto gostaríamos de imaginar. Também nos ajuda a observar que as pessoas cujo comportamento possa parecer incompreensível ou estranho podem ser vistas como seres racionais a partir do momento em que compreendemos o motivo que as leva a agirem de determinada forma (GIDDENS, 2005).

Buscamos aqui analisar o comportamento desviante, tentando compreender por que determinados tipos de comportamentos ocorrem na sociedade, em especial a inserção da mulher no tráfico de drogas. Focaremos nossa análise nas motivações que impulsionaram essas mulheres a entrarem para o mundo da criminalidade, enxergamos nas suas ações, uma representação muito forte do que acreditamos estar sólido por suas emoções, sentimentos, afetos e paixões, ligando os desejos dessas mulheres entre o dinheiro, o status e o amor, que discutiremos ao longo do trabalho. Corroborando com isso, destacamos a uma das entrevistas, na qual captamos o discurso e as motivações expostas por uma das reclusas, “Lua”, que diz: *“uma mãe não quer ver o seu filho sofrendo”*.

- Lua, 45 anos, Cuité-PB

Nossa depoente nasceu na cidade de Cuité-PB, separada, católica, vendedora de verduras, dois filhos. Lua está presa por tráfico de drogas e está acerca de 20 dias na prisão. Com seu trabalho, recebeu uma média de 500 reais por mês, trabalhava em várias cidades como feirante, realizava suas compras em Campina Grande-PB e distribuía em outras localidades. Em seus depoimentos ela enfatizou que cresceu fazendo isso e os seus pais também exerciam a mesma atividade de vendedores. Lua estudou até a 3ª série do ensino fundamental, e como começou a trabalhar precocemente a escola foi deixada de lado. Casou cedo, teve uma filha e outro filho ela decidiu adotar.

Lua aguarda seu julgamento na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande. Segundo ela, o seu filho havia recebido uma moto do pai e logo em seguida a convenceu de vender a moto, pelo fato do mesmo ser menor de idade, de querer comprar uma bicicleta e com o restante do dinheiro comprar um tênis. A entrevistada acreditou que seria o melhor a ser feito, porém, de acordo não foi isso que aconteceu. O seu filho havia comprado droga, no caso, o crack. No momento em que ela estava com seu filho em sua casa, a polícia chegou, e ela pegou a droga dele, assumindo o seu porte. Ela não aceitou que ele fizesse isso, bateu nele e acabou na cadeia.

Atrás das grades, Lua se emocionou em seu relato e disse que era esse o motivo de se encontrar na presa. Por algumas vezes ela partilhou sua vontade de sair da prisão. Segundo ela, a maior dificuldade é estar longe da família, em suas palavras: *“a saudade é muito grande”*. No

entanto, sua situação gera uma série de interrogantes. Ela tem certeza que alcançara sua liberdade e afirma: “*um dia eu saio*”. Mas, ao mesmo tempo demonstra preocupação com o preconceito que enfrentará quando sair da cadeia. Contudo, em sua condição de “inocente” ela afirma que quando sair irá erguer a cabeça, pois ela não era de “fazer coisas erradas”. No momento em que ela fala dos seus netos, também se emociona e chora.

De acordo com Lua, que assumiu a culpa por um ato cometido pelo seu filho, independente da condição do agente, os sentimentos batem forte conforme as circunstâncias nas quais a pessoa querida se encontra. Por isso devemos compreender e interpretar as ações, não apenas no aparente, mas levar em consideração que as ações são dotadas de intencionalidade. Sendo assim, deve-se ser levado em conta o processo de compreensão das significações objetivas da ação humana. A ação de Lua é composta de uma simbologia de afetos e cuidado no que se espera de uma relação de mãe e filho dentro da sociedade, com características e valores próprios dos papéis exercidos por ambos.

Segundo corrobora Herculano (2010):

As “emoções”, “afetos”, “sentimentos”, “paixões”, “afecções da alma”, “apetites” são os termos usados para definir sentimentos humanos. Nem sempre usados indiferentemente. “Afeto” vem do particípio passado do verbo latino *afficere*, que significa tocar, ligar; “emoção” vem de *in motio*, em movimento. Paixão vem de *pathos*, da noção de passividade e doença, algo que nos paralisa. Na tentativa de construção de uma teoria dos sentimentos e de uma sociologia das emoções, esses vocábulos deixam de ser sinônimos. [Sempre ficou disposta a necessidade nos autores] em separar o que está no plano biológico, da natureza, e o que está no campo social, construído: “o campo biológico diria respeito a respostas imediatas e instintivas a estímulos ambientais; o campo social ao que seríamos levados a sentir, ao controle e gerenciamento da sociedade sobre emoções instintivas, tidas como disfuncionais para a vida em sociedade (HERCULANO, 2010, p. 2).

Dessa maneira, tendo por base as falas de Lua, podemos compreender o quanto em sua narrativa está inserido aspectos relativos à afetividade, aos sentimentos e à emoção. Percebemos que pouco se fala do ato, como sendo uma transgressão a regra vigente.

Para contribuir com nossa reflexão é válido citar as elucidações feitas por Becker¹³ (2008), o qual diz que:

¹³ “Howard S. Becker nasceu em 1928. Seu primeiro livro, *Outsiders*, foi publicado em 1963. Homem de evolução teórica na área da Sociologia da homossexualidade, ele é também um homem de sua época em seu discurso sociológico sobre as mulheres.

A situação de transgressão da regra e de imposição da regra e os processos pelos quais algumas pessoas vêm a infringir regras, e outras a impô-las. Cabe fazer algumas distinções preliminares. Há grande número de regras. Elas podem ser formalmente promulgadas na forma de lei, e, nesse caso, o poder de polícia do Estado será usado para impô-las. Em outros casos, representam acordos informais, recém-estabelecidos ou sedimentados com a sanção da idade e da tradição; regras desse tipo são impostas por sanções informais de vários tipos (BECKER, 2008, p. 15).

As mulheres que estão inseridas no submundo do tráfico de drogas representam diretamente um desacordo com a regra estabelecida na lei, e com as tradições na sociedade, podendo ser considerada como uma “*outsider*”, sendo aquela que se desvia das regras de um grupo. A sociedade se questiona: porque elas fazem isso? Como podemos explicar sua transgressão das regras?

Na busca por resposta a esse questionamento Becker (2008) afirma:

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas”. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como *outsider* (BECKER, 2008, p.15).

A sociedade é composta por homens e mulheres que são atores sociais e desempenham os mais diversos papéis na dinâmica da vida social. Os grupos fazem regras e espera-se que os indivíduos possam agir em conformidade com as mesmas. O tráfico de drogas é entendido como uma infração as regras estabelecidas, e se tornou, ao longo dos anos, o maior responsável pelas detenções no país. Um problema central nas grandes cidades, onde o ele muitas vezes está associado à violência, o que faz essa problemática motivar o interesse dentro das ciências sociais de investigar as causas e entender a realidade social.

Moura (2012) realizou um estudo no Ceará com mulheres presas por tráfico de drogas, e a partir do seu trabalho podemos compreender que existe uma parcela da população que não conseguiu entrar e/ou permanecer no mercado de trabalho, tendo empregos precários, baixa escolaridade e pouca qualificação, acabando por se inserir no tráfico de drogas no Brasil. Além disso, ela também destaca que, ao longo dos anos, vem sido absorvida, cada vez mais, mão de

obra feminina, de modo que o tráfico de drogas começa a perder a exclusividade do sexo masculino, deixando de lado o seu o seu caráter majoritariamente masculino.

De acordo com Moura¹⁴ (2012) houve uma abertura desse negócio para universo feminino. O mesmo parece decorrer de certas características da economia ilegal da droga, sobretudo porque ela demonstra não impor barreiras à participação feminina, pelo fato dessa atividade se expressar na esfera doméstica, lugar que se instituiu como um espaço feminino.

Pimentel (2008) também esclarece que:

É certo que nas últimas três décadas do século XX a nova divisão sexual do trabalho, as descobertas da biotecnologia e as novas expressões das relações sociais situam a mulher em espaços cada vez mais amplos, rompendo, de certa forma, com a milenar dicotomia entre o masculino e o feminino nos mais diversos campos de atuação dos atores sociais. No entanto, a dimensão afetiva do que culturalmente se constituiu como universo feminino, no Ocidente, ainda guarda fortes referenciais valorativos que influenciam na construção das identidades femininas e nas formas como são desempenhados os papéis das mulheres nas relações de afeto (PIMENTEL, 2008, p. 3).

Com isso, a inserção da mulher no tráfico pode ocorrer de forma independente, porém, comumente ocorre por influência de uma figura masculina que pode ser pai, irmão, filho e, principalmente, namorado ou marido (SOUZA, 2009).

Logo, todas as relações sociais envolvem respostas emocionais, desde o mais simples encontro cara-a-cara através da mobilização dos movimentos sociais com os compromissos que os indivíduos desenvolvem para a cultura e sociedade. O mundo social é, portanto, dependente da excitação das emoções, e igualmente, conflitos e mudanças significativas nas sociedades são induzido pela excitação emocional.

Turner e Stets (2005) argumentam a existência de emoções primárias e secundárias (medo, raiva, tristeza e alegria e suas derivações tais como culpa, vergonha, ansiedade, ciúme, inveja, orgulho, saudade, esperança, depressão etc.), e reiteram como elas influenciam e são

¹⁴ Moura (2012) realiza sua pesquisa com mulheres presas por tráfico de drogas no Presídio Feminino Auri Moura Costa, em Fortaleza, a mesma define o campo como uma realidade densa e rica, mas ao mesmo tempo, saturada cheia de dor e de marcas. O cárcere para essas mulheres é o descontinho de uma realidade dura, o encontro cruel, consigo mesma; é cair diante de uma atividade considerada legal, permitida pra elas e ilícita por parte da sociedade, cuja “surpresa” é sempre despontada pra elas na hora da prisão, as apenas consideram sua atuação no tráfico como uma atividade laboral de risco, porém não como um crime. Justificam ser uma oportunidade de trabalho em face as condições de vida e de pobreza e falta de oportunidades para a entrada no mercado de trabalho.

influenciadas pelo mundo social, por exemplo: como a raiva vem da percepção de um mal ou ameaça de mal, o ciúme da percepção de uma situação invasiva, a gratidão do alívio etc.

Percebe-se que, as mulheres têm uma forma específica de compreensão acerca dos seus papéis nas relações afetivas, muitas vezes não se reconhecem como criminosas quando se tornam traficantes em nome do amor que sentem por seus companheiros e pela família. No contexto das relações sociais com o homem traficante e, a partir das representações sociais que formulam acerca do papel feminino na relação afetiva, as mulheres que fazem parte do tráfico, em sua maioria, justificam suas práticas relacionadas ao tráfico de drogas através das emoções e dos sentimentos.

Na pesquisa de Moura (2012) no Presídio Feminino Auri Moura Costa, em Fortaleza, ela destaca em seu livro “Mulher, Tráfico de Drogas e Prisão” o entendimento das presidiárias sobre o ato de traficar droga, como sendo para elas uma atividade laboral de risco, mas não como um crime. Justificam ser uma oportunidade de trabalho em face das condições de vida e pobreza e falta de oportunidades para a entrada no mercado de trabalho. De forma geral, as mulheres, na atividade do tráfico, desempenham a função de “mula” que na sua descrição, se traduz no ato de transportar a droga, justificada na disposição e poder de mobilidade que as mulheres têm no espaço comunitário e urbano.

As mulheres tomam para si, uma carga de responsabilidade nos relacionamentos e, assim, entendem que são responsáveis pelo lado afetivo do lar, das relações familiares e também do relacionamento amoroso, as quais dão constantes provas de amor, sendo uma delas o envolvimento com práticas ilícitas. Outra questão relevante é que, embora as mulheres estejam ganhando cada vez mais autonomia no meio social, ainda é fortemente presente a dominação masculina sob a mulher (PIMENTEL, 2008).

Esta dominação reflete no universo da criminalidade, pesquisas mostram que as mulheres, na maioria das vezes, guardadas as exceções, não ocupam lugar de liderança no tráfico de drogas, mas enquadram-se na função de “mulas”, que são as pessoas que transportam a encomenda de um lugar ao outro e ganham dinheiro por isso, como já foi destacado. Esse lugar na escala hierárquica contribui para o significativo aumento do encarceramento feminino, já que elas estão mais vulneráveis e correndo maiores riscos de serem pegas e punidas pela polícia (SOARES; ILGENFRITZ, 2002).

Pimentel (2008) ainda ressalta que:

De fato, o culto feminino ao amor, ainda no contexto da contemporaneidade, subsiste como uma realidade cultural, figurando como elemento formador de representações

sociais. Ainda que as mulheres participem ativamente do mercado de trabalho, adquirindo autonomia profissional e financeira, lutando pela igualdade e rompendo com a forte tradição de permanência no espaço doméstico, suas concepções acerca do amor e suas expectativas amorosas são bem diferentes daquelas vividas pelos homens. A mulher age em nome do afeto, na medida em que suas práticas estão diretamente relacionadas à sua identidade na relação afetiva. Por isso, as práticas sociais femininas no contexto do tráfico de drogas, não têm os mesmos fundamentos representacionais que as práticas masculinas, notadamente justificadas a partir de aspectos financeiros e da necessidade do homem de se firmar como sujeito em determinado grupo social (PIMENTEL, 2008, p. 8).

A partir do pensamento de Luhman (1991), podemos pensar em meios de comunicação, que são simbolicamente generalizados e se colocam a solucionar certas questões inerentes à combinação entre seleção e motivação, que utilizam uma semântica ancorada na realidade: verdade, amor, poder etc. Estas terminologias designam características, postulados, sentimentos, meios de troca, meios de ameaça e etc., e é através destas referências orientadas para quadros de circunstâncias que se opera a aplicação dos meios. São antes de mais nada, indicações à comunicação que podem ser manipuladas com uma autonomia relativa a face aos quadros de circunstância, quer estes existam ou não.

O meio de comunicação amor não é um sentimento em si mesmo, mas antes um código de comunicação cujas regras determinarão a expressão, a formação, a simulação, a atribuição indevida aos outros e a negação dos sentimentos, bem como a assunção das consequências inerentes, sempre que tiver lugar uma comunicação deste gênero (LUHMAN, 1991, p. 21).

Com relação às mulheres que se inserem em um universo do tráfico de drogas, por questões afetivas, podemos perceber que nessas situações o amor, modifica, sobretudo, tanto a vivência dessa mulher como a relação com o mundo, alterando seu horizonte e seu agir. Com isto, se confere um poder de persuasão a essas emoções e, posteriormente, motiva uma ação que não está claro o resultado concreto, mas por causa do seu “significado simbolicamente expressivo”, sintomático do amor. Ou se insinua como consumação da especificidade daquele mundo em que vigora a união com o amor (e com mais ninguém): o mundo dos gostos comuns, da história comum, dos desígnios comuns, dos temas falados e dos acontecimentos valorados como afirma Luhman (1991).

Pode-se ainda destacar que Pimentel (2008) *apud* SILVA (2014):

Reconhece que há uma nova tentativa de construção de identidade pelas mulheres, mas constatou, em sua pesquisa no presídio feminino de Alagoas, que ainda há, para as mulheres, um resquício do que seria o amor platônico. O casamento ou a parceria com um homem ideal ainda é um sonho das mulheres, uma necessidade que traria sentido para a vida delas. “É como se o fato de estar vivendo ao lado de um homem concedesse à mulher a identidade ideal, sobretudo quando diante de um relacionamento afetivo como o casamento ou suas modalidades semelhantes” (PIMENTEL, 2008, p. 10 *apud* SILVA, 2014, p. 23).

Compreendemos que o cenário econômico e social que envolve a criminalidade é bastante complexo para cada uma das mulheres, pois há sentidos diferentes que as levam a se envolver com o tráfico de drogas, seja a rejeição sofrida pelo mercado de trabalho, seja o filho que passa fome, seja ter herdado o ponto de tráfico do filho preso, seja o envolvimento amoroso.

Muitas das mulheres traficantes apesar de conscientes de que o seu ato representa transgressão à norma penal, e sabedoras do repúdio social sobre a figura do traficante, não se reconhecem como criminosas, pois, para elas, as identidades relacionadas à vida doméstica – mãe, companheira, filha – sobrepõem-se àquelas que dizem respeito à sua condição de traficante. De fato, na visão das mulheres traficantes, suas múltiplas identidades não estão dissociadas no cotidiano. A propósito, a interna “Sol” diz que: *“só quem sabe a dor da saudade é quem ‘tá’ atrás das grades”*.

- Sol, 21 anos, Campina Grande-PB

Casada, com uma filha de quatro anos que está com a avó paterna, estudou até a 5ª série, católica, trabalhava há três anos em serviço de limpeza em um emprego estável, está há um mês na prisão por tráfico de drogas.

O marido de Sol está cumprindo pena na Penitenciária Máxima de Campina Grande, ao lado da Penitenciária Regional da cidade. A mesma foi presa ao tentar entrar no presídio com droga, segundo ela, o crack. Sol há nove meses visitava o seu marido na cadeia, mas essa foi a primeira vez que tentou adentrar ao presídio portando droga. De acordo com a interlocutora, ele é viciado e solicitou que ela entrasse com o entorpecente na penitenciária. Ela diz que o medo que seu companheiro entrasse em alguma confusão e acabasse morto lhe impulsionou a praticar o ato criminoso. Desse modo, ela arriscou sua liberdade e foi parar atrás das grades.

Sol chora de saudade da família, da filha, do trabalho, da casa, do marido e relata: “eu queria tanto sair desse lugar, e à noite é a pior hora, você só pede a Deus para que chegue logo o outro dia”. A ausência da sua filha é o que mais lhe perturba. Ela relata que a filha a viu na TV sendo presa e teve uma crise convulsiva no momento, isso para ela é muito difícil.

Para a mesma, “uma carta é uma visita”, e podemos perceber em sua fala que existe toda uma dinâmica relacionada com as cartas recebidas e enviadas. São cartas de amigas, da família, são fotos que vem e vão, entre os muros das duas prisões, entre a prisão e as casas. São sentimentos e anseios que cruzam fronteiras e que segundo ela, proporcionam momentos de alegria e de tristeza, que representam importante relação com as histórias do cárcere.

Sol recebeu uma carta em especial com oito dias após sua prisão. Uma carta do companheiro, trazida por uma advogada, contendo o pedido de divórcio. A entrevistada conta o quanto ficou desapontada e revoltada, escreveu em um pedaço de papel para ele sua indignação e não assinou o pedido. Para ela essa situação não seria resolvida assim, dessa maneira, dentro da prisão. Sol aguarda as decisões da justiça.

Pimentel (2008) argumenta que a formação do que seria a identidade feminina necessitaria passar pelo reconhecimento de um homem, um homem que a assinalasse como sua mulher, com um a mais. Nesse sentido, as relações da mulher com o parceiro são permeadas por situações em que a mulher busca dar provas de seu amor e fidelidade, que podem ser desde um gesto simples, como um corte de cabelo, até o envolvimento com um delito. A identidade relacionada à vida doméstica (mãe, filha, esposa/ companheira) sobrepõe-se à de criminosa, passando está a ser reconhecida apenas “por força das determinações da norma jurídica aplicada no ato da condenação, ou antes mesmo, quando da prisão” (PIMENTEL, 2008, p.11).

“Envolvidas com o crime, essas mulheres justificam-se por vazios e ausências, não querendo, não conseguindo ou não podendo seguir o modelo de família nuclear, encontram no crime a fuga de si, do que lhes faltam, reconstroem a liberdade que o mundo capitalista oferece e retira, além disso, encontram nas carências financeiras, afetivas, familiares e sociais a explicação para o crime, porque os discursos da prisão e fora delas lhes fizeram acreditar nesse texto pronto e dado. Conforme toda identidade feminina, as presas estão em busca da independência da mulher e essa luta pela liberdade chega nessas mulheres de modo diferente. Elas também buscam se enquadrar nesse contexto social de produção, compras, espetacularização do corpo, simulação da felicidade, e fazem essa busca dentro de suas realidades sociais. Usam das estratégias de seu contexto para se enquadrarem socialmente, embora estejam elas marcadas pelas mudanças, por outras maneiras de ser mulher (SILVA, 2014: p.103).

A realidade de mulheres envolvidas na criminalidade, faz parte de um contexto que relaciona tanto as questões afetivas, familiares, bem como econômicas. Sabe-se que desde o fim dos anos 1980, as mulheres têm se envolvido de forma crescente nos crimes ligados a drogas, principalmente como consumidoras, como empregadas em pequenas atividades do

varejo do tráfico e no transporte nacional e internacional. O aumento da quantidade de mulheres presas, porém, advém da opção por lidar com o tema das drogas por meio de políticas criminais que incidem precipuamente sobre os indivíduos que desempenham funções de pouca relevância e baixa remuneração no mercado transnacional das drogas (LIMA, 2015).

Para Elias¹⁵ (2005) a sociedade é construída através das disposições e inclinações básicas realizadas pelos indivíduos, que são orientadas umas para as outras, e unidas umas às outras das mais diversas maneiras. Estas pessoas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados. Cada uma dessas constitui um ego ou uma pessoa, como muitas vezes se diz numa linguagem retificante. Entre essas pessoas colocamo-nos nós próprios.

São forças distintas que se estabelecem na sociedade e com isso, para se compreender, a linguagem, o pensamento no campo das relações humanas, são modelos derivados de uma experiência prática no campo das ciências naturais, da física, da química. Que foram mais tarde transferidos para o campo das relações humanas, a que chamamos de sociedade. Dessa forma percebe-se que o nosso próprio discurso e pensamento são de um modo geral, controlados pelos outros e, se esse controle se perder totalmente, também corremos o risco de perdemos o controle sobre nós mesmos, ou de perdemos em especulações sem limites, fantasias, brincando com ideias.

3.5 Mulheres e tráfico de drogas

O tráfico de drogas é um fenômeno multidimensional que envolve o entrelaçamento de questões tanto jurídico-político-econômicas, quanto socioculturais e simbólicas. As relações sociais que são estabelecidas em virtude do tráfico de drogas geram um ambiente de insegurança para as pessoas que convivem diariamente com o problema, principalmente pelas altas taxas de criminalidade e vitimização que ocorrem nas regiões onde impera a imposição da dinâmica do comércio ilícito de entorpecentes. Além disso, pelo volume de dinheiro movimentado e pelo risco que a atividade imprime, as condições psíquicas dos atores

¹⁵ NORBERT ELIAS nasceu em Breslau em 1897 e morreu em Amsterdam em 1990. Sociólogo alemão, estudou medicina, filosofia e psicologia nas universidades de Breslau e Heidelberg; em seguida, trabalhou com Karl Mannheim em Frankfurt. Abandonou a Alemanha nazista em 1933, indo primeiro para a França e depois para a Inglaterra, onde foi professor de sociologia na Universidade de Leicester (1945-62); lecionou mais tarde na Universidade de Gana (1962-4) e no Centro de Pesquisa Interdisciplinar em Bielefeld. Desenvolveu uma abordagem a que chamou "sociologia figuracional", que examina o surgimento das figurações sociais como consequências inesperadas da interação social. Seu trabalho mais conhecido é o processo civilizador (2 vols., 1939), em que analisa os efeitos da formação do Estado sobre os costumes e a moral dos indivíduos. (Extraído do Dicionário do pensamento social do século XX, Jorge Zahar, 1996.)

envolvidos favorecem um comportamento violento, com pouca tolerância e regras próprias de convivência (PEREIRA, 2008).

De acordo com Soares (2005), a “explosão” do tráfico de drogas no Brasil ocorreu na década de 80 na cidade do Rio de Janeiro, onde a configuração geográfica propiciou a conexão entre as favelas e os bairros de classe média. A proximidade física entre vendedores e compradores favoreceu o surgimento de locais fixos para a venda de drogas, as chamadas bocas de fumo. A movimentação econômica do comércio varejista de drogas passou a ser atraente para os mais pobres, pois a atividade atacadista só poderia ser realizada com um aporte financeiro alto e ficaria restrita a um número pequeno de pessoas com elevada capacidade financeira. A partir da instalação das bocas de fumo, houve uma delimitação dos espaços, com a valorização dos territórios e o investimento em segurança para que os consumidores tivessem livre acesso aos pontos de venda de drogas.

O tráfico de drogas exerce uma fascinação sobre os jovens que procuram nesta atividade uma forma de tornarem-se visíveis à sociedade – a arma é um sinal de alerta, um instrumento para demonstrar o seu descontentamento com o tratamento recebido – com as condições socioeconômicas a que estão submetidos e pelo estigma que lhes são imputados. As relações de poder estabelecidas pelo tráfico de drogas seduzem homens e mulheres, proporcionam acesso a um mercado de consumo que não usufruiriam com as condições financeiras de um trabalho formal direcionado para as suas qualificações e atribuem a eles um status, uma ascensão social e, principalmente, o poder de decidir os papéis atribuídos a cada membro de sua “comunidade”, inclusive decidindo sobre a vida e a morte (PEREIRA, 2008).

Os atos violentos e a afirmação do *ethos* masculino configuram relações de poder que determinam o grau de periculosidade do jovem e a sua imagem perante os outros membros da quadrilha e às mulheres de uma forma geral. Para a construção deste *ethos* masculino, os jovens buscam na possibilidade de consumo e na reação violenta aos conflitos a sua posição no interior da quadrilha. Neste sentido, eles procuram trilhar o caminho da visibilidade, destacando-se pela violência, pelo consumo de bens classificados como de classe média, e pelo “poder”. A história das mulheres é marcada pela oposição entre espaço público e privado. Os papéis sociais atribuídos às mulheres impõem características de docilidade e submissão, contrárias ao ímpeto masculino. A esfera privada é o espaço das emoções e da manutenção da honra, obrigações típicas das mulheres; a esfera pública, o espaço para o debate e para as decisões políticas (PEREIRA, 2008, p. 37).

Para Pereira (2008), os jovens das periferias brasileiras procuram no tráfico de drogas um resgate para a sua invisibilidade social. No comércio ilícito de drogas eles podem encontrar

o dinheiro e os bens de consumo, mas, sobretudo o poder e o status de ser reconhecido pelo “outro”, membros da própria comunidade ou mesmo a sociedade mais ampla. A arma é um símbolo poderoso e é a expressão da violência tanto ideológica quanto física que determina em grande medida o grau de respeitabilidade do jovem.

Apesar das dificuldades que as mulheres enfrentaram para a inserção no mercado de trabalho e, principalmente, o confinamento ao mundo doméstico que foi um complicador para a independência financeira feminina, atualmente, já não é uma realidade dominante. Em pleno século XXI as mulheres ocupam cargos e profissões que eram específicas do mundo masculino, tais como, patentes no exército, agentes penitenciários, motoristas de caminhão e astronautas. Contemporaneamente, as mulheres destacam-se até nos crimes que poderiam ser considerados tipicamente masculinos como é o caso do tráfico de drogas e o roubo que em suas definições embutem o conceito de violência simbólica ou armada. Os crimes cometidos por mulheres foram analisados ao longo da história por diversos estudiosos da criminologia, da sociologia e do direito. As abordagens variavam de acordo com o campo de estudo, mas o resultado convergia para uma simples realidade: o “aprisionamento” feminino à esfera privada e os seus poucos vínculos com a vida pública. Os crimes ditos femininos estavam associados ao ambiente doméstico – infanticídio, aborto e envenenamento, além de pequenos furtos. A prostituição aparecia como tentativa de liberação feminina e era recorrente nos prontuários policiais (PEREIRA, 2008, p. 38).

Em meados do Século XX, crimes caracterizados como femininos eram o aborto provocado por motivo de honra e o infanticídio por crise psíquica de fundo puerperal, isto é, crimes associados à maternidade. A prostituição, o baixo-meretrício, a exposição da sexualidade para fins não reprodutivos, equivaleriam à criminalidade capaz de colocar em risco a moral familiar e os bons costumes (SOARES; IIGENFRTZ, 2002).

Na contemporaneidade os crimes relacionados como universo feminino não são mais centralizados no âmbito privado. Eles ganham vulto no âmbito público e perdem a conotação de crimes ligados à maternidade. Em certa medida, a participação da mulher em atividades delitivas é um fato recorrente. No entanto, a inserção desta em atividades ligadas ao narcotráfico é recente.

Como afirma Bourdieu (2002), as mulheres estão ligadas a um pacto cruel e desigual. Elas são educadas para satisfazer as necessidades afetivas dos outros, para responder emocionalmente pelo cuidado de seus filhos, do marido ou do colega de trabalho. Mas, suas próprias necessidades e desejos sucumbem a um segundo plano porque existe uma demanda social que leva às mulheres a entender que é sua obrigação cuidar das necessidades dos demais.

Nessa mesma linha de raciocínio, aspectos importantes relacionados com a vida da mulher, como o exercício da sexualidade findam em tema tabu, e passam a ser instrumentalizados para reforçar atitudes de passividade e submissão às funções e papéis estereotipados de gênero, nos quais resta para a mulher o reconhecimento da sua função reprodutora e maternal.

Contudo, transitamos por uma cultura pós-industrial, na qual se valoriza individualismo, a confiança em si mesmo e o bem-estar pessoal, mais do que a identidade grupal ou social. Dessa sorte, observamos uma pluralidade de gostos culturais, de modos de lazer e de consumo que denotam certa autonomia individual.

Diante desse quadro, os papéis sociais, quase sempre, pela orientação de um saber tradicional, são distribuídos entre homens e mulheres e se espera que os desempenhem conforme as demandas sociais. Essas funções, na maioria das vezes, revelam-se diferentes e, ao mesmo tempo, antagônicas. As diferenças se tornam visíveis nos diversos espaços de interação, tal como ocorre no plano educativo, no âmbito familiar, laboral e nas dimensões da vida coletiva que envolve relações de poder.

Ainda com base no pensamento de Bourdieu (1984) *apud* Araújo (2010), contata-se que:

A dominação geral é associável às práticas sociais na medida em que o poder se inscreve nestas práticas. Sobre a dominação masculina se estabelece a dominação de gênero no centro da economia das trocas simbólicas. Para o autor, existe a verificação de que essa prática está corporificada, fazendo vítimas tanto a mulheres quanto a homens. O corpo é, portanto, o lugar onde se inscrevem as disputas pelo poder, é nele que o capital cultural está inscrito, é ele a primeira forma de identificação desde que as pessoas nascem homens e mulheres, portanto o sexo define se serão dominados ou dominadores. O corpo é a materialização da dominação, o exercício do poder (BOURDIEU, 1984 *apud* ARAUJO, 2010, p. 3).

O autor trata a questão da “dominação masculina”, principalmente, a partir de uma perspectiva simbólica. Aponta que a dominação masculina seria uma forma particular de violência simbólica. Dessa maneira, Bourdieu compreende o poder que impõe significações, impondo-as como legítimas, de forma a dissimular as relações de força que sustentam a própria força e, essa disputa de potência está presente na sociedade em meio à relação desigual de poder que apresenta uma aceitação dos grupos dominados, não sendo, necessariamente, uma aceitação consciente e deliberada, mas principalmente de submissão pré-reflexiva. Ainda nessa perspectiva, a biologia e o corpo são espaços onde as desigualdades entre os sexos, resumidas na ideia de dominação masculina, são naturalizadas.

Essa naturalização que vai além dos espaços domésticos, se projetou no campo do trabalho e também no narcotráfico, como em vários outros campos da sociedade. No mundo do tráfico também fica claro que, se acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, sendo reservando às mulheres espaços específicos que na maioria das vezes se caracterizam pela inferioridade hierárquica, pelos salários menores.

Além dessas questões, Moura (2012) aponta que esses valores culturais, impregnados na sociedade, são demarcadores de espaços e papéis se enraizaram em diversos quadros, caminhando junto com o desenvolvimento das sociedades:

[...] assim, sabe-se que a divisão social e sexual do trabalho, na configuração assumida pelo capitalismo contemporâneo, fez crescer a exploração do trabalho, fazendo-o, entretanto, de modo ainda mais acentuado em relação ao mundo do trabalho feminino. De efeito, a desigualdade é comum ocorrer no mundo do trabalho legal e ilegal (MOURA, 2012, p. 68).

Convém notar que o universo da droga se instaura no espaço doméstico, lugar historicamente destinado e conservado para a mulher, este que sempre foi visto enquanto o mundo da mulher, e ainda o é, e mesmo assim, atraí-la para esta atividade não vem se mostrando tão difícil. Vale destacar que se trata também de um contexto de uma sociedade que tem levado muitas pessoas para o mundo do trabalho, em empregos precários e muitas vezes uma situação de miséria que uma parcela da população tem que enfrentar todos os dias. Isso torna o mundo do tráfico como um trabalho para uma grande parcela de indivíduos.

O espaço da casa é o lugar mais íntimo, privado, um espaço que se mostra bastante propício para a atividade do tráfico de drogas, que tem suas características que exigem o sigilo. A mulher em nossa sociedade sempre teve o seu espaço no universo doméstico como algo claramente demarcado, a mulher na qualidade de mãe, esposa, responsável pela educação e bem-estar do lar, e ao homem o espaço público, onde também é muito bem aceito.

Sabe-se que o tráfico de drogas representa uma lógica bastante complexa e apresenta claramente uma relação disposicional entre os atores que dele fazem parte. Da mesma forma, observa-se que o lugar da mulher na hierarquia do mundo do crime é inferior ao do homem, ou seja, as mulheres quase não ocupam um lugar de liderança no tráfico, sendo esse lugar ocupado na maioria das vezes por um homem.

Moura (2012, p. 60) dispõe que “no comércio de tráfico de drogas, há um viés hierarquizado, em que as mulheres assumem funções de menor complexidade, sempre vinculadas ao universo doméstico, ou seja, ao espaço privado, com tarefas: enrolar a droga,

guardar, transportar e informar e etc.”. A mulher acaba exercendo as tarefas que colocam a pessoa em maior risco de ser presa pela polícia ou mesmo morta por grupos rivais. Em certa medida, a condição de subserviência da mulher nas atividades do tráfico de drogas, justifica o grande aumento do aprisionamento feminino nos últimos cinco anos. (CARRANCA, 2009; SOARES; ILGENFRITZ, 2002). Existindo funções assumidas pelas mulheres, como conversar com os compradores e misturar a pasta-base com bicarbonato, fazer o transporte como afirma Mingardi, pesquisador da Unesco. Nesse contexto, temos o exemplo de Estrela.

- Estrela, 31 anos, solteira.

Estrela têm quatro filhos e era vendedora. A mesma foi transferida do presídio de Recife-PE para a Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande-PB para cumprir uma sentença de 2 anos e 4 meses de prisão. Ela já havia sido presa uma vez na cidade de Campina Grande-PB e cumpriu a sentença. Posteriormente, mudou-se para a cidade de Paulista-PE e continuou envolvida com organizações criminosas até ser presa novamente. No período de seu cumprimento de condenação, se envolveu em uma rebelião e foi transferida para sua cidade natal. Ela relata que casou com 17 anos e que o seu esposo se encontrava preso quando se casaram. Filha de pais separados, ela começou a trabalhar desde muito cedo.

De acordo com Estrela, ela entrou no mundo do tráfico de drogas desde os seus 17 anos, mesmo período que ela se casou. Para ela, o seu relacionamento não influenciou na sua decisão de vender e transportar drogas. Estrela fazia pelo dinheiro, que de acordo com ela, era muito lucrativo. A entrevistada realizou muitas viagens durante esses 14 anos no tráfico de drogas. A cada viagem ela receberia de 7 a 10 mil reais, chegando a embarcar em ônibus e aviões em direção aos mais variados destinos para cumprir seu trabalho e voltar para casa com um valor que ela não alcançaria em outras profissões. Segundo ela, para transportar as drogas paga-se muito melhor do que vendê-las. E não havia receio da mesma para falar sobre os valores que recebia e do quanto estava nessa atividade por dinheiro. Em suas palavras “eu fazia porque eu gostava”.

Estrela faz parte de uma organização criminosa e fala abertamente sobre isso. Para ela a sua situação no presídio de Pernambuco era melhor, pois a facção não deixava faltar nada, diferente da sua realidade em Campina Grande, onde ela não tem o mesmo apoio. Definitivamente a outra cadeia era melhor para a Estrela.

Nesse ínterim temos também o caso de Mara.

- Mara, 35 anos, João Pessoa-PB.

Nossa interlocutora Mara, nasceu em João Pessoa-PB, cumpre pena no presídio de Campina Grande-PB, sentenciada há dois anos e onze meses. O seu esposo está preso na Penitenciária ao lado.

Questionada pelo que motivou a sua participação no tráfico de drogas, ela afirma: “foi por causa do dinheiro”. Há 11 anos participando do crime organizado, de acordo com ela, cada 10 ou 11 quilos de droga rendiam uma média de 8 mil reais. Segundo a Mara, esse dinheiro não seria recebido tão fácil em outros trabalhos e isso fazia com que ela não quisesse parar. Ela afirma: “quando eu estava aprofundada eu não queria sair. Meu esposo pedia ‘*pra*’ eu sair”.

Chegamos a indagá-la se o seu companheiro havia influenciado na sua decisão de entrar e continuar no tráfico, afinal a mesma passou 11 anos nessa atividade. Para a entrevistada, a decisão foi dela e não houve influência, apenas o dinheiro importava. Hoje, na cadeia, a mesma trabalha na cozinha da penitenciária, recebe visita dos familiares e pretende conseguir um emprego quando sair dela. O marido continua cumprindo pena.

O exemplo de Mara, assim como o de Estrela, Sol e tantas outras mulheres mostra o quão dividido é o campo de atuação no narcotráfico, apontando para os espaços específicos em que as mulheres atuam. Na maioria das vezes estas são impulsionadas pelo afeto, pelo sentimento aos seus filhos e companheiros, seja com a finalidade de conseguir dinheiro ou de satisfazer seus parceiros exercendo atividades ilícitas, como o transporte de drogas.

Podemos perceber que as mulheres desta pesquisa, nasceram em uma sociedade marcada por diferentes signos de mudança. Os movimentos feministas, contribuíram para mudanças que afetaram principalmente os modelos tradicionais de família no Brasil, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Mudanças que constroem novas perspectivas com relação aos papéis de mãe, mulher e esposa.

As histórias relatadas pelas mulheres da pesquisa, revelam falta de estudo, ou não conclusão do ensino básico e regular. Vivendo com trabalhos precários ou rendas insuficientes para manter sua casa e seus filhos. Tendo que trabalhar desde cedo, como suas mães que na ausência dos companheiros cuidaram sozinhas de seus filhos. As mulheres entrevistadas abandonaram os estudos, geralmente, no ensino fundamental e não conseguiram ou encontram certas dificuldades para adentrar ao mercado de trabalho, trabalhando de forma autônoma muitas vezes. Com idades entre 20, 30 e 40 anos, constroem modelos de famílias em que o pai é também uma grande ausência. Nos relatos dessas mulheres, o seu atual companheiro, ou antigo relacionamento também está preso e, em alguns casos, a sua prisão tem uma ligação direta com a relação com o companheiro.

São falas que reproduzem o amor, afeto e emoções, em meio a uma condição atual de privação de liberdade, ausências e saudades. Sofrem por estar longe do companheiro, filhos, mães, amigos; choram por serem abandonadas pelos seus relacionamentos depois da prisão e em alguns casos não demonstram arrependimento pelos seus feitos, simplesmente não se conformam de estar atrás das grades. Os sentimentos se expressam em suas falas, olhares e lágrimas.

Pensar no passado é condicionante ao que esperar do futuro. Dizer que irá mudar de vida e não retornará mais ao ambiente da cadeia é comum a todas. Famílias, lugares e memórias, preenchem o cotidiano de lembranças e anseios dessas mulheres. Esperando pelo dia da visita, pelo dia do correio, pelo dia da audiência, pelo dia do exame médico e, acima de tudo, esperam pela liberdade e pela reconstrução de suas vidas fora das grades da prisão. Estão em meio a uma rotina, em que os dias são longos e as noites também. Esperar e refletir é atividade constante, consciente e inconsciente da realidade vivida por essas mulheres.

CAPITULO 4- FAMÍLIA: ENCONTROS E RUPTURAS

A partir da obra “A Civilização dos Pais” de Elias (2012), nós podemos compreender como se dá o processo de transformação da relação entre pais e filhos ao longo do tempo, especialmente no século XX, apontando, então, as modificações na estrutura familiar desde a idade média e, assim, discutir a função que as crianças têm para os pais e vice-versa. As crianças tornam-se adultas, individualmente, por meio de um processo social civilizador que varia segundo o estado de desenvolvimento dos respectivos modelos sociais de civilização (ELIAS, 2012). Dessa maneira Elias (2012) argumenta:

Especialmente nas sociedades urbanas, embora não apenas nelas, as famílias mais pobres frequentemente já não sabem mais o que fazer com tantos filhos. Desde as épocas, mais remotas até o século XVIII, e talvez até mesmo por mais tempo, devido a essas razões, encontramos, por toda parte na história das grandes sociedades urbanas, métodos corriqueiros de assassinato de crianças. Estas chegavam, gritavam, demandavam muito trabalho e os pais não sabiam o que fazer com elas; além disso, frequentemente, ouvimos que na Antiga Grécia e Roma, as crianças eram jogadas no esterco e no rio. O abandono de crianças era algo cotidiano e habitual. Até o fim do império, não havia leis contra o assassinato de crianças. A opinião pública, na Antiguidade, também considerava natural o assassinato de crianças ou a sua venda, se eram belos eram vendidas aos bordéis, caso contrário eram vendidas como escravos da Idade Média e até o início da Idade Moderna- era muito distinta da atual, especialmente no que se refere ao emprego da violência física. O trato violento entre os homens era habitual, estavam condicionados para isso. Ninguém pensava que as crianças precisavam de um tratamento especial. [...] A conduta instintiva no trato entre pais e filhos, tratava-se de sentimentos de amor e ódio, de ternura ou agressividade, todos desempenharam no passado um papel muito mais aberto. Em consonância com o correspondente estado de civilização, não somente entre as crianças, como entre os pais, esses sentimentos eram muito menos calmos e espontâneos do que na atualidade [...]. [Sendo assim], durante um longo período, a relação de pais e filhos fora determinada, de certa maneira, por costumes tradicionais que davam maior liberdade aos impulsos instintivos espontâneos, tanto dos pais, como dos filhos. As prescrições fundadas em reflexões científicas, ou apresentadas nesses termos, quase não desempenham papel algum para a vivência da relação entre pais e filhos (ELIAS, 2012, p. 472-474).

Na contemporaneidade, isso já não ocorre da mesma forma. Em seu trabalho, Elias (2012) destaca que hoje não é simples pensar em ocasiões na qual os pais em seu comportamento frente aos filhos, estavam apenas influenciados por conhecimentos básicos sobre a peculiaridade das crianças, sobre as diferenças entre a estrutura da personalidade infantil e adulta. Desse modo, ele nos faz refletir através de cenários improváveis:

Os pais greco-romanos e os medievais não se perguntavam, como é feito, atualmente com frequência: Não estou cometendo erros no meu comportamento com meus filhos? Não estou prejudicando-o, ao fazer isto ou aquilo? Comportavam-se de modo muito mais espontâneo, em geral, estavam muito mais influenciados pelo que eles mesmos sentiam, do eu pela intenção de se colocar no lugar das crianças (ELIAS, 2012, p. 474).

Ainda pode ser assegurado que a relação entre pais e filhos é uma relação de dominação, a partir de uma diferenciação dos níveis de poder. A medida que os pais são os maiores detentores. Sabendo que cada um exerce um tipo diferente de poder nesta relação. E acabam por se completar na organização da vida familiar.

Ao mesmo tempo, é possível observar que as mudanças nas relações entre os indivíduos-entre pais e filhos ou entre marido e mulher, como membros de uma família- são totalmente inseparáveis das relações entre os indivíduos como habitantes de uma idade ou como membros de um Estado. As relações familiares, frequentemente, são apresentadas como base de todas as relações sociais entre os indivíduos. Isso, contudo, é um mal entendido. A estrutura da família, a forma socialmente dada da relação entre marido, mulher e filhos se modifica em relação e em correspondência com as mudanças que experimenta a sociedade mais ampla da qual faz parte. A coisa não se limita ao fato de eu a estrutura da família camponesa, onde o marido, mulher e filhos possivelmente contribuem conjuntamente com seus trabalhos para a renda familiar, é diferente de uma família operária industrial, onde isso não acontece; claras diferenças de estrutura podem ser observadas, ao comparar sociedades com uma média de cinco filhos por família com outras que apresentam uma média de dois filhos. Quanto mais baixa é a média social de filhos por família, tanto mais valiosas são as crianças, não só para os pais, como também para a respectiva sociedade no geral. É dado por comum que, ao longo da crescente industrialização e urbanização, o número de filhos foi sendo reduzido, o curso dessas mudanças junto ao respectivo processo de crescimento da riqueza social aumentou a atenção social para as crianças e, também a compreensão de suas necessidades específicas (ELIAS, 2012, p. 489, 490).

As relações entre pais e filhos devem ser analisadas, não apenas como uma figuração autônoma dentro de outra mais ampla da sociedade. Com o passar do tempo, a instituição familiar tem sofrido grandes mudanças. As responsabilidades dentro do cenário familiar perpassam por ordenamentos que partem do exterior da família. Para Elias (2012) “a família de nossos dias cedeu para outras instituições, principalmente para o Estado, muitas das suas funções que lhes eram exclusivas” (ELIAS, 2012, p. 490). Sendo assim, as funções que permaneceram, são respaldadas principalmente nas funções afetivas, emocionais entre os componentes de um núcleo familiar. É um lugar propício para as demonstrações de carinho, afeto. É esperado e estimulado o lado sentimental nas relações. A relação de dominação dentro da família também tem se modificado ao longo do tempo, de modo que os papéis de pais e filhos, homens e mulheres, tornam-se mais equilibrada e menos hierarquizada do que no passado. Tem-se se questionado a necessidade de enxergar cada integrante do grupo familiar a partir de suas necessidades e possibilidades de atuação, e as mudanças não param por aqui.

4.1 Contextualizando o conceito família

O tema “família” se coloca como uma peça chave, para entender a trajetória de vida das mulheres presas pelo crime de tráfico de drogas. Nas entrevistas, as mulheres apontam diversas questões que remetem ao termo família e a construção específica de cada modelo familiar que as mesmas fazem parte, trazendo pontos em comum, com a realidade de outras mulheres que também encontram-se na mesma vivência.

Em entrevista à interlocutora, Maia, podemos refletir sobre a construção familiar que a mesma vivência.

- Maia, 33 anos, Campina Grande-PB.

Mãe de seis filhos, natural da cidade de Campina Grande-PB e em um casamento há 10 anos. Estudou até a 4ª série do fundamental e viveu sua vida com o pai, o qual a agrediu por toda a vida. Segundo Maia, ele não sabia falar, dialogar, e partia logo para a agressão. Maia começou a se prostituir aos 13 anos de idade. Ela conta que via outras meninas e mulheres nesta prática, e através da convivência com elas surgiu o interesse em se prostituir também. Além disso, a interlocutora nos relata uma vida nada fácil, uma realidade tão cruel até mesmo para quem apenas está ouvindo sua história de vida. Seu pai, quando soube que ela estava se prostituindo, não fez outra coisa a não ser agredi-la mais.

Acabou engravidando e, assim, piorando sua situação com o seu pai. A mesma tinha medo de contrair o vírus HIV, na época ela não se preservava de nenhuma forma, de acordo

com ela, ninguém se preocupava com isso e não havia acesso a nenhum recurso. Maia viu muitas meninas soro positivas morrendo, mas não sabia como se prevenir, e até hoje não sabe quem é o pai do seu filho. Ela começou a se envolver com um homem e sair da casa do seu pai, porém o mesmo lhe agredia muito fisicamente, “*era uma vida horrível*”. Voltou para casa do pai outras vezes.

Então, conheceu o atual companheiro, desempregado, mas que não a maltratava. Foi morar com ele, e como seu filho mais velho não se dava bem com avô, também se mudou para morar com ela. A entrevistada, seu companheiro e os filhos, muitas vezes não tinham o que comer, os dois trabalhavam catando lixo. Maia diz relata que o seu “*marido trabalhava o dia todo ‘pra’ comprar um quilo de feijão*”.

Era uma vida bem difícil e, assim, os convites para entrar no tráfico de drogas começaram a surgir. Certo dia, ao ver que não tinha nada para comer no armário de casa, ela resolveu aceitar, mas o seu companheiro não concordava com tal atitude, de modo que ela começou a fazer escondida. As comidas em casa se tornaram mais constantes, e o marido a interrogou. Ela assumiu e acabou por convencê-lo a vender também. Os dois venderam por um tempo, até que ele disse que eles deveriam parar, mas ela não parou e a polícia acabou realizando uma prisão em flagrante na casa dela, quando outro traficante estava entregando drogas em sua residência.

Dessa forma, ela foi presa em casa, na frente dos filhos. Ao falar deles, ela se emociona e chora, nesse momento é difícil de conter as lágrimas para qualquer pesquisador, ouvindo e vendo aquela mulher, com 33 anos de idade, mas com uma aparência de uma mulher bem mais velha, sofrida e com muita saudade dos filhos.

Os filhos mais velhos sabiam do trabalho da mãe e ela conversava com eles sobre aquilo que eles presenciavam. Falava para eles nunca entrarem nessa vida. Ela relata que pediu aos policiais para não ser algemada na frente deles, e assim eles fizeram. Está há um mês presa, confessou que a droga era dela. Como os policiais viram a casa dela vazia, sem nada nem para comer, não acreditam nesta versão. Mas segundo ela, não havia outro caminho senão confessar, pois estaria ariscando a sua vida e a da sua família.

Podemos compreender nos relatos da interlocutora que antes do cárcere, havia um tipo configuração familiar e depois com a prisão, a vida das pessoas do seu ciclo de convivência foi alterada. Nos colocamos a entender como se deu essa relação desde a infância até a vida na prisão. São muitos atores que desse universo fazem parte, são mães, pais, irmãos, filhos e companheiros, que estão presentes nos relatos e em suas vidas, e nem sempre de uma maneira positiva para elas. Dentro do universo da cadeia há uma rotina específica, é um outro mundo;

visitas, cartas e apoio financeiro, vem à tona apresentando uma lógica bastante distinta daqueles que tem a liberdade em suas mãos. Palavras como: ausência, saudade e abandono estão conectadas aos sentidos de família na vida das entrevistadas.

Para Garcia (2003), o conceito de família não é um conceito unívoco para todas as épocas e culturas, pelo que podemos apreciar substanciais diferenças transculturais entre os membros da família que se sentem parte dela, assim como nos papéis e funções esperados de cada um e da família como um todo. Na sociedade ocidental, com o marco da Revolução Industrial, os limites largaram-se, as responsabilidades associadas a cada progenitor equipararam-se e as funções básicas orientam-se cada vez mais no sentido da proteção dos filhos. Para além do mais, as mudanças ocorridas cristalizam em modelos familiares diferentes, favorecendo a tolerância e a valorização da diversidade.

A organização da família vem se transformando com o passar dos tempos. A mesma vem desempenhando funções educativas, repassando valores culturais e crenças desde muito tempo e nas mais variadas culturas, atuando na formação do indivíduo e o instruindo para viver socialmente e construir suas relações. A partir da família, nós temos o contato com o universo social, com os mais variados grupos e instituições da sociedade, de modo que ela exerce importante papel na comunidade e é responsável pelo desenvolvimento físico e mental dos que dela fazem parte. O espaço físico contribui em grande medida para configurar a unidade familiar. No nosso contexto cultural, a norma é que a família, nuclear e apenas nuclear, conviva numa habitação. Viver num mesmo lar facilita a coesão familiar já que permite interações mais frequentes e, de uma forma geral, mais estreitas, mas também é possível, por diversos motivos, que na mesma casa convivam outros familiares, tais como o avô ou a avó, dividindo-se por mais de uma habitação, em alguns casos (GARCIA, 2003).

De acordo com Singly (2007), a instituição familiar, ao longo do tempo, sofreu modificações e os fundamentos que efetivamente estruturam as relações familiares que definem os papéis de cada membro do núcleo familiar. A família moderna perdeu muito das suas funções, principalmente na socialização dos filhos, que passa a ser assumida por outras instituições, como a escola, preservando o seu caráter de incumbir-se da construção da personalidade das crianças e da estabilização dos adultos. Diante disso, houve uma redução das atribuições da família. A família moderna opera uma mudança em relação à criança, sendo assim, a família se transforma profundamente na medida em que ela modifica suas relações internas com a criança. E, assim, a família tem uma função socializante, por meio de um processo do qual o indivíduo interioriza as normas do seu meio cultural, se integra e se adapta

à sociedade convertendo-se num membro da mesma e sendo capaz de desempenhar funções que satisfaçam as suas expectativas (GARCIA, 2003).

Sarti (1996) realiza uma análise das relações na família, sobretudo a partir da mudança nos papéis familiares, ou seja, inevitável diante da crescente incorporação da mulher ao mercado de trabalho e da possibilidade de contracepção cada vez mais assegurada. Isso torna evidente uma questão estrutural na família moderna: o conflito entre, de um lado, a afirmação da individualidade – uma possibilidade do mundo moderno, em que a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma outra época da história, transformando a intimidade (GIDDENS, 1993) – e, de outro, o respeito às obrigações e às responsabilidades próprias dos vínculos familiares. Há uma diversidade de modelos familiares, de modo que não é simples definir um consenso de definição única de família.

O sistema familiar como realidade distinta das pessoas individuais que a configuram permite que o estudo da família se possa centrar em si mesmo, diferenciando-se pelas características como as seguintes: coesão, satisfação, adaptabilidade, comunicação, normas, rituais, as quais constituem no seu todo, dimensões significativas da análise familiar (GARCIA, 2003, p.41).

Os indivíduos apresentam uma forma muito singular e complexa, que é cercado de estímulos, interesses, e a todo momento se depara com o que é subjetivo e o que não é, podendo estar em um determinado momento se apoiando em uma finalidade objetiva, como também se apoiando em um fator absolutamente pessoal e subjetivo. Levando em consideração o universo complexo da nossa pesquisa, compreendemos que há várias configurações a partir das interações vividas por essas mulheres e suas relações familiares, antes e durante sua vida na prisão, interferindo também nas suas motivações para participar no mundo do tráfico.

Quando uma mulher decide se entregar à polícia para que o seu filho não seja preso, como é o caso de Lua, a qual nós apresentamos o seu relato anteriormente, realmente nós questionamos o seu posicionamento e o que leva alguém a arcar com todas as consequências da lei, e do meio social. Como também é o caso de Sol, que se encontra cumprindo pena pelo crime de tráfico de entorpecentes, por tentar entrar no presídio com drogas, para o seu companheiro, o qual uma semana depois pediu o divórcio. Nos propomos a discutir o envolvimento de mulheres no tráfico de drogas, e em muitos casos o envolvimento com seus maridos ou companheiros no mundo do tráfico de entorpecentes se faz muito presente, dessa

forma, é preciso pensar na família como categoria social e cultural de construção mental da realidade (BOURDIEU, 2007).

4.2 Disposições do habitus familiar

Para Silveira (2006):

Os agentes da família são socializados e/ou educados pelas disposições do habitus. Como o sistema das práticas do habitus pré-determina a lógica das opções e das escolhas das estratégias sociais (incluindo, pois, as estratégias familiares), é possível associar a educação desses agentes a estilos de vida específicos, a partir de algumas peculiaridades reveladas em estudos de família no Brasil (SILVEIRA, 2006, p. 185).

De acordo com Bourdieu (2007), a família é ao mesmo tempo estrutura estruturante e estrutura estruturada, é uma categoria objetiva (das estruturas sociais) e subjetiva (das estruturas mentais), produzindo representações que contribuem para a reprodução da ordem social. Há um processo de naturalização dessa instituição social que é percebida como uma categoria natural, realizando o trabalho simbólico de transformar, como fator de integração, a obrigação de amar imposta a seus membros em disposição amorosa exercida, sobretudo, pelas mulheres. Por meio desse trabalho simbólico, incorporam-se as relações de dominação/submissão como sendo relações de natureza afetiva.

Segundo Silveira (2006):

A sociologia de Pierre Bourdieu estabelece enlaces interessantes entre sociedade, educação e família, através dos conceitos de habitus e de estratégia. A educação é concretizada como sinônimo de sociabilidade que os agentes implementam diante das várias instituições sociais, incluindo, pois, a família. O habitus é um sistema de predisposições que conduz as ações sociais, de forma que é possível situar tais disposições como estruturas incorporadas que intermedeiam estruturas estruturadas e estruturantes (BOURDIEU, 1983 *apud* SILVEIRA, 2006, p. 180).

Para Bourdieu (1983), o habitus é um sistema de disposições, modos de perceber, sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada, essas disposições são plásticas e flexíveis. São adquiridas pela interiorização das

estruturas sociais, portadoras da história individual e coletiva, são de tal forma internalizadas que chegamos a ignorar que existem. São rotinas corporais e mentais inconscientes, que nos permitem agir sem pensar. Desta forma, o habitus gera uma lógica, uma racionalidade prática, irreduzível à razão teórica, e é adquirido mediante a interação social e, ao mesmo tempo, é condicionante e é condicionador das nossas ações.

O habitus constitui a nossa maneira de perceber, valorizar e julgar o mundo ao nosso redor e assim a nossa forma de agir, corporal e materialmente. O habitus não designam simplesmente um condicionamento, designam, simultaneamente um princípio de ação. Eles são estruturas (disposições interiorizadas duráveis) e são estruturantes (geradoras de práticas e representações). Possuem dinâmica consciente nas duas transformações, são engendradas pela lógica do campo social (BOURDIEU, 1983).

Os agentes sociais, indivíduos ou grupos, incorporam o habitus que estará relacionado ao tempo e espaço, e o corpo está sujeito a um processo de individualização a singularidade do ‘eu’ sendo forçado nas e pelas relações sociais. Os agentes estão ligados a um determinado espaço e isso afetará de uma certa maneira o seu agir.

Na relação mulher x família existem predisposições duráveis evidenciadas a partir das estratégias, variáveis segundo tempo e lugar, de modo que há uma produção e uma reprodução de objetivos, escolhas, decisões nas quais mesclam-se o ontem e o hoje. Nas palavras de Silveira (2006), “a mulher, independentemente do tempo e do lugar, tanto pode ser dona de casa, responsável pelos cuidados domésticos, como assumir as outras responsabilidades para além da casa” (SILVEIRA, 2006, p. 184). Essas configurações têm expressado infinitas mudanças no ordenamento familiar doméstico.

Nas suas interações, os agentes, dotados do mesmo tipo de habitus, tendem a executar suas ações de acordo com as expectativas criadas em torno de si mesmos. Isto acontece porque o habitus é o grande impregnador das práticas dos agentes: a socialização é implementada com o desenvolver de uma série de produções de habitus, no decorrer da vida dos agentes. Podemos pensar no quanto e em que medida o tráfico de drogas faz parte do cotidiano e de estratégias de famílias pobres e marginalizadas na sociedade brasileira. Uma dinâmica que permeia dentro e fora do ambiente familiar, do espaço doméstico, envolvendo os seus próprios membros e em muitos casos perdendo seus integrantes com a violência existente no universo ilegal.

Para Carvalho (1994) *apud* Silveira (2006):

A marginalidade e a discriminação são reproduzidas nestas famílias quotidianamente, inclusive por vários outros canais: pela cor, pela aparência, pelo não acesso aos serviços básicos como educação e saúde. Portanto, os nexos de solidariedade destas

estratégias familiares concretizam-se dentro de um esquema atrelado a uma queda no poder aquisitivo e nas condições de vida destes membros familiares da pobreza (CARVALHO, 1994 *apud* SILVEIRA, 2006, p. 189).

Bourdieu (1987) *apud* Silveira (2006) ainda disserta que:

O habitus é o elemento unificador dos múltiplos tipos de estratégias – familiares, biológicas, culturais, etc. [...] É pelo habitus que os agentes se estabelecem nas estratégias, porém, sempre vistas como processos de escolhas, objetivos, opções, decisões, atuando de modo interdependente. Na estratégia está fixada uma criatividade dos agentes, indispensável para adaptarem-se a situações variadas, inusitadas, descontínuas (BOURDIEU, 1987 *apud* SILVEIRA, 2006, p. 181).

Para Bernardi (2014) o processo de interiorização dos papéis de gênero tem início na família. Bourdieu também defende que o funcionamento da unidade doméstica como campo encontra seu limite nos efeitos da dominação masculina que orientam a família em direção à lógica do corpo, à integração, podendo ser um efeito da dominação (BORDIEU, 2007, p. 132). A partir da família é que se define o espaço privado como espaço do feminino, repleto de significados simbólicos e apropriação de papéis, contribuindo para a formulação do controle e reproduzindo uma infinidade de desigualdades de gênero.

4.3 Novos arranjos familiares

Em relação às mulheres provedoras, Moura (2012) afirma que “é possível acentuar que, de uma forma geral, o Brasil vivenciou, na última década, um aumento dos lares chefiados por mulheres, entretanto, elas é quem mais sofrem com o desemprego, com a precarização do trabalho e com a redução dos salários” (MOURA, 2012, p. 64).

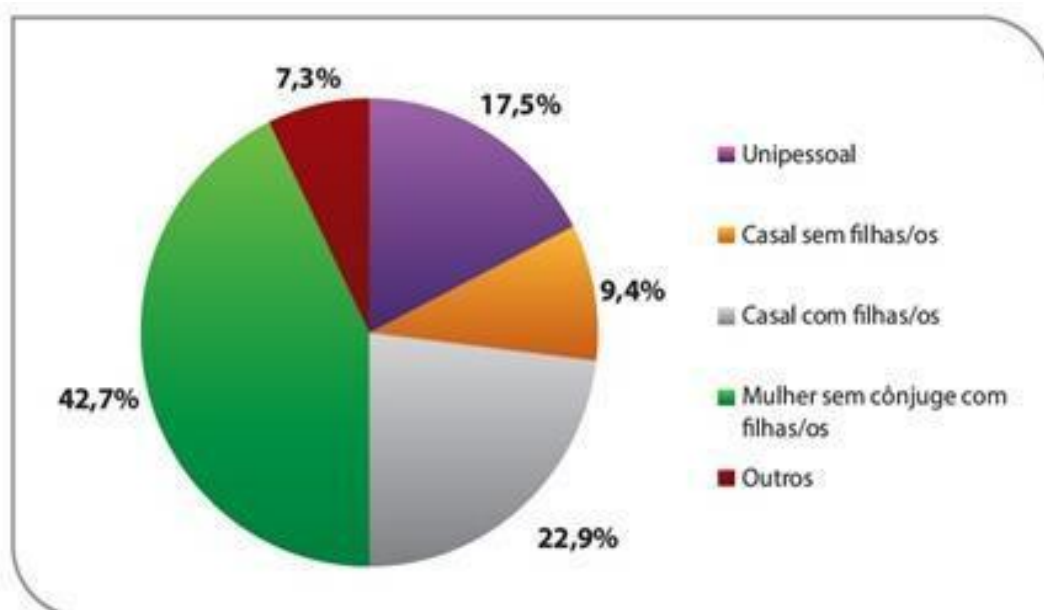
Lançado o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher em 2014 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) mostra que, no Brasil, em 2012, em quase 38% dos domicílios a pessoa de referência – tida como a responsável pelo domicílio ou assim considerada por seus membros – era mulher.

Os arranjos familiares referem-se ao conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou não que moram no mesmo domicílio. Os arranjos familiares podem ser formados por uma só pessoa, um casal sem filhas/os, um casal com filhas/os, uma pessoa de referência sem cônjuge com filhas/os, entre outros arranjos. Para cada unidade domiciliar, a PNAD considera uma pessoa de referência, sendo esta pessoa responsável pelo domicílio ou assim considerada

pelos seus membros. Assim, no Brasil, em 2012, quase 38% dos domicílios tinham mulheres como a pessoa de referência. No entanto, entre as famílias com pessoa de referência do sexo feminino, 42,7% eram compostas por mulheres sem cônjuge com filhas/os.

Por outro lado, somente 3,5% das famílias com pessoa de referência do sexo masculino eram formadas por homens sem cônjuge com filhas/os. Das famílias com pessoa de referência do sexo feminino, somente 22,9% eram compostas por casais com filhas/os, como indicado no gráfico 3. É interessante notar, igualmente, que cerca de 17% das famílias com pessoa de referência do sexo feminino eram formadas por mulheres vivendo sozinhas. No que diz respeito à cor ou raça, as mulheres negras estavam à frente de 52,6% das famílias com pessoa de referência do sexo feminino.

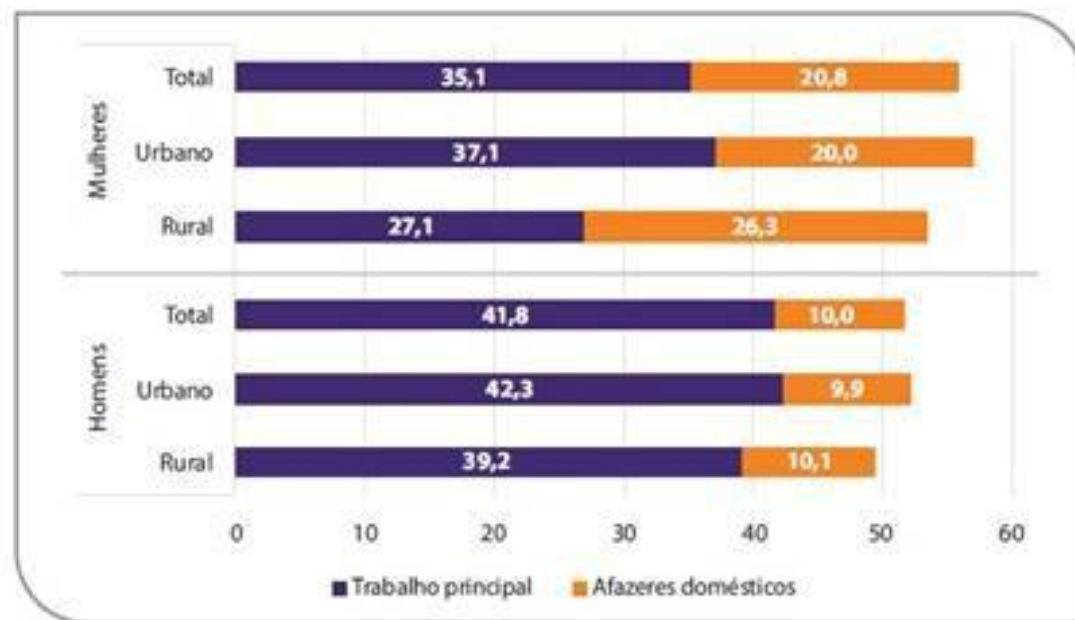
GRÁFICO 4 – Distribuição percentual das famílias com pessoa de referência do sexo feminino por tipo de família – Brasil, 2012.



Fonte: Relatório anual socioeconômico da mulher, 2012.

O estudo mostra, portanto, que as mulheres, apesar de minoria entre as pessoas de referência (38%), apresentam maior porcentagem entre as famílias sem cônjuge e com filhos/as, o que exemplifica a divisão desigual do cuidado com dependentes entre homens e mulheres no Brasil. O mesmo estudo da SPM/PR mostra que a jornada total das mulheres, somando-se o tempo dedicado ao trabalho principal e aos afazeres domésticos, era sempre superior à jornada total dos homens, conforme detalha o gráfico 4, ainda com diferenciações entre o setor rural e urbano.

GRÁFICO 5- Média de horas semanais trabalhadas no emprego principal e média de horas gastas em afazeres domésticos pelas pessoas de 16 anos ou mais, por sexo, segundo a situação do domicílio – Brasil, 2012



Fonte: relatório anual socioeconômico da mulher, 2012.

Assim, tanto as mulheres rurais como as urbanas apresentam, na média, jornadas semanais totais mais longas que as dos homens, atingindo 55,9 horas semanais, respectivamente, contra 51,8 horas dos homens, em média. O trabalho doméstico é desigualmente dividido entre homens e mulheres, para a mulher é atribuído esse papel social.

A partir desse contexto que apontamos, podemos entender que a sociedade brasileira vem sofrendo um processo de transformação contínuo, o que também reflete na maior participação da mulher no cenário do crime. Diante disso, Bernadi (2013) ainda destaca que:

A inserção da mulher no espaço público, antes proibido, a busca de autonomia, o empoderamento feminino, ocorreu por várias vias, como o trabalho assalariado e as lutas pela cidadania, a partir de movimentos feministas, nos anos de 1960 e 1970. A noção de gênero surge pautada nesses movimentos, constituindo-se como um conceito das ciências sociais, referente à construção social do sexo (BERNARDI, 2014, p. 35).

Para Bernardi (2014):

Ao contrário do trabalho formal, o comércio ilícito de drogas oferece vários atrativos: fácil acesso, remunerações vantajosas em face dos salários do mercado legal e tarefas

de menor esforço físico. Esses fatores têm significado positivo para muitas mulheres que trabalham com o tráfico. Contudo, estando no cárcere, o trabalho formal é o desejo confesso da maioria, pois consideram uma opção moralmente superior, relacionada a valores morais e à ética da mulher provedora, além do desejo de autopreservação, já que as atividades ilícitas têm alto risco pessoal e comprometem a estrutura da família (BERNARDI, 2014, p. 86).

Em consonância com a nossa pesquisa na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande-PB, encontramos relatos muito parecidos ao que Bernardi aponta. O tráfico que se coloca como uma alternativa para essas mulheres, como alguma vantagem ou meio de sobreviver, dentro do cárcere elas afirmam que irão buscar alternativas moralmente aceitas e em muitos casos que representam segurança para elas e para a sua família.

Outra questão discutida por Bernardi (2013), que corrobora com os dados da nossa pesquisa, é que:

Na ausência de acesso ao trabalho formal, o tráfico de drogas, absorve a mão de obra feminina de segmento social mais vulnerável, colocando-a, normalmente, numa posição subsidiária ou subalterna em relação ao homem, pois as mulheres, em geral, realizam a função de "mula" ou "avião" (que transporta a droga), "vapor" (que negocia pequenas quantidades no varejo), "fogueteira" (que controla a presença da polícia), "bucha" (a pessoa que está presente na cena em que são efetuadas as prisões de alguém envolvido), além de outras, como cúmplices, o que não tem muito significado hierárquico na ordem do tráfico. Assim, a mulher torna-se "alvo fácil" para o sistema penitenciário, não só por assumir uma posição de inferioridade, tornando-se mais vulnerável, mas também pelo baixo poder frente ao sistema de justiça criminal (BERNARDI, 2013, p. 87).

A vida no cárcere possibilita uma nova visão acerca do presente e o futuro, e lhes apresentam novos significados para suas vidas e dos seus relacionamentos. As experiências afetivas que as mesmas relatam, e que de certo modo, as influenciou ou as motivou, tem papel fundamental no contexto que elas estão vivendo dentro da prisão. Considera-se também os anseios para com um mundo além das grades da cadeia, que se encontra distante por um certo período e o seu contato com o mundo exterior, que se dá através das cartas, das visitas de familiares e companheiros, e a inexistência de um contato maior com os companheiros na maioria das vezes. Mulheres que buscam configurar novas formas de afeto, tentando fugir de um abandono, em muitos casos.

Lemgruber (1993) *apud* Bernardi (2013) “assevera que é impossível passar por uma prisão e sair sem marcas e feridas. Acontece com todos. Com os que para lá são mandados, para cumprir uma pena, com os funcionários e os visitantes, e também com pesquisadores, porque a realidade prisional se revela deveras impactante” (LEMGRUBER, 1993 *apud* BERNARDI, 2013, p. 89). Acreditamos ser uma realidade complexa para todos que fazem parte desse universo. Os pesquisadores também sentem o impacto do ambiente, das emoções e da realidade que rodeia o cotidiano na prisão. Existem muitos atributos depreciativos para quem é tido como criminoso e marginal, e os estigmas que surgem afetam não apenas as mulheres presas, mas a sua família também recebe uma carga negativa. Goffman (1990) *apud* Bernardi (2013) defende que:

O estigma assume a afeição de uma etiqueta, de um rótulo de intensa capacidade depreciativa e difícil remoção. Ao ser rotulada como criminosa, e, sobretudo, quando submetida à prisão, a pessoa passa a ser portadora de um estigma que altera sua identidade social e a induz a assumir estereótipos antagônicos, transitando entre realidades sociais e culturais distintas (GOFFMAN, 1990, p. 20 *apud* BERNARDI, 2013, p. 89).

Desse modo, elas sentem que serão tratadas de forma diferente quando saírem da cadeia, com preconceito e indiferença em muitas situações fora da prisão. Estão marcadas juridicamente e socialmente como transgressoras a uma ordem vigente. Essas marcas vão muito além do que se pode observar, como ressalta Bernardi (2013), são marcas que afetam:

As redes de sociabilidade familiar e comunitária, fragilizando eventuais suportes materiais e efetivos delas decorrentes e problematizando as condições de integração social devido a atitudes e práticas de humilhação, fuga e segregação, tendo como alvo elementos da família do condenado. (BERNARDI, 2013, p. 89).

Os familiares e conhecidos dos presos também enfrentam grandes dificuldades de relacionamento. Isso ocorre, pois a maior parte das pessoas carrega consigo, o hábito de rejulgar os condenados pela justiça, transferindo e perpetuando, de modo intuitivo os julgamentos e condenações a outras pessoas próximas (HASSEN, 2007).

Dessa maneira, Sposato (2007) *apud* Bernardi (2013), aponta que:

As mulheres criminalizadas sofrem uma marginalização e discriminação específicas. Consequentemente, quando estigmatizadas como delinquentes sofrem uma dupla

marginalização social, que se remete à construção do outro, diferente biologicamente e, do outro, diferente porque desviante e transgressor da norma. A mulher difere do homem, e sua identidade social é construída muitas vezes a partir de suas incapacidades (SPOSATO, 2007 *apud* BERNARDI, 2013, p. 90).

Para compreendermos toda a estrutura atual, em face da criminalização feminina, devemos levar em consideração, que:

A “mulher reclusa é vista como tendo transgredido a ordem em dois níveis: a) a ordem da sociedade; b) a ordem da família, abandonando seu papel de mãe e esposa – o papel que lhe foi destinado. Por isso sofrem uma punição também dupla: a) a perda da liberdade com a privação de liberdade comum a todos os prisioneiros; b) estão sujeitas a níveis de controle e observação muito mais rígidos, que visam a reforçar nelas a passividade e a dependência, o que explica por que a direção de uma prisão de mulheres se sente investida de uma missão moral” (LEMGRUBER, 1993, p. 86, *apud* BERNARDI, 2013, p. 34).

Ainda de acordo com Bernardi (2013):

Essa mulher é não só criminalizada por sua conduta ilícita, mas também estigmatizadas pela violação do comportamento socialmente esperado, ou seja, sofre uma dupla marginalização social. Ela passa a ser vista como agente de uma transgressão ainda maior, pois a ação criminosa deveria fazer parte do mundo masculino, e a mulher que assume esse papel acaba por se transformar numa “espécie de monstro”, realizando uma dupla transgressão [...] As práticas sociais revelam representações masculinas e femininas determinantes das relações sociais construídas cultural e historicamente. Na definição dos papéis sociais, ou das identidades criadas como masculino/feminino, estão presentes as relações de poder que acabam conferindo o significado dos mesmos, apesar de não se restringirem apenas a relações de poder. E aqui essas relações não são tidas como uma coisa única, estanque, mas como relações, processos, onde o poder está presente. Passa-se a pensar no poder como algo fragmentado, presente sempre em todas as relações do cotidiano. (BERNARDI, 2013, p. 34).

Para Bourdieu (1999) *apud* Bernardi (2013):

A violência pode ser uma forma de poder. Segundo ele, é possível perceber, na história das mulheres, a violência não apenas invisível, mas declarada, isto é, a transgressão

de normas, de uma forma ou de outra, gera violências. A violência pode não levar a mudanças estruturais, mas produz sinais de que a mulher está questionando as estruturas, pela violência (BOURDIEU, 1999 *apud* BERNARDI, 2013, p. 35).

A autonomia econômica das mulheres constitui fator de suma importância na busca da igualdade entre mulheres e homens, sejam elas das cidades, do campo ou da floresta. A autonomia econômica das mulheres é a condição que elas têm de prover o seu próprio sustento, decidindo por elas mesmas a melhor forma de fazê-lo. Isso envolve também as pessoas que delas dependem. Assim, ela é mais do que autonomia financeira, uma vez que inclui uma perspectiva de vida de longo prazo, com acesso a previdência social e a serviços públicos. O que constatamos na vida das mulheres entrevistadas, é que as mesmas têm uma responsabilidade na manutenção do lar e dos seus filhos, já que alguns companheiros estão na prisão. De certa forma, esse fator não corrobora para a autonomia das mulheres, pois elas permanecem ligadas aos relacionamentos e acabam permanecendo dependentes, principalmente, de forma emocional de seus parceiros. Diante disso, Bernardi (2013) ainda destaca que:

Resistência e subordinação são conceitos importantes na análise dessas relações de poder estabelecidas entre os gêneros. A subordinação das mulheres está alicerçada no processo de construção social dos gêneros masculino/feminino e as discussões sobre gênero pretendem justamente questionar os espaços delimitados como femininos, tal como a unidade doméstica e o ambiente familiar (BERNARDI, 2013, p. 35).

As mulheres já conquistaram muito nessa área, mas ainda há importantes desafios pela frente, como a obtenção de igualdade salarial. É preciso avançar mais na legislação e alterar as relações de trabalho entre mulheres e homens. A dupla jornada de trabalho das mulheres é uma das principais responsáveis pelas condições desiguais entre os gêneros no mundo do trabalho. A lei que amplia os direitos das trabalhadoras domésticas (PEC das Domésticas), as proposições sobre licenças maternidade e paternidade, a agenda do trabalho decente e a ampliação da oferta de vagas em creches são algumas das medidas que reforçam a autonomia econômica das mulheres e promovem a igualdade no mundo do trabalho.

CAPITULO 5 - A VIDA NO CÁRCERE

Para analisar a vida de mulheres que cumprem pena por tráfico de drogas, se faz necessário analisarmos o contexto de interações que essas mulheres realizavam até chegar na prisão e a forma que as mesmas constroem suas interações no cotidiano do cárcere. Buscamos compreender as maneiras de agir, as normas e as regras que trazem performance ao mundo que elas conhecem e fazem parte.

Goffman¹⁶ (1975) analisa os papéis e as representações que os indivíduos executam num determinado “lugar” desenvolvendo uma teoria de um palco social, onde os atores (indivíduos) irão desempenhar seus papéis. Para Goffman, “há uma grande quantidade de números diferentes (de ações) partindo de um pequeno grupo de fachadas” (GOFFMAN, 1975, p.33).

De acordo com Gil (2010):

O indivíduo pode, neste caso, assumir diferentes papéis sociais e executar diferentes ações utilizando a mesma fachada. Separa-se, nesta situação, o comportamento social da ação individual e introduz-se um tipo de “mentira” social. Destarte, a fachada de comportamento pode ser a mesma, mas o papel que o indivíduo irá desempenhar pode ser alternado. É na interação que acontecem as identificações e diferenciações entre as pessoas e a construção social da realidade cotidiana, que é partilhada com outros, sendo que na esfera espacial as interações preescrivem uma dimensão social, [a medida que] um indivíduo atua acaba por entrar na esfera espacial de outros e isso ocorre sucessivamente. [...] Neste contexto, o estudo do cotidiano bem como a metodologia sócio interacionista de Erving Goffman sobre a metáfora teatral para análise das representações no cotidiano vem a contribuir para o nosso entendimento acerca das dimensões que fazem parte das trajetórias das mulheres analisadas por nossa pesquisa. [...] Geralmente, vivemos mergulhados numa cotidianidade comum a todos no grupo, sem, no entanto perdermos a nossa individualidade. Assim, o cotidiano é uma mediação entre individualidade e a sociedade. Nascemos e iremos ao longo da vida convivendo com outras pessoas que terão uma formação diferente da nossa. Este contato com outros indivíduos nos faz, mesmo na vida cotidiana, refletir sobre o cotidiano costumeiro, principalmente sobre os conceitos e as maneiras que adotamos em nosso viver comunitário. Desse modo, a vida cotidiana é um produto

¹⁶ “Erving Goffman (1922 -1982) foi um sociólogo e escritor nascido no Canadá, desde sua mocidade observava a representação das pessoas no seu dia-a-dia, como ocorriam as interações principalmente em lugares públicos. Ao assistir uma peça de teatro “Canadá para Canadenses” começou a refletir sobre a idéia de que o mundo é um teatro e cada um sozinho, ou em grupos, teatraliza suas ações de modo a se incorporar ou ser aceito pelas demais pessoas em diferentes grupos sociais, seguindo para isso, muitas vezes rituais, normas, regras e mesmo “maneiras de ser”, como em um teatro, onde os personagens devem já tem seus papéis pré-estabelecidos.” (GIL, 2010).

histórico em que os indivíduos interagem com outros indivíduos com relações de estreiteza, rupturas e continuidades. As pessoas participam da vida cotidiana com todos os aspectos de sua vivência, de sua personalidade em seu modo de pensar e agir. Participam com os sentidos, com as capacidades intelectuais, as frustrações, as habilidades, sentimentos e ideias. Assim, a vivência no cotidiano é ativa e receptiva, e a cotidianidade define-se temporalmente como uma trajetória acompanhando-nos desde o nascimento até a morte. Cada homem já nasce inserido em uma cotidianidade, adquire ao longo dos anos habilidades para conviver essa cotidianidade, o que o ajuda a conseguir manter-se autonomamente no mundo das integrações sociais, nos grupos dos quais irá fazer parte. Aprender os elementos da cotidianidade (comer em determinados horários, tomar banho, cumprimentar as pessoas, etc.) torna a vida cotidiana rotinizada, e assim criam-se imagens de costumes, de tradições, de como as coisas deveriam ser vistas. As rotinas conciliam a vida do indivíduo entre o seu aspecto individual e o aspecto genérico. É individual quando identifica suas necessidades pessoais, e é genérico quando toma consciência que o eu individual se relaciona com os outros. Para nos relacionarmos e sermos aceitos por outras pessoas normalmente adotamos papéis. Vemo-nos então, todos, cercados de papéis sociais que nos são incorporados, às vezes sem podermos deixá-los, mas diante destes papéis adquirirmos o nosso próprio jeito de ser e também, nesse contexto firmamos a nossa individualidade. Podemos dizer que individualidade surge no meio de uma rede de papéis sociais (GIL, 2010. p. 2 - 4).

Conforme Goffman:

Estar integrado ao mundo significa assumir papéis, sem, no entanto, deixar sempre aberta as portas para novos papéis e novas representações. As relações entre os atores se dão pelos ritos organizados nas interações cotidianas. O eu social (self) possui um território, um espaço pessoal que deve ser preservado. Assim, sentar-se ao lado de outra pessoa em um banco da praça pode ser vivenciado pelo outro como uma intromissão ao seu espaço (GOFFMAN, 1975, p. 5).

Algumas falas das nossas interlocutoras atestam ao fato de que muitas vezes os desejos pessoais refletem no agir das mesmas ao entrarem no mundo do crime. Corroborando com essa teoria Gil (2010) afirma que:

A metodologia *goffmaniana* interacionista também leva em consideração os desejos pessoais como outra forma de representação do indivíduo. A representação, não é apenas a aparência, mas traz consigo também a intenção, à vontade, que muitas vezes surgem de uma personalidade profunda (in-ou superconsciente) que tem haver com o

modo de como cada indivíduo “compreende” a sua imagem e a pretende mantê-la.
(GOFFMAN, 1999, p. 9 *apud* GIL, 2010, p. 6).

A interlocutora Vega afirma que o seu desejo de reformar a casa, fez a mesma aceitar a viagem até a Paraíba, trazendo drogas, para, então, receber 8 mil reais e assim, acabou presa na cidade de Campina Grande, juntamente com o seu companheiro. Cada um desempenha um papel interagindo com os outros através de comportamentos físicos e verbais, utilizando para tal a aparência e o desempenho para convencer o outro de sua atuação por intenção. Desta forma, as mulheres também utilizam muitas vezes um comportamento e discurso que possa responder a sua atitude, infringindo uma ordem vigente.

O corpo é uma peça fundamental para a comunicação entre os indivíduos, ele pode reforçar ou combater uma dinâmica estabelecida em um grupo social. Desse modo, Gil (2010) destaca que:

O corpo acaba demonstrando por meio da simbologia comunicativa, sua linguagem, a linguagem do corpo, com posturas e a atitudes como: cruzar os braços, sorrir, abaixar a cabeça, olhar para o lado, passar as mãos nos cabelos, colocar as mãos sobre as pernas – a expressão dos sentimentos dos indivíduos, criando atmosferas de interação. A ação face-a-face, corpo a corpo, se define como influência recíproca das partes (GIL, 2010, p. 7).

Conseguimos perceber sutilezas no comportamento das mulheres que estão no cárcere. Em alguns momentos, as expressões e posturas traduzem sentimentos e valores de um dado momento. Por exemplo, quando encontram-se envergonhadas por alguma questão abordada, abaixar a cabeça e não olhar nos olhos, se apresentam como gestos sutis que surgem nas entrevistas. Chorar, ao falar dos familiares e do futuro que anseiam, acaba sendo inevitável em certa maneira.

Dentro do universo carcerário feminino, encontramos mulheres de várias regiões, idades, corpos e histórias de vida. Essas mulheres passam a conviver com pessoas que se não estivessem ali, poderiam jamais se encontrar. A aparência também é pensada e levada em consideração no cotidiano das mesmas, de modo que todas utilizam fardamento igual, uma camisa branca e um short rosa claro. Algumas se preocupam em cuidados com os cabelos, usam brincos, permanecem com algumas vaidades que teriam se estivessem livres. Encontramos algumas falas e posturas que retratam bem, de modo que, em alguns momentos, pode-se

imaginá-las como se estivessem assumindo papéis e atuando em um teatro de interações com o grupo, vivendo em meio a um cotidiano sob uma perspectiva da dramaturgia.

5.1 Filhos: é possível ser mãe na prisão?

Ao entrar no universo carcerário, passamos a conhecer a realidade de mulheres presas por diversos crimes e em especial aquelas presas pelo tráfico de drogas. Aprendemos sobre o seu cotidiano dentro do presídio, as regras existentes e as relações estabelecidas, entre as detentas, funcionários e direção da penitenciária. Através das entrevistas, chegamos mais perto das mesmas, das suas histórias de vida e dos seus anseios para com o futuro, algo que é muito comum e se faz presente nas falas das interlocutoras. A família, em certa medida, ganha uma representação de destaque na nossa observação, de forma positiva, em alguns casos, e negativa de diversas maneiras. Os vários tipos de núcleos familiares dessas mulheres, contribuem para que nós possamos compreender mais sobre suas vidas e a representação que elas constroem de si mesmas. Ouvimos os relatos de Zaniah, que traz mais uma relação com um homem também atrás das grades e que agora se distancia de seus filhos.

- Zaniah, 19 anos, São José da Mata-PB

A mesma é casada, cujo companheiro encontra-se preso. Ela tem dois filhos, um de 3 e o outro de 7 anos. Um dos seus filhos foi diagnosticado com leucemia e necessita ir até outro estado para fazer o tratamento todo mês. A sua mãe e irmã sempre ajudaram e nesse momento estão cuidando dos seus filhos fora da cadeia.

Zaniah está grávida de um mês, entrou no presídio poucos dias antes da nossa entrevista. Ela foi presa tentando entrar na prisão com drogas em seu corpo, para entregar para o seu companheiro. Após a descoberta das drogas a mesma foi levada ao hospital para a realização de um procedimento para retirada do material.

Residente na zona rural, ela não trabalhava, e já havia abandonado os estudos há cinco anos, quando parou de estudar na primeira gravidez. O seu companheiro também foi preso por tráfico de drogas.

Uma “menina-mulher”. É assim que podemos enxergá-la: uma cara de menina, mãe, ainda adolescente e com uma responsabilidade maior com um filho doente e um companheiro na cadeia. Ela foi visitá-lo uma vez e logo já ouve o pedido para que ela entrasse com as drogas no presídio. Porém, tudo terminou com o mesmo destino que tantas outras mulheres que cumprem pena no Brasil por tentarem adentrar em cadeias com drogas e celulares em seus corpos. Ariscam suas vidas e sua liberdade para realizar uma prática ilegal e perigosa para elas

mesmas, com intuito de satisfazer e agradar, coercitivamente muitas vezes, a outra pessoa que já cumpre pena nos estabelecimentos prisionais do país.

Mulheres como Zaniah, tem a liberdade de ir e vir reduzida, cometeram crimes e são sentenciadas pelo juiz, e também pela sociedade. Elas são mães, filhas, esposas, pessoas que tem uma trajetória de vida com algumas semelhanças e pontos em comum com outras mulheres que também se encontram na mesma situação pelo Brasil. Essas mulheres também são mães, e o que representa ser mãe em nossa sociedade, não lhes cabe da mesma forma.

Sabemos que a mãe tem um papel muito importante na formação do indivíduo, vários estudos, de várias áreas buscam discutir sobre a situação das mulheres encarceradas e a sua relação com seus filhos. São vários fatores que fazem parte dessa realidade, tais como: a distância das prisões, o local que as famílias moram que muitas vezes se torna grande empecilho para o encontro, o sentimento de abandono que atinge os seus filhos, as ausências, a falta de contato físico e informações, etc., uma infinidade de situações que norteiam o dia a dia das mulheres presas e dos vínculos familiares e afetivos. Buscamos nesse capítulo, discutir o cotidiano dentro da cadeia, relacionando com os sentimentos, anseios que são colocados por elas.

Ferrari (2007) aponta que:

O tráfico de drogas é delito considerado hediondo, que proíbe a progressividade no sistema de cumprimento da pena e fixa prazos maiores para a obtenção do livramento condicional. Neste delito, as mulheres se sobressaem em posição secundária à dos homens, que as usam para protegerem a si mesmos. Algumas, por exemplo, foram obrigadas a levar drogas para dentro do presídio masculino, sob ameaça de morte da família se não o fizessem, e acabaram presas. Outras, por serem usuárias, acabaram na venda, como "mulas" ou "buchas" de grandes traficantes (FERRARI, 2010, p. 5).

Para tratar o encarceramento feminino devemos considerar fatores como a gravidez, a maternidade, a amamentação e a permanência da mulher presa com suas filhas e filhos nascidos dentro do cárcere e como está organizado o Sistema Prisional Feminino. Entra em questão dois sujeitos: a mulher e a criança.

Tomamos como apoio para o nosso debate: O "Relatório Final", produzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial, criado por Decreto Presidencial s/nº, em 25 de maio de 2007, com o objetivo de "elaborar propostas para a reorganização e reformulação do Sistema Prisional Feminino" (Relatório Final, p.19), mostra que na realidade social brasileira cresce o número de mulheres ingressadas no sistema penitenciário e policial.

O relatório aponta que, existe toda uma definição de critérios de tempo de permanência da mãe com suas filhas e filhos e respectivas estruturas e equipes necessárias; no que se refere ao período de gestação, faz-se necessária a garantia de condições dignas e salubres de encarceramento, através da realização das consultas e dos exames necessários, ao pré-natal e da transferência da presa para local adequado assim que constatada a gravidez – não havendo que se cogitar a ausência de vaga quando do nascimento da criança; toda presa que ingressa na penitenciária grávida, ou durante seu recolhimento tem confirmado a gravidez, deve ser transferida para uma ala diferenciada das demais internas, exclusiva para internas gestantes e com suas filhas e filhos, passando a ser atendida pela Equipe de Saúde no Sistema Penitenciário, devendo ser prestado todo atendimento necessário em relação ao pré-natal, incluindo exames, vacinas e etc. E ainda propõe que a criança permaneça com a mãe pelo prazo mínimo de três anos, destinando-se o terceiro ano ao período de transição e adaptação ao seu novo lar. Este período de preparação para a cisão consistirá numa transição que envolve a família que receberá a criança. Não existindo família, o Conselho Tutelar local deverá ser acionado para avaliação da melhor alternativa (respeitando-se, da mesma forma, o período de transição). O atendimento psicológico deverá ser garantido em todo o período que antecede a separação. Gostaria de destacar esses pontos, sabendo que existem outras formulações e critérios que devam ser seguidos pelas instituições.

Sabemos que as mães têm um papel social estabelecido dentro do ambiente familiar, existindo determinadas posturas, regras e principalmente cobranças, para as mulheres na questão da educação dos filhos, figura imaculada e de caráter especial. São estereótipos para os homens e mulheres, e uma busca por adequação as normas existentes, as mulheres se responsabilizam integralmente pelos seus filhos, em muitos os casos. Uma infinidade de atributos, são colocados para as mulheres e mães.

5.2 À procura de novas formas de ser mãe

A mulher considerada criminosa pela justiça e pela sociedade, vai de encontro à toda padronização do que deva ser mulher e como deveria ser o seu comportamento para muitas culturas, em especial no Brasil. Culturalmente, nós temos alguns modelos para seguir e instruir os nossos filhos da mesma maneira. Muitos padrões têm sido quebrados, reformulados, postos a mesa, claramente discutidos e refletidos pelos indivíduos. Ser mãe, papel proposto para as mulheres, é algo que ainda têm suas especificidades e aspirações. A mãe tem uma função muito importante para o desenvolvimento dos filhos. E quando nós nos remetemos às mulheres que

estão longe dos seus filhos, ou ficarão em certo momento? O que esperar dessa mulher diante do que a sociedade espera de uma mãe, esposa e filha?

De acordo com Santa Rita (2006) *apud* Ferrari (2010):

A mulher presa perde seu papel de mulher, esposa, mãe e filha, estampando a clara quebra de vínculos familiares. A presença do filho na prisão tem o ganho secundário de retirá-las das galerias prisionais e ajudar na contenção de violências institucionais, mas, a separação da criança é sentida como "uma das piores perdas" (p. 151), ainda que reconheçam a limitação e o prejuízo que o ambiente pode trazer para seu desenvolvimento físico e mental (SANTA RITA, 2006 *apud* FERRARI, 2010, p. 9).

Algumas mulheres continuam com o sorriso no rosto, apesar da mudança em sua realidade, e dos seus vínculos familiares. Como é o caso da entrevistada Vega, que nos fala sobre sua trajetória de vida.

- Vega, 49 anos, natural de São Paulo-SP

Mãe de três filhos, avó de três netos, casada, estudou até a 5ª série do fundamental. Vega foi criada pela mãe, e o pai sempre foi ausente. Ela não teve contato com o mesmo ao longo da sua vida e não tem interesse em ter. Perguntamos a mesma se ela trabalhava formalmente antes de chegar até a prisão. De acordo com a entrevistada, já exerceu trabalhos de cuidadora. O último paciente conviveu com ela por dois anos e com a morte dele, ela não quis mais trabalhar nesta área que estava atuando desde os 13 anos.

Questionamos a interlocutora como ela entrou nesta situação que lhe trouxe para a prisão. De acordo com a Vega, o marido ficou desempregado e uns conhecidos propuseram uma viagem até Campina Grande levando oitenta quilos de maconha em troca de oito mil reais, ajuda de custo da viagem, sendo que ela escolheria a melhor forma de viajar. O que a mesma levou em conta no momento de aceitar foi o fato da sua casa estar precisando de uma reforma, que estava sem material suficiente e a possibilidade de resolver seus problemas financeiros.

O seu marido não a deixou viajar sozinha e nem com outra pessoa, então decidiu acompanhá-la nessa viagem arriscada, onde o destino final separou os dois pelos muros das cadeias que estão lado a lado. Eles estão presos desde o dia oito de outubro de 2015. Passaram uns quinze dias sem notícias de casa, e só a partir desse período começam a se comunicar através de cartas.

As cartas são recorrentes e nas falas das mulheres, é sem dúvidas um elo com o mundo. Utilizam deste mecanismo para comunicar-se, para pedir favores, para ter notícias e para matar

um pouco da saudade que faz parte do cotidiano dentro da prisão, além dos afetos deixados no lado de fora.

Vega utiliza um ditado bastante conhecido para retratar um pouco da sua realidade atual: *“você colhe tudo aquilo que planta”*. *“Na minha mente eu não estava fazendo nada ruim para a sociedade”*.

A mesma está assistindo aulas na penitenciária, fazendo parte do RHEMA, um curso bíblico oferecido por uma igreja toda segunda-feira. Para ela é o melhor dia é o que a mesma tem essas aulas. Já o maior anseio é sair da prisão para voltar para seus filhos, sua família.

Vega tem um sorriso no rosto, é uma mulher negra, com cabelos brancos, comunicativa, e se prontificou desde o primeiro momento que perguntamos se ela gostaria de conversar conosco. Para ela, não existia o que esconder. Os fatos eram aqueles. E para ela não teria problemas em falar sobre sua vida e o que aconteceu.

Em nossas entrevistas com mulheres como a Vega, que estão cumprindo medida legal, podemos observar muitas falas referentes aos filhos. Quando questionamos as mesmas sobre o fato de terem filhos, com quem estão, quanto tempo faz que elas encontraram com eles, se eles já vieram até a prisão, logo, elas demonstram o quanto o tema lhes é melindroso. Algumas ficam contentes em falar sobre eles, outras se emocionam e faltam-lhes palavras. Elas se preocupam com o fato de estarem separadas dos filhos, como elas estarão lidando com a situação longe dos muros da prisão. É um misto de sensações no dia da visita, alegria e tristeza andam juntas, no mesmo momento, instante e lugar.

Nos relatos das detentas, há outro ponto muito retratado, que é o abandono do companheiro, uma prática muito comum na vida das mulheres reclusas, que aparece de diversas maneiras. Em alguns casos, a mulher se encontra cumprindo pena por uma grande influência e corresponsabilidade do seu companheiro. Algumas são presas ao levar drogas para ele na prisão, outras começam a praticar o tráfico de drogas a partir do conhecimento que é possível ser transmitido através das visitas. Assim, elas passam a fazer parte do universo criminal, porém se veem sozinhas a partir da prisão. Em certa medida o abandono não é apenas para a mulher, mas os filhos também são abandonos pelos pais, e mais uma vez é reforçada a responsabilidade da mulher para com os descendentes, e com isso a mesma necessita do apoio da família, de amigos para não perder seu contato e vínculos com os filhos. Busca-se justamente a garantia de direitos, tanto da mulher quanto da criança, aliada ao entendimento das questões de saúde envolvidas nesse contexto, sem perder de vista o princípio de proteção integral, pelo qual o Estado deve assegurar, com absoluta prioridade: o direito à vida, à saúde e à dignidade de ambos.

Outro ponto que também pode ser aprendido em nossas conversas com as mulheres, é o número de unidades prisionais femininas que, é bem reduzido, havendo uma concentração da população prisional feminina em poucas unidades que, na maioria das vezes, estão muito longe de seus locais de origem, onde residem seus familiares e amigos. Assim é bem maior a dificuldade para o contato constante, existindo o fator da distância e ao custo financeiro do transporte que não contribuem para a prática da visita em muitos casos.

Ferrari (2007) tomando como base o relatório já descrito anteriormente, aponta que:

Faz parte do perfil dessas mulheres serem jovens, com pouca educação formal, mães solteiras, afrodescendentes, e morar com os filhos antes de serem presas. São mulheres com o ônus da criação dos filhos. Após o encarceramento a maioria dos filhos passa a viver sob a tutela dos avós maternos, e a maioria dos companheiros não as visitas, realidade contrária do que acontece na prisão masculina. Um número significativo não recebe visita alguma, encontra-se em total desamparo e busca amparo nas drogas que entram no presídio ou em remédios controlados. A maioria dos presídios não lhes garante o direito à visita íntima, procedimento assegurado aos homens há mais de vinte anos. O dinheiro que ganham, ainda que seja por trabalho enquanto encarceradas, é revertido em benefício da família, também diferentemente do que sucede com os homens. Elas buscam manter vínculos familiares, preferindo muitas vezes estar em cadeias públicas com péssimas condições, sem acesso ao estudo, ao trabalho que ajuda na remição da pena, desde que perto dos familiares (FERRARI, 2010, p. 5).

Para Bernardi “os valores como família, conjugalidade, filiação, afeto estão presentes dentro do presídio, mas configurados de outra forma, pois esses valores já existiam na vida dessas mulheres do lado de fora” (BERNARDI, 2013, p. 91). Não é o fato delas serem presas que estas configurações desaparecem, elas sofrem alterações significativas a curto e longo prazo, pois ninguém sai incólume de um processo de encarceramento. Melhor ou pior, o certo é que as relações se modificam. A relação com os filhos, se antes do cárcere não era sólida, acaba por se firmar. Com relação à conjugalidade, ou a relação termina, porque a mulher se decepciona com o companheiro, ou toma novos contornos, consolidando sentimentos, demonstrando que o afeto se sobrepõe aos problemas enfrentados por ambos.

5.3 A visita

O ambiente do cárcere, se torna um campo problemático e repleto de ‘informações’. Às vezes não estávamos com perguntas prontas, mas logo isso mudou diante do contato com as mulheres. Algumas coisas que nós acreditávamos ser as mais importantes para serem perguntadas, refletidas, na realidade do presídio acaba se alterando. A “visita” sempre surgiu em nossas conversas, de forma alegre, um suspiro de conforto para essas mulheres, ou o inverso, o abandono, que reafirma as mudanças concretas em suas vidas, algo que não pode ser mantido facilmente quando você se encontra, na maior parte do tempo, dentro de uma cela, com pessoas desconhecidas, com trajetórias e anseios distintos. A manutenção dos vínculos afetivos e familiares surgem como desafios para as mesmas.

Existem algumas diferenças na estrutura, ordenamento e formação dos presídios femininos e masculinos, leis e regras para ambos. A convivência também é diferenciada, isso é algo apontado por aqueles que expõem a realidade local em seus trabalhos. Podemos perceber que a visita se diferencia nos presídios femininos e masculinos. A maioria dos homens mantém suas companheiras e namoradas fiéis, que os visitam sempre que possível. Constatamos isso nas longas filas que se formam por mulheres todos os domingos nos presídios masculinos. No caso das detentas, é o inverso: na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande, nós observamos que o número de presas que recebem visitas é mínimo, e isso é apontado pela direção, quando nós as questionamos, e também a maioria das detentas entrevistadas afirmaram não ter contato com o pai dos seus filhos ou seus companheiros.

Para Murray (2001):

As histórias se repetem: ou o homem sumiu, ou está preso, ou morreu. Não há uma estatística precisa, mas de acordo com secretarias estaduais e organizações não governamentais, a idade média das mulheres presas no Brasil é 25 anos. Uma idade em que as mulheres estão no auge da vida reprodutiva, o que é uma preocupação constante para as direções dos presídios. Poucas prisões femininas adotam o programa da visita íntima, já comum nos presídios masculinos (MURRAY, 2001).

Pesquisa realizada pela Pastoral Carcerária em unidades prisionais femininas em diferentes Estados brasileiros, constatou, ao longo dos dois últimos anos que na Penitenciária Estadual Feminina de Tucum, única penitenciária feminina do estado do Espírito Santo, 50% das mulheres presas não recebem visitas; no Presídio Nelson Hungria, no estado do Rio de Janeiro, somente cerca de 150 presas de um total de 474, ou seja, menos de um terço, recebem

visitas; e ainda no Complexo Penitenciário no Estado do Amazonas, onde o transporte é especialmente dificultado devido às condições geográficas, apenas 50% das detentas eram visitadas por seus familiares. A construção do calendário de visitas também é um dos fatores que dificultam a frequência de visitas. Há unidades prisionais que estabelecem a visita apenas em dias úteis, nos quais a maioria dos familiares e amigos, de um modo geral, trabalha e não podem comparecer às visitas nos dias estabelecidos.

5.4 Estigma e abandono

Como vimos em relação às visitas, há um abandono gritante para com as mulheres nos estabelecimentos prisionais. Afetivamente é algo muito dito por elas, o que não contribui para o fortalecimento dos vínculos das mulheres presas, de modo que elas constroem relacionamentos dentro da cadeia, para enfrentar melhor os dias de cumprimento de pena.

Além do abandono que já discutimos, é bastante relevante dentro do universo da cadeia o estigma¹⁷ social experimentado pela mulher que comete um delito, e isso se coloca por elas, como uma grande preocupação para quando sair de dentro da prisão. Elas comentam que serão tratadas de forma diferente quando estiverem livres, nada será igual. Estão marcadas para toda a vida, mesmo estando dispostas a não cometerem os mesmos erros, segundo elas. Em consonância com isso, Goffman afirma que:

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com "outras pessoas" previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua "identidade social" - para usar um termo melhor do que "status social", já que nele se incluem

¹⁷ “ Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário, ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo, no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso, ou traidor, uma pessoa marcada, ritualmente poluída, e devia ser evitada, especialmente em lugares públicos. Mais tarde, na era cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados o termo: o primeiro deles refere-se a sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sob a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico. Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado a própria desgraça do que a sua experiência corporal. Além disso, ouve alterações nos tipos de desgraça que causam preocupação. Os estudiosos, entretanto, não fizeram muito esforço para descrever as precondições estruturais do estigma, ou mesmo para fornecer uma definição do próprio conceito. Parece necessário, portanto, tentar inicialmente resumir algumas afirmativas e definições muito gerais.”

atributos como "honestidade", da mesma forma que atributos estruturais, como "ocupação" (GOFFMAN, 1982, p. 5).

O estigma sofrido por elas, certamente contribui decisivamente para o abandono da presa pela família e amigos. O abandono das mulheres encarceradas ocorre, em um primeiro momento, por seus companheiros, que em pouco tempo estabelecem novas relações afetivas, e também por seus familiares mais próximos, que não se dispõem a se deslocar por motivos variados ou, ainda, não se dispõem a aceitar as regras, muitas vezes consideradas humilhantes, impostas para realização de visita nas unidades prisionais.

O termo estigma tem referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso. Por exemplo, alguns cargos nos Estados Unidos obrigam seus ocupantes que não tenham a educação universitária esperada a esconder isso; outros cargos, entretanto, podem levar os que os ocupam e que possuem uma educação superior a manter isso em segredo para não serem considerados fracassados ou estranhos.

O termo estigma e seus sinônimos ocultam uma dupla perspectiva: assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou então que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles? No primeiro caso, está-se lidando com a condição do desacreditado, no segundo com a do desacreditável. Esta é uma diferença importante, mesmo que um indivíduo estigmatizado em particular tenha, provavelmente, experimentado ambas as situações. Começarei com a situação do desacreditado e passarei, em seguida, a do desacreditável, mas nem sempre separarei as duas.

Para os estigmatizados, a sociedade reduz as oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor, impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que convém à sociedade. O social anula a individualidade e determina o modelo que interessa para manter o padrão de poder, anulando todos os que rompem ou tentam romper com esse modelo. O diferente passa a assumir a categoria de "nocivo", "incapaz", fora do parâmetro que a sociedade toma como padrão. Ele fica à margem e passa a ter que dar a resposta que a sociedade determina. O social tenta conservar a imagem deteriorada com um esforço constante por manter a eficácia do simbólico e ocultar o que interessa, que é a manutenção do sistema de controle social.

A identidade social estigmatizada destrói atributos e qualidades do sujeito, exerce o poder de controle das suas ações e reforça a deterioração da sua identidade social, enfatizando

os desvios e ocultando o caráter ideológico dos estigmas. A sociedade impõe a rejeição, leva à perda da confiança em si e reforça o caráter simbólico da representação social segundo a qual os sujeitos são considerados incapazes e prejudiciais à interação sadia na comunidade. Fortalece-se o imaginário social da doença e do "irrecuperável", no intuito de manter a eficácia do simbólico.

A sociedade limita e delimita a capacidade de ação de um sujeito estigmatizado, marca-o como desacreditado e determina os efeitos maléficos que pode representar. Quanto mais visível for a marca, menos possibilidade tem o sujeito de reverter, nas suas inter-relações, a imagem formada anteriormente pelo padrão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos em nossa pesquisa, investigar as mulheres presas pelo crime de tráfico de drogas e com isso, conhecer as trajetórias de vida dessas mulheres inseridas no comércio ilegal de drogas. Ao longo de todo o percurso, nos mostrou ser um universo complexo e instigador. Partimos de algumas hipóteses, questionamentos e, acima de tudo, muita curiosidade em compreender as percepções das nossas interlocutoras, suas histórias de vida, o envolvimento com o tráfico de drogas, suas relações familiares, o cotidiano da prisão e as suas expectativas para o futuro.

O tráfico de drogas se mostra um problema extremamente relevador das desigualdades sociais que existem no país. É uma parcela, em sua maioria, marginalizada que tem encontrado no tráfico de drogas, um meio de obter recursos financeiros para fugir da extrema pobreza e para melhorar sua condição econômica. Em alguns casos, serve como um caminho para obter um “dinheiro fácil”, quando comparado à outras atividades que demandam de um esforço muito maior em outras profissões. Porém, os riscos neste comércio, estabelecem um preço muito alto, aos que dele decidem entrar.

Sabemos que o cenário das nossas ações é uma sociedade formatada conforme os modos de pensamento patriarcal. No pensamento patriarcal, a mulher é vista como alguém dócil e relativamente frágil, com uma certa facilidade para os trabalhos domésticos e criação dos filhos. Porém, com o avanço do capitalismo, a demanda de mão de obra, os resultados emancipatórios das lutas sociais e o fortalecimento dos direitos democráticos conquistados ao longo do tempo, as mulheres conseguiram certa autonomia financeira, bem como o acesso a espaços públicos,

que antes eram predominantemente masculinos. Desse modo, começaram a moldar uma nova forma a estrutura da sociedade.

Esses e outros fenômenos sociais possibilitaram que o processo de construção da identidade social feminina pudesse sofrer uma série de transformações. As mulheres passaram a executar práticas semelhantes às dos homens nas diversas esferas da vida humana e social. Dessa forma, elas passam também a integrar o cenário do crime, agora como agente e não apenas como vítima.

Constatamos durante a pesquisa que o tráfico de drogas, é algo extremamente lucrativo. Elas arrecadam um valor muito maior do que se estivessem em outros trabalhos, com o nível de qualificação que as mesmas têm para o que o mercado de trabalho exige. A sociedade brasileira, têm uma demanda muita grande de usuários de várias drogas e, cotidianamente, o recrutamento de pessoas para o tráfico de entorpecentes acontece. Porém, esses homens e mulheres que cumprem pena por tráfico de drogas no país, não estão no topo da cadeia referente aos lucros. Algumas das mulheres que conhecemos nas entrevistas tinham uma vida sofrida, com trabalhos precários e pouco remunerados. Em alguns casos, e na maioria deles, o companheiro está totalmente relacionado com a decisão de participar do tráfico de drogas, pelo fato deles solicitarem que elas transportem drogas até o presídio.

As mulheres ao serem presas são de certa forma julgadas e punidas pela ordem moral também. Os homens pagam a sua pena pelos seus delitos, nada mais lhes é cobrado, mas para as mulheres, não. Afinal, as mulheres, são, mães e esposas e filhas. Isso tem um significado socialmente, de modo que elas acabam por ser julgadas pela sociedade, pela família e pelo sistema. São histórias de dor, solidão e de abandono, muitas vezes.

Dessa maneira, o narcotráfico tem representado uma oportunidade de retorno financeiro, para uma parcela da população que não consegue melhores oportunidades de emprego. Os níveis educacionais das mulheres presas pelo tráfico, normalmente, não chegam ao ensino médio e, dificilmente, ao ensino superior. São raras as exceções que encontramos alguma com uma qualificação que lhes colocaria no mercado formal em trabalhos financeiramente melhores.

Dentro do tráfico de drogas, não existem muitas barreiras para as mulheres entrarem no narcotráfico, a medida em que no geral são trabalhos informais e que se concentram no espaço doméstico, um lugar no qual, a mulher está inserida cotidianamente e a um certo grau de pertencimento maior do que qualquer outro lugar. Financeiramente é “vantajoso” e “lucrativo”, porém extremamente arriscado, de modo que comprometem suas vidas e a liberdade.

A população carcerária feminina no Brasil é numericamente inferior a população masculina, mas, encontra-se em um crescimento acelerado nos últimos anos, crescido em uma proporção muito maior do que a dos homens. Devido a este fato, nossa preocupação com a realidade brasileira frente ao tráfico de drogas e a participação feminina, nos fomentou o interesse em conhecer de perto, mulheres que fazem parte dessa realidade e que nos relataram suas histórias de vida durante a pesquisa.

As mulheres no tráfico de drogas assumem funções de menos complexidade, e em postos subalternos. Estão na maioria das vezes vinculadas ao espaço doméstico, o que representa também o universo privado que estão acostumadas. O comércio da droga, acaba por envolver todos os integrantes de uma família em alguns casos, e a rua se coloca como um lugar que possibilita um maior risco de prisão.

Entendemos que o ser humano não age apenas para satisfazer suas necessidades materiais. Na realização de grande parte de suas ações, ele é movido por sonhos e desejos, pela busca de felicidade, por sentimentos e emoções que ultrapassam o aparente determinismo do fator econômico. Não é apenas por dinheiro que elas se envolvem com o tráfico de drogas, as mesmas em algumas situações, aparentemente, não recebem dinheiro, como é o caso quando elas acabam detidas ao tentar entrar no presídio com entorpecentes. Mas estão levando drogas, com medo do que pode acontecer ao seu companheiro caso o pedido não seja atendido.

Ao longo da pesquisa, tivemos a oportunidade de conhecer o quanto as detentas tem uma ligação muito forte com a família. A família se coloca como uma peça chave, para entender a trajetória de vida das mulheres presas pelo crime de tráfico de drogas. Nas entrevistas, as mulheres apontam diversas questões que remetem ao termo família e a construção específica de cada modelo familiar que as mesmas fazem parte, trazendo pontos em comum, com a realidade de outras mulheres que também encontram-se na mesma vivência. Relatam ausências e abandonos ao longo da vida, que reforçam certas posturas diante dela. Algumas vezes, tendo que se sustentar desde cedo e também os filhos, em algumas situações sem apoio nenhum. Envolvidas com homens ligados aos crimes, também compõem suas histórias. Acabam enveredando pelo caminho ilegal bem como seus parceiros. Além de tudo que é relatado referente a família, a palavra saudade, vem como sinônimo, as emocionando e lhes possibilitando esperança de encontrar quando sair da prisão e reconstituir suas vidas fora do cárcere.

A visita faz parte da instituição carcerária, porém se diferencia nos presídios femininos e masculinos. As mulheres permanecem fiéis aos seus companheiros, continuam com suas visitas. São longas filas que se formam por mulheres todos os domingos nos presídios

masculinos. No caso das detentas, é o inverso: na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande, nós observamos que o número de presas que recebem visitas é mínimo.

Portanto, a realidade da mulher presa é caracterizada, na maioria dos casos, como um abandono para com elas, revelando uma aversão e distanciamento por parte da sociedade. Elas são punidas pelos seus crimes, estigmatizadas pelos seus atos, até depois que cumprirem sua pena. Diante disso, para além dos muros da prisão, nada mais será como antes.

REFERÊNCIAS

_____. **Conceitos Sociológicos Fundamentais**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, LUSOSOFIA, 2010.

ALBERTI, V. **Manual de história oral**- 3.ed- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALVES, J. E. D.; CORRÊA, S.; **Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo**. In: Seminário Brasil, 15 anos depois do Cairo. Anais. Belo Horizonte, agosto, 2009.

ARAÚJO, N. F. **Diferentes definições de poder e dominação: repercussões na participação política envolvendo as relações de gênero**. Anais do Fazendo Gênero 9. 2010. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278086119_ARQUIVO_ARTIGO_REVISAODOC\[1\].pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278086119_ARQUIVO_ARTIGO_REVISAODOC[1].pdf)> Acesso em: 09 de maio de 2016.

BARBOSA, M. L. O; OLIVEIRA, M. G.; QUITANEIRO, T. **Um toque de clássicos Marx, Durkheim e Weber**. 2ª ed. Editora UFMG. Belo Horizonte. 2003.

BECKER, Howard Seul. **Outsiders: Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: ZALAR, 2008.

BERNARDI, M. L. **Gênero, cárcere e família: estudo etnográfico sobre as mulheres no tráfico de drogas**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 4058, 11 ago. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/29115>>. Acesso em: 3 fev. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.072**, de 25 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei nº 11.343**, de 23 de agosto de 2006.

BOURDIEU, P. **Homo Academicus**, Paris, Ed. Minuit, 1984.

BOURDIEU, P. **La domination masculine**, Paris, Éditions du Seuil, 1998.

BOUDIEU, P. **A Dominação Masculina**. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CARRANCA, A. **Barrigas de aluguel do tráfico**. O Estado de São Paulo, São Paulo, p. C3, 13 set. 2009.

CARVALHO, M. C. B. **A Priorização da Família na Agenda da Política Social**. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). **Família Brasileira a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez, 1994. In: SILVEIRA, I. T.; **Sociedade, educação e família**. Revista HISTEDBR On-line n.22, p.180 –193. Campinas, 2006.

CASTELLS, M.; **A era da informação: economia, sociedade e cultura. O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Vol. 2. págs. 169-278.

DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco: 1986.

DURHAM, E.; **Família e reprodução humana**. In: _____. **A dinâmica da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p.325-355.

FERNANDES, K. R. ; ZANELLI, J.C. . **O Processo de Construção e Reconstrução das Identidades dos Indivíduos nas Organizações**. RAC. Revista de Administração Contemporânea, v. 10, p. 48-72, 2006.

FONSECA, T.M.D. **Gênero subjetividade e trabalho**. Petrópolis: vozes, 2000.213 p.

GONÇALVES, J. A. **O fim do patriarcalismo**. 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/o-fim-do-patriarcalismo/27353/>> Acesso em: 09 de maio de 2016.

ELIAS, N.; **Introdução à Sociologia**. EDIÇÕES 70, LDA. Abril de 2005.

ESPINOZA, O.; **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCrim, 2004.

FERNANDES, C. **"Família patriarcal no Brasil"; Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/historiab/familia-patriarcal-no-brasil.htm>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2016.

FERRARI, I. F.; **Mulheres encarceradas: elas, seus filhos e nossas políticas**. Revista Mal-estar e Subjetividade – Fortaleza – Vol. X – Nº 4 – p. 1325-1352 – dez/2010.

GARCIA, R. J.; **Composição e funções básicas da família**. 2003. In GIMENO, Adelina, A família: O desafio da diversidade (39-74). Lisboa: Instituto Piaget.

GIDDENS, A.; **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIDDENS, A.; **O que é Sociologia?** In: Sociologia. 4ª Ed, Porto Alegre: Artmed, 2005. P. 24-36.

GIL, A. H. C. F. **O espaço performático do cotidiano analisado de acordo com a metodologia sócio interacionista de Erving Goffman**. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, 2010.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**, Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

GOFFMAN, E. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GONDIM, L. M. P; LIMA, J. C.; **A Pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso**. EDUFSCAR, São Carlos. 2006.

HERCULANO, S. **Afetos, paixões e feminismo - a sociologia das emoções. 2010.** (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material didático).

IZQUIERDO, J. V.; **Uma Representação do Social**, Instituto Avante Brasil Diretor-Presidente: Luiz Flávio Gomes. Coordenadora e Pesquisadora: Flávia Mestriner Botelho. **Sistema penitenciário brasileiro em 2012. 2014.**

JACINTO, G.; BARBOSA, M. D.; MANGRICH, C.; **Esse é meu serviço, eu sei que é proibido: mulheres aprisionadas por tráfico de drogas.** Captura Criptica: Revista Discente do Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC, v. 2, p. 51-78, 2010.

LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres.** Rio de Janeiro: Forense, 1993. In: BERNARDI, M. L. **Gênero, cárcere e família: estudo etnográfico sobre as mulheres no tráfico de drogas.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 4058, 11 ago. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/29115>>. Acesso em: 3 fev. 2016.

LIMA, E. H.; **Gênero, masculinidades, juventudes e uso de drogas: contribuições teóricas para a elaboração de estratégias em educação em saúde.** Pesquisas e Práticas Psicossociais 7(2), São João del-Rei, julho/dezembro 2012

LUHMANN, N. **O Amor como Paixão. Para a codificação da intimidade.** Lisboa: D1-FEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991^a.

MATHIASSEN.; **O usuário de drogas na agenda dos organismos multilaterais. II** Conferência Latino-americana sobre Políticas de Drogas. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/imprensa/discursos/2010/08-26-conferencia-lationamericana-politica-drogas.html>> Acesso em: 09 de maio de 2016.

MENEZES, M. A.; **História oral: uma metodologia para o estudo da memória. 2003.**

MINAYO, M. C. S. (Org); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu: **Pesquisa social - teoria, método e criatividade. 21. ed.** Petrópolis: Vozes. 1993.

MOURA, M. J.; **Mulher, tráfico e prisão.**- Fortaleza: EdUECE; edmeta, 2012.

MURRAY, I.; **Falta de sexo e ausência de filhos tornam vida mais dura.** São Paulo. 2001.
Disponível em: < http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2001/011115_prisaohomens.shtml
> Acesso em: 09 de maio de 2016.

PEREIRA, S. V. J.; **Trajetórias de vida de mulheres presidiárias envolvidas com o tráfico de drogas em Belo Horizonte.** Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp070356.pdf>> Acesso em: outubro de 2015.

PIMENTEL, E. **Amor Bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas.** VI Congresso Português de Sociologia. Universidade Federal de Alagoas, 2008.

RAGO, M.; SAFFIOTI, H.; **Ser mulher no séc. XXI ou carta de Alforria. A mulher nos espaços público e privado.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. In: BERNARDI, M. L. **Gênero, cárcere e família: estudo etnográfico sobre as mulheres no tráfico de drogas.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 4058, 11 ago. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/29115>>. Acesso em: 3 fev. 2016.

RICHT, *et al*; **O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour/** tradução Lineimar Pereira Martins-1.ed.- São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014

SAFFIOTI, H.; **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTA RITA, R. P. (2006). **Mães e crianças atrás das grades: Em questão o princípio da dignidade da pessoa humana.** Dissertação de mestrado não publicada, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

SANTANA, V. C.; BENEVENTO, C. T.; **O conceito de gênero e suas representações sociais.** Buenos Aires, 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd176/o-conceito-de-genero-e-suas-representacoes-sociais.htm>> Acesso em: 09 de maio de 2016.

SARTI, C. A.; **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres-** Campinas, SP: Autores Associados, 1941-1996.

SCAVONE, L. **Estudos de gênero: uma sociologia feminista?** Universidade Estadual Paulista/Araraquara. 2008.

SCOTT, J. W.; **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. In SANTANA, V. C.; BENEVENTO, C. T.; **O conceito de gênero e suas representações sociais.** Buenos Aires, 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd176/o-conceito-de-genero-e-suas-representacoes-sociais.htm>> Acesso em: 09 de maio de 2016.

SILVA, S. V. **Os estudos de gênero no brasil: algumas considerações.** Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. 2000.

SILVA, V. S.; **O entre da liberdade, as prisões: os feminismos que emancipam, prendem?: uma história do gênero feminino na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande (1970-2000) –** Recife: O autor, 2014.

SILVEIRA, C. M. H.; COSTA, R. G.; **Patriarcado e capitalismo: binômio dominação-exploração nas relações de gênero.** Disponível em: <https://strabalhoengenero.cienciassociais.ufg.br/up/245/o/PATRIARCADO_E_CAPITALISMO_BIN%3%94MIO_DOMINA%3%87%C3%83O-> Acesso em: 15 de Novembro de 2015.

SILVEIRA, I. T.; **Sociedade, educação e família.** Revista HISTEDBR On-line n.22, p.180 – 193. Campinas, 2006.

SIMMEL, G. **La ampliación de los grupos sociales a la formación de la individualidad.** In: _____ Sociología, 1: estudios sob las formas de socialización. Madrid: Alianza Editorial, 1977. p. 741-808.

SIMMEL, G.; **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade/** Georg Simmel; tradução, Pedro Caldas.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006. (Nova biblioteca de ciências sociais)

SINGLY, F.; **Sociologia da família contemporânea/** tradução Clarice Ehlers Peixoto.-Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOARES, B. M.; ILGENFRITZ, I.; **Prisioneiras: Vida e violência atrás das grades.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOARES, B. M.; **Retrato das mulheres presas no Estado do Rio de Janeiro.** CESeC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – Rio de Janeiro, Boletim Segurança e Cidadania, ano 1, nº 1, julho de 2002.

SOUZA, K. O. J. **A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas.** Psicologia em estudo, 14(4), 649-657, out/dez 2009.

SPOSATO, K. B.; **Mulher e Cárcere: uma perspectiva criminológica.** In: REALE, Miguel; PASCHOAL, J. (Org.) Mulher e Direito Penal. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007. In: BERNARDI, M. L. **Gênero, cárcere e família: estudo etnográfico sobre as mulheres no tráfico de drogas.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 4058, 11 ago. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/29115>>. Acesso em: 3 fev. 2016.

THOMAZ, J. **A sociologia e as teorias Sociológicas.** 2009 Disponível: <<https://www.artigos.com/artigos-academicos/pedagogia/5403-a-sociologia-e-as-teorias-sociologicas>> Acesso em 10 de Novembro de 2015.

TORRES JUNIOR, R. D. **Individualismo moral, círculos sociais e modernidade: uma proposta de diálogo entre Georg Simmel e Charles Taylor.** XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Campos dos Goytacazes, 2003.

TREBITSCH, M.; **A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea.** (p.19-43). In: MORAES, M. (Org.). História Oral. Rio de Janeiro. Diadorim; FINEP, 1994.

TURNER, J. H.; STETS. **The Sociology of Emotions**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, Jan (2005).

VIDICH, A. J.; LYMAN, S. M.; **Métodos qualitativos. Sua história na Sociologia e na Antropologia**. In: DENZIN, N. K.; LINCON, I. S.; O planejamento da pesquisa qualitativa. Teoria e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 49.

WATIER, P. 2009. **Uma introdução à sociologia compreensiva**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 205 p.

WEBER, M.; **Conceitos Sociológicos Fundamentais** Tradutor: Artur Morão Textos Clássicos de Filosofia. Direcção da Colecção: José Rosa & Artur Morão Universidade da Beira Interior.Covilhã, 2010

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Pesquisadora: Laisa Feitosa

Data: _____

Local: _____

1º. Caracterização da depoente

- Nome Fantasia
- Idade
- Estado civil
- Número de filhos
- Escolaridade
- Local de nascimento
- Religião
- Moradia
- Emprego/atividade
- Renda

2º. Relatos da vida na prisão

- Motivos alegados para a prisão?
- Tempo de internação?
- Quais as sensações após a internação?
- Como se dá a relação com a família?
- Quais são os seus vínculos afetivos antes e durante o cárcere?